

CLIPPING CAPITAL

29/5/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 97



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 99 • São Paulo, sábado, 27 de maio de 2017

www.imprensaoficial.com.br



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **Milton Vieira** (PSD). **PÁG. 2**

Guardas Civis Municipais debatem combate ao uso de drogas

Prevenção seria a melhor forma de atuar

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

A prevenção é instrumento privilegiado de segurança pública, afirmaram os guardas municipais presentes em seminário realizado nesta sexta-feira, 26/5, na Assembleia Legislativa.

As ações do Grupo de Educação e Prevenção de Drogas (Gepad) da Guarda Civil Metropolitana do município de São Paulo têm o objetivo de reduzir o número de usuários de

drogas por meio da prevenção.

O Grupo também pretende sensibilizar todos os segmentos da sociedade para o desenvolvimento de programas que informem sobre o uso indevido de drogas. Suas atividades são realizadas por meio de diálogos, orientação técnica, dinâmicas, dramatização, reuniões comunitárias, cursos de prevenção e atividades lúdicas.

Projeto de lei que tramita na Assembleia, de autoria do

deputado Chico Sardelli (PV), institui o Gepad em todo o Estado de São Paulo. Para o deputado, as Guardas Municipais são essenciais para a segurança pública e muito podem contribuir para a prevenção ao uso de drogas. Segundo ele, é preciso valorizar estes profissionais, cuja dedicação e competência têm conseguido atingir resultados muito importantes. "Eu acredito nas guardas municipais", declarou o parlamentar.

Os guardas municipais que participam do programa relataram que com ele almeja-se a promoção de ações cujo enfoque principal é atuar nas raízes dos problemas sociais para minimizar a violência, a criminalidade, as consequências das drogas na sociedade, utilizando ações preventivas com a participação social, sempre em parceria especialmente com setores da educação.



Adelson de Souza e Chico Sardelli

O seminário "Guardas Civis Municipais, Prevenção também se Ensina" foi realizado sob a coordenação do deputado Chico Sardelli. Participaram do evento o inspetor superintendente Euclides Conradim, comandante da superintendência de Planejamento da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo; a inspetora

superintendente Lídia Maria de Gouveia, subcomandante da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo; o inspetor superintendente Adelson de Souza, comandante geral da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo e Luiz Carlos Magno, ex-delegado do Denarc. O deputado federal Major Olímpio também compareceu ao evento.



Coral da GCM canta hino nacional

Seminário discute os Códigos Militares

A atualização da legislação foi a principal pauta do debate, que aconteceu na última sexta-feira, na Assembleia Legislativa, e reuniu representantes do Superior Tribunal Militar, Ministério Público Militar Federal e estaduais, a OAB e a Defensoria Pública. - Pág. 3



Silvio Hiroshi Oyama (2º à esq.) e integrantes do seminário



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado Milton Vieira

LARISSA LEÃO - FOTO: VERA MASSARO

“O social tem tudo a ver com a política”. Assim define o deputado e pastor Milton Vieira (PSD) sobre o seu trabalho na Assembleia Legislativa. Em seu quinto mandato, o parlamentar fala nessa edição do Mandato em Pauta sobre as mudanças que atualmente São Paulo enfrenta, da importância de ações sociais e da vontade de voltar a Brasília para terminar o que começou.

Ação Social

Milton Vieira é pastor na Igreja Universal há 28 anos. Ele explica que sempre realizou trabalhos voltados para a área social da igreja. Uma das ações que ele destaca é a evangelização nas penitenciárias para ajudar os presidiários e o combate à fome, por meio da Associação Beneficente Cristã (ABC), que ele ficou responsável por coordenar.

O deputado lembra que foi até o Nordeste ajudar a população da região quando carregavam o slogan “Brasil 2000: Futuro sem fome”. Na época, ele trabalhou em muitas comunidades carentes, casas de repouso e albergues, e com moradores de rua. “Esses projetos sociais, mais tarde, se tornariam políticos”, contou Vieira.

Vida política

Por estar envolvido no meio social, o deputado logo foi designado para as questões políticas da igreja. Em 1998, Milton Vieira foi eleito com 50.099 votos e tem desenvolvido na Assembleia Legislativa trabalhos voltados para a área de direitos do consumidor, esportes, saúde e social.

O parlamentar destaca que durante sua carreira política teve experiência também como deputado federal. Em seus primeiros dois anos (2007-2009), ele ficou no cargo de secretário de Região Metropolitana na prefeitura de São Paulo, na suplência do deputado José Aristodemo Pinotti. Quando o deputado faleceu, ele assumiu o mandato e ficou até o final (2011). Vieira pensa em voltar ao Congresso Nacional para aprovar algumas proposições de sua autoria que estão em pauta. “Brasília é o lugar onde estão todas as decisões. Para mim foi gratificante essa experiência. As leis mais importantes são decididas no Congresso. Lá decidimos a vida das pessoas”, ressaltou.

Durante seu mandato ele participou das comissões de Fiscalização Financeira e Controle, Seguridade Social e Família e Defesa do Consumidor. Participou da aprovação de duas grandes propostas de interesse social: o projeto Ficha Limpa e o programa Minha Casa, Minha Vida.

Ainda sobre a área federal, o deputado conta que seu partido o apoia nessa decisão de tentar a reeleição. Ele acredita que consiga o número de votos necessário para ganhar e completar sua missão no âmbito federal.

Dia a dia no Legislativo

Segundo o deputado, seu gabinete não é voltado apenas para as comissões - que também são importantes -, mas para atender os anseios da população, na segurança, na educação e principalmente na saúde, que segundo ele é precária. Em virtude disso, eles recebem constantemente reclamações, e seus funcionários trabalham fazendo mais o trabalho social do que o político, como “conseguir uma consulta ou algo que a pessoa esteja necessitando”, explica o deputado.

Além disso, destaca a missão dos parlamentares na Casa, que é “fiscalizar o Poder Executivo, fiscalizar os recursos do Estado e ajudar o governo a cada dia alavancar mais, trazendo emprego para a população”. Para Vieira, é preciso que dias melhores sejam conquistados para a população no geral e não apenas para seus eleitores.

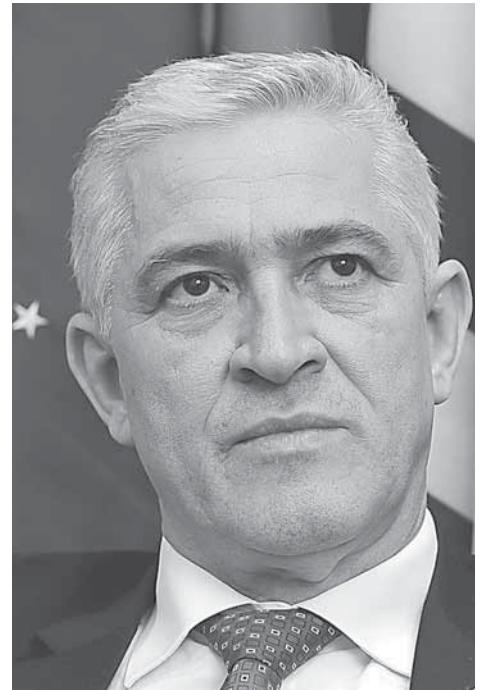
Com relação a eles, inclusive, Vieira comenta que a maioria do seu público é de membros da Igreja Universal. Para ele, porém, esse dado tem mudado com o passar dos anos. Outras pessoas que não são ligadas à igreja têm admirado a sua atuação. “Viram no nosso trabalho uma seriedade e responsabilidade”, ressaltou o deputado. Por meio das mídias sociais, Vieira busca prestar conta daquilo que está fazendo no dia a dia para a população acompanhar o seu trabalho.

Preocupação com a população

Durante a conversa, o deputado destacou a Lei 13.296/2008, que estabelece o tratamento tributário do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Segundo ele, o parágrafo único do artigo 27, diz que quando a pessoa não paga o IPVA e a conta vai para dívida ativa, o indivíduo tem 100% de multa. Para Vieira, “é uma cobrança abusiva, não existe no mundo juros tão altos”. Além disso, explica que quando o cidadão não paga em dia, ele tem 20% de acréscimo, mais juros de 1%. “A pessoa não consegue mais pagar os débitos do seu veículo”, declara o deputado.

Por essa razão, o parlamentar apresentou o Projeto de Lei 610/2015, que revoga e exclui este parágrafo único. O PL foi aprovado na Assembleia Legislativa em 2016, mas foi vetado pelo governador Geraldo Alckmin em 2017. O deputado luta agora para conseguir derrubar o veto e destaca que o governo justificou que o PL na verdade deveria ser iniciativa do âmbito federal.

Outra proposta de destaque do deputado é o PL 87/2013, que obriga os supermercados e estabelecimentos similares de varejo ou atacado a divulgarem a validade dos alimentos postos em promoção nos seus estabelecimentos. O deputado explica que “precisa esclarecer e estar escrito nos produtos a data do vencimento do alimento para o cliente estar ciente do que está comprando”. O Projeto está na Ordem do Dia do Legislativo e aguarda votação.



Cenário atual no Brasil

Milton Vieira destaca que por um bom tempo os deputados federais ficarão lembrados devido ao “clima quente” que envolve o Congresso. As pessoas vão observar cada decisão que os políticos seguirão. Para o parlamentar, em relação à credibilidade na política, “todo mundo está sendo colocado em vala comum”, e acrescenta que aposta em uma mudança. Segundo ele, os valores estão invertidos no sentido de que “todo político é igual”. Vieira não concorda e acredita que a maioria são pessoas boas nessa área.

“A política é agressiva, uma atitude sua marca você hoje nas redes sociais”, diz o deputado. Nesses anos todos, destaca que sua atuação política teve resultado, “eu fui eleito porque agi com responsabilidade nas minhas ações e tudo isso pesa nas eleições.”

Com relação às reformas (Trabalhista e da Previdência) que estão sendo discutidas no Brasil, o deputado diz que é a favor delas de uma forma justa. Vieira destaca que todos os 513 deputados federais e 81 senadores, mais uma equipe técnica, estão fazendo um estudo para que seja realizada da forma correta. Segundo ele, o país vem sofrendo porque não teve um estadista “que fez o que precisava ser feito. Os antecessores fizeram, pensando apenas no popular, naquilo que daria reeleição”. De acordo com o deputado, o momento será impactante, pois o trabalhador quer os seus direitos, os sindicatos e os empregadores também. “É difícil contemplar tudo, mas para isso há estudos para ver o que é melhor”, disse.

Para o deputado, a Reforma da Previdência é antiga e explica que a população aposentava cedo devido à expectativa de vida ser baixa. Segundo ele, o mundo moderno está diferente e essa expectativa aumentou. Nesse pensamento, o deputado destaca que a tecnologia acabou com a mão de obra na roça. A máquina faz o que antes era a função do trabalhador. Assim, diminuiu o emprego direto, mas aumentou onde é fabricada a máquina. “Virou uma cadeia produtiva. O país precisa dar oportunidade para outros que estão chegando, que são os jovens”, finaliza.

Assembleia sedia 2º Seminário sobre os Códigos Penal e de Processo Penal Militar

DA REDAÇÃO - FOTO: ROBERTO NAVARRO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, realizou na Assembleia debate sobre os pontos dos Códigos Militares que precisam ser alterados, revistos ou excluídos do ordenamento jurídico militar, para atualizar a legislação.

Participaram da discussão representantes dos segmentos interessados, entre eles o Superior Tribunal Militar, as Justiças Militares, Ministério Público Militar Federal e estaduais, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a Defensoria Pública.

Serão feitos oito seminários pelo país para depois ser elaborado um texto com as propostas de alterações. "Este tema mexe com centenas de milhares de militares e deve ser discutido com responsabilidade e de forma colaborativa", disse o deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), relator da subcomissão que estuda o tema.

O juiz Sílvio Hiroshi Oyama, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, considera que o Código Penal Militar, apesar de antigo - criado em 1969 -, deve ser atualizado, mas não descartado. "O Código Penal Militar tem muitas qualidades sendo, muitas vezes, mais atualizado do que o Código Penal comum. O brasileiro tem a mania de querer fazer uma coisa completamente nova, como se tudo que foi feito, até agora, não valesse nada. Essa mentalidade afeta todo o país", disse Oyama.

Além disso, na opinião dele, há urgência em incluir na



Deputado federal Subtenente Gonzaga e Coronel Marcelino Fernandes

legislação penal militar vários crimes que ainda não estão contidos no Código Penal comum. E sem a inclusão, o Juiz militar não pode atuar. O crime de abuso de autoridade, por exemplo, não consta nem no Código Penal comum nem no Militar e apenas o juiz comum pode julgar. Em caso de crime não constante no Código Penal brasileiro, o Juiz pode julgar como uma Legislação Extravagante, item que não existe no Código Militar. Dessa forma, o militar é julgado pela justiça comum. "A diferença é que os policiais militares são submetidos a uma série de regimentos e são as únicas pessoas autorizadas a usar

uma arma. A segurança só existe quando o cidadão ou o militar tem pleno conhecimento do que é a lei, para saber o que pode ou o que não pode ser feito e suas punições".

Participaram da mesa, coordenada por Gonzaga, Sílvio Hiroshi, Marcelo Weizel Rabelo de Souza, sub-procurador Geral de Justiça Militar; Coronel Marcelino Fernandes da Silva, corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Raul Marcolino, advogado da Associação das Praças da PM do Estado de São Paulo; e Marcos Milan, da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo (Acspmesp).

opinião

A nova realidade da piscicultura paulista

ITAMAR BORGES*

A piscicultura vive hoje um momento de comemoração e adaptação. Após muitos anos de luta e negociação, o setor finalmente foi regulamentado pelo governo do Estado dentro de parâmetros que possibilitam o pleno desenvolvimento e garantem segurança jurídica aos produtores.

O decreto assinado pelo governador Alckmin no dia 1/11/2016 foi possível pelo esforço e trabalho de piscicultores, representantes empresariais, deputados estaduais e federais, prefeitos, vereadores e outras lideranças políticas.

Foram muitos anos de luta. Começamos a debater e apoiar a piscicultura durante meus mandatos como prefeito de Santa Fé do Sul. Foi o início do desenvolvimento da atividade econômica, que se tornou uma das mais importantes da região.

Como deputado e presidente da Comissão de Atividades Econômicas da Assembleia Legislativa, que abrange a aquicultura, participei com os piscicultores, a Secretaria da Agricultura e a Secretaria do Meio Ambiente

de todas as etapas de discussão e elaboração do decreto, assim como já havia feito nas discussões dos decretos anteriores, que trouxeram avanços gradativos e foram fundamentais para a formulação da atual legislação.

O novo regulamento substituiu o decreto 60.582/2014 e incluiu novas modalidades de aquicultura nos casos em que se aplica a forma simplificada de licenciamento, tais como a aquicultura de pequeno porte em tanques rede e barramentos, cavas de mineração exauridas.

Outra inovação favorável ao pequeno produtor é a redução em 50% das taxas de licenciamento ordinário e simplificado. Também é estabelecido procedimento para criação de novos parques aquícolas, além de reconhecer os já criados.

Apesar destas conquistas, não paramos de trabalhar pelo desenvolvimento do setor. No mesmo dia em que o governador Alckmin assinou o Decreto regulamentando a



atividade, entregamos junto com a Peixe-SP e o Sindicato da Indústria da Pesca um documento com sugestões de ações que garantam a isonomia do pescado com relação aos outros estados.

Estes pedidos se encontram atualmente em análise na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Inovação.

Neste cenário de renovação e ótimas perspectivas para a piscicultura e a aquicultura de São Paulo, será realizada em Santa Fé do Sul entre os dias 30 de maio e 1º de junho a Aquishow 2017.

O evento é realizado anualmente desde 2009 e tornou um dos mais importantes do país, com a participação dos principais atores da cadeia produtiva do pescado do Estado de São Paulo, do Brasil e até do exterior.

A Aquishow 2017 pode ser considerada um grande divisor de águas para o setor, que respaldado pela nova legislação, pode olhar somente para o futuro. Um futuro promissor.

* Itamar Borges é deputado pelo PMDB

O ESTADO DE S. PAULO



FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Segunda-feira 29 DE MAIO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45149

EDIÇÃO DE 0H30 estadão.com.br

Caderno2
Ousadia em Cannes
The Square, do sueco Ruben Ostlund, leva a Palma de Ouro

CARLO ALBERTI/REUTERS



● **Ineditismo.** Sofia Coppola fala sobre *The Beguiled*, que lhe rendeu o prêmio de melhor direção. **PÁG. C3**

Esportes
Brasileirão
Corinthians vence Atlético-GO e vira líder. **PÁG. A18**

Novo ministro questiona inquérito contra Temer

Torquato Jardim, que assumirá a Justiça, diz ao 'Estado' que apuração foi baseada em 'documento não periciado'

Novo ministro da Justiça e ex-titular da Transparência, Torquato Jardim questiona a abertura de inquérito contra o presidente Michel Temer no STF baseado no que chama de "documento não periciado" - agravação entre Temer e Joesley Batista, dono da JBS - e defende o reexame da competência de Edson Fachin como relator do caso. "Ele (inquérito) não é Petrobrás, não é Lava Jato, e a prevenção do ministro Fachin é de Petrobrás e Lava Jato, e não para demais inquéri-

tos", disse em entrevista a **Isadora Peron**, concedida na sexta-feira. Ele credita à "cultura parlamentar" o fato de Temer ter recebido Joesley sem anotação na agenda oficial. Ex-ministro do TSE, afirma ser "recomendável" pedido de vista na retomada do julgamento na corte contra a chapa Dilma-Temer, que pode cassar o mandato do presidente. Torquato troca de lugar com Osmar Serraglio, que teve o nome envolvido na Operação Carne Fraca. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A6**

ENTREVISTA ● **Torquato Jardim**
"Ele (Temer) tem a cultura parlamentar, conversa com quem o procura, porque vive do voto."
SOBRE ENCONTRO ENTRE JOESLEY E TEMER

COLUNA DO ESTADÃO
● Temer deu total autonomia para que, se quiser, Torquato troque o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Daiello. **PÁG. A4**



EPITACIO PESSOA/ESTADÃO

A vida nas 'pedras'

Em Sorocaba, um galpão abandonado abriga uma microcracolândia. Um buraco aberto no muro serve de entrada. O líder do "covil", como o local é chamado pelos usuários, é um ex-atirador e perito em armas das Forças Armadas, de 35 anos (na foto acima). **METRÓPOLE / PÁG. A13**

Crack ameaça 558 das 645 cidades de SP

O crack não para de avançar por São Paulo. Dos 645 municípios do Estado, pelo menos 558, incluindo a capital, enfrentam problemas relacionados à droga, segundo o Observatório do Crack, da Confederação Nacional de Municípios. Em 193 cidades do interior, o ní-

vel desses problemas é muito alto, segundo o ranking atualizado em tempo real com informações das prefeituras. Na "lista vermelha" da droga estão Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauri e Marília, informa José Maria Tomazela. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

● **TJ barra abordagem à força**
O Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou ontem decisão liminar que autorizava o prefeito João Doria a remover à força usuários de drogas da Cracolândia para avaliação médica compulsória. **PÁG. A14**

Investigadores apuram elo entre JBS e construtoras

Investigadores que apuram transações em paraísos fiscais descobriram que offshore citadas nas delações da JBS aparecem em investigações sobre construtoras brasileiras, informam **Alexa Salomão e Jamil Chade**. As empresas foram utilizadas por pessoas sem relações diretas, sempre para transferir recursos a políticos e operadores. No Brasil, o MPF manteve os R\$ 11 bilhões de multa contra a J&F. **POLÍTICA / PÁG. A9**



RAFAEL ARBE/ESTADÃO

Tietê dividida

Prédio do antigo comitê de campanha de Michel Temer em Tietê, cidade natal do presidente, no interior de SP. Moradores do município de 40 mil habitantes acompanham de perto a crise política e se dividem entre os "fora, fica e volta" Temer. **POLÍTICA / PÁG. A8**

Moisés Naim

Decisões que reduziram poder americano no mundo já vêm de antes do governo Trump. **INTERNACIONAL / PÁG. A11**

Cida Damasco

Qual será o tamanho da reforma da Previdência? É esperar para ver. **ECONOMIA / PÁG. B4**

NOTAS & INFORMAÇÕES

Poder e responsabilidade

Promotores e procuradores têm suas condutas controladas por seus pares. Trata-se de uma excessência que precisará ser enfrentada numa necessária revisão da Carta. **PÁG. A3**

O autor da crise

A escassez de lideranças é tão grave que permite que alguém como Lula apareça como viável. **PÁG. A3**

Tempo em SP **26° Máx. 18° Mín.**



Esta publicação é impressa em papel certificado FSC* garantido de manejo florestal responsável, pela S.A. O Estado de S. Paulo



Incorporadoras dão luz e gás de graça para vender imóveis

Oferecer luz, condomínio e gás de graça e aceitar joias e carro como parte de pagamento. Essas são algumas das formas que as incorporadoras en-

contraram para atrair o consumidor e desovar o estoque de imóveis novos, que chegou a 118,7 mil unidades em fevereiro. **ECONOMIA / PÁG. B10**

Remédios terão 'RG' para rastreamento

METRÓPOLE / PÁG. A15

Indústria naval definha e corta 50 mil vagas

ECONOMIA / PÁGS. B1 e B3

Trump quer vetar laptop em voos

O governo Trump pretende proibir os passageiros de todos os voos para os Estados Unidos, inclusive do Brasil, de levar laptops e outros eletrônicos a bordo. **INTERNACIONAL / PÁG. A10**

Drogas. Em 193 cidades do interior paulista, nível de problemas é muito alto, conforme a Confederação Nacional de Municípios (CNM), em ranking atualizado em tempo real. Estado informou ter ampliado em 6 vezes o nº de vagas para dependentes desde 2011

Crack ameaça 558 das 645 cidades de SP

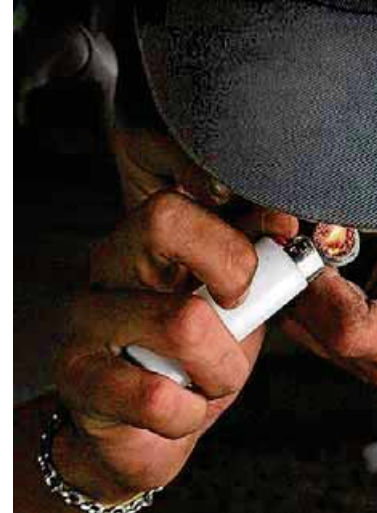
José Maria Tomazela
SOROCABA

O crack não para de avançar por São Paulo. Dos 645 municípios do Estado, pelo menos 558, incluindo a capital, enfrentam problemas relacionados à droga, conforme mapeamento do Observatório do Crack, da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Em 193 cidades do interior, o nível desses problemas é muito alto, segundo o ranking, atualizado em tempo real com informações de prefeituras. Em outras 259, o alerta é médio; e, em 105, baixo.

Apenas 20 cidades disseram não ter problemas com o crack. Outras 67 não responderam oficialmente o levantamento (*mais informações abaixo*). De 608 municípios paulistas ouvi-

dos este mês (incluindo dados parciais), 92% afirmaram enfrentar problemas com a circulação de drogas, enquanto 95% confirmaram problemas com o consumo delas. As prefeituras informaram ainda que as principais áreas afetadas são Saúde (67,1%), Assistência Social (57,5%) e Segurança (49,1%).

O Observatório do Crack inclui grandes cidades do interior na “lista vermelha” da droga, entre elas Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru e Marília. O avanço das drogas pelo interior, mostrado pelo **Estado** em reportagem especial em 2014, não teve melhora com o passar do tempo, segundo Ernesto Stranz, consultor da CNM. E a droga continua avançando em municípios menores e rurais, como Campos Novos Paulista, Planalto e Colômbia, com me-

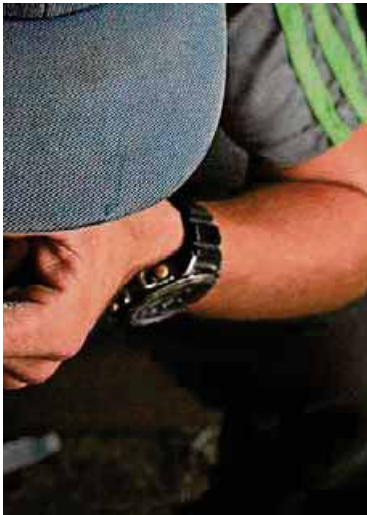


Cachimbo aceso. Preocupação

nos de 7 mil moradores.

Segundo ele, o fato de a maioria dos municípios responder espontaneamente ao questionário indica a gravidade do proble-

EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO CONTEÚDO



ão até em municípios menores

ma. “São prefeituras que têm a coragem de se expor porque é algo que afeta muito a população. É como um grito de socorro”, disse. Apesar disso, pratica-

mente nada mudou na política de governo. “Não houve investimento e o recurso que estava previsto em alguns programas sofreu contingenciamento.”

Número de usuários. Procurada, a Secretaria da Saúde do Estado informou ter ampliado em seis vezes o número de vagas para dependentes químicos, de 500 em 2011 para 3,3 mil atualmente, em serviços próprios ou conveniados. Desse total, 2 mil vagas, ou 60%, estão no interior (integralmente custeadas pelo Estado). O encaminhamento é feito pelos municípios. A pasta destacou que a internação só é indicada para casos graves. O Estado ainda mantém o Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Drogas (Sarad) em Botucatu, onde foram realizados 13 mil atendi-

mentos desde 2014. Das cerca de 2 mil internações na unidade, 77% aconteceram de forma voluntária, 13% involuntária e 10% compulsória.

O Observatório trabalha agora em uma nova metodologia para estimar a população envolvida com o crack no Estado, já que não há dados precisos. A Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad) estima o usuário regular em 0,5% da população – o equivalente a cerca de 164 mil pessoas no Estado, desconsiderando a capital.



NA WEB
Portal. Histórias de quem resistiu ao 'inferno'

estadao.com.br/e/historias-craco

Temer troca o comando da Justiça, alvo de críticas

Fabio Serapião
Renan Truffi | BRASÍLIA

O presidente Michel Temer demitiu ontem o ministro da Justiça Osmar Serraglio (PMDB) e anunciou o jurista Torquato Jardim, então chefe da Transparência e Controle, como novo titular da pasta. A troca de nomes na Justiça marca mais um capítulo da tentativa de Temer de fortalecer a interlocução de seu governo com o Judiciário e dar respostas aos aliados sobre a crise política iniciada com a delação da J&F (holding que inclui a JBS).

Após a demissão, Serraglio foi convidado a assumir o Ministério da Transparência, responsável por firmar acordos de leniência. A troca foi antecipada pela *Coluna do Estadão* no portal *estadao.com.br*.

Nos bastidores, a demissão de Serraglio é atrelada a dois fatores. O primeiro seria sua ineficiência em estabelecer canais de comunicação com órgãos sob a tutela do ministério – como a Polícia Federal –, com outras instituições e com as cortes superiores.

No Palácio do Planalto, Serraglio era considerado “fraco” e a preocupação era ter um ministro da Justiça com interlocução no Judiciário, como tinham os ex-ocupantes da pasta Alexandre de Moraes e José Eduardo Cardozo. Contribuiu para a decisão de substituir de Serraglio a tentativa de uma escrivã da PF de tentar, por telefone, na quarta-feira passada, marcar uma data para o presidente ser ouvido. Na avaliação de interlocutores de Temer, Torquato terá mais “ascendência” sobre a corporação.

Na base aliada, o descontentamento com o ministro ficou mais evidente nas gravações de conversas do senador Aécio Neves (PSDB-MG) – agora afastado do cargo –, divulgadas no âmbito da delação da JBS. “O ministro é um b... de um c... Ele (Temer) errou de novo de nomear essa p...”

Ao contrário de Serraglio, Torquato possui bom trânsito em ao menos duas cortes em que tramitam processos de interesses do governo Temer e é visto como um gestor de pulso firme que poderá influir de modo mais enérgico na Polícia Federal. Ele tem boa interlocução no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Supremo Tribunal Federal (STF). No TSE, chegou a ser ministro entre 1988 e 1996.

A partir do dia 6 de junho os ministros do TSE vão julgar a ação proposta pelo PSDB contra a chapa Dilma Rouseff-Mi-



Substituto. Temer deixa Jaburu com Torquato (dir), que trocou Transparência por Justiça

chel Temer. Visto até há pouco tempo como um possível caminho para livrar o peemedebista, o julgamento, após a delação JBS, agora é tido como a forma mais “constitucional” para a cassação do presidente.

No Supremo, Temer é alvo de um inquérito por corrupção, obstrução de Justiça e organização criminosa.

Carne Fraca. O segundo fator está atrelado à Operação Carne Fraca, na qual Serraglio foi citado. O *Estado* apurou que a troca também se deve a informações sobre a negociação de delação premiada de dois investigados. O ex-superintendente regional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Paraná, Daniel Gonçalves Filho, e a chefe do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Maria do Rócio Nascimento – apontados pela Polícia Federal como líderes do esquema –, afirmaram à Procuradoria-Geral da República que Serraglio beneficiava o grupo investigado quando era deputado.

Os dois negociam um acordo de delação com a PGR. Serraglio apareceu em conversa interceptada pela PF chamando Gonçalves Filho de “grande chefe”. Já Maria do Rócio tra-

● **Delegados**
A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal afirmou que a mudança na pasta “gera preocupação e incerteza sobre a possibilidade de interferências”.

tou o ex-ministro da Justiça de “o velhinho que está conosco”.

Se aceitar ficar com a Transparência, Serraglio mantém o foro privilegiado do deputado federal afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR). Loures é suplente de Serraglio e assumiu o mandato do deputado após sua ida para o Ministério. Ele foi flagrado recebendo uma mala com R\$ 500 mil de Ricardo Saud, executivo da JBS, e está sendo investigado no STF no mesmo inquérito de Temer.

Antes de assumir a pasta, Torquato chegou a atuar como advogado de Marina Silva e da Rede no processo para registrar o partido na Justiça Eleitoral, em 2015. Em junho daquele mesmo ano, artigo publicado no site de seu escritório, em julho de 2015, ele defendeu uma posição diversa da que a defesa de Temer apresentou no TSE – se dizendo contrário à separação da chapa.

Quando ainda não havia recebido o primeiro convite de Temer, Torquato também se mostrou cético sobre a possibilidade de a Operação Lava Jato ter efeito concreto para o fim da corrupção no País.

Na ocasião, disse que os partidos políticos brasileiros são um “balcão de negócios” e citou o Centrão – grupo formado por 13 partidos pequenos e médios na Câmara dos Deputados – como exemplo de atuação “em nome da corrupção e da safadeza”. No cargo de ministro da Transparência, Torquato também defendeu que a regulamentação do lobby no Brasil (mais informações na pág. A6). / COLABOROU

DAIENE CARDOSO

PARA LEMBRAR

Três ministros em um ano



Ao decidir substituir Osmar Serraglio por Torquato Jardim no Ministério da Justiça, o presidente Michel Temer promoveu a terceira mudança na pasta em pouco mais de um ano à frente do Palácio do Planalto. O hoje ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Alexandre Moraes (foto acima), foi o primeiro titular da Justiça após a queda Dilma Rousseff, mas ele não era a primeira opção. O preferido de Temer era advogado criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que “caiu” antes de assumir por criticar as delações da Lava Jato. Mariz atualmente é advogado do presidente. Com a ida de Moraes para o STF, o PMDB na Câmara “emplacou” o paranaense Osmar Serraglio (foto).



NILTON FUKUDA/ESTADÃO

ELDA SAMPALDO/ESTADÃO

ELDA SAMPALDO/ESTADÃO

Artistas comandam ato no Rio por saída de Temer e 'diretas-já'

Shows atraíram multidão à orla de Copacabana; Caetano Veloso e Wagner Moura puxaram coro por novas eleições

Fábio Grellet / RIO

Milhares de pessoas se reuniram ontem à tarde na orla de Copacabana, zona sul do Rio, para pedir a saída do presidente Michel Temer e a convocação de eleições diretas. O ato, que começou às 11 horas e terminou por volta de 18h30, contou com a presença de nomes do mundo artístico, como Caetano Veloso e Wagner Moura. Os organizadores estimaram o público em 100 mil pessoas, mas não houve contagem de órgãos oficiais.

Sobre um trio elétrico se revezaram, além de Caetano e Moura, músicos e atores como Milton Nascimento, Maria Gadú, Teresa Cristina, Criolo, Mano Brown, BNegão, Daniel de Oliveira, Sophie Charlotte e Serjão Loroza. O ato começou com discursos de políticos de partidos de oposição a Temer. A maioria comparou o movimento atual com a campanha pelas Diretas-Já, realizada entre 1983 e 1984.

A manifestação também contou com a presença de entidades sindicais, movimentos estudantis e partidos da oposição, como PSOL, PT, Rede e PCdoB. Políticos fizeram discursos rápi-

dos nos intervalos dos shows, exaltando a importância da pressão popular para a aprovação, no Congresso, de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê eleições diretas, no caso de um eventual afastamento do presidente.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AM) afirmou que trata-se da pior crise do País desde a ditadura militar. “As melhores soluções para crises anteriores ocorreram quando o povo foi às ruas: foi isso que derrubou o governo militar e que derrubou Collor (*o então presidente Fernando Collor de Mello, que sofreu impeachment em 1992*)”, disse. Além dele, os deputados federais Wadih Damous (PT-RJ) e Alessandro Molon (Rede-RJ), além de Lindbergh Farias (PT-RJ), também discursaram.

Embora fosse um ato político, a maioria do público ignorou a presença dos parlamentares e quis saber mesmo de tuitar os artistas. O ator Wagner Moura foi um dos mais aplaudidos e requisitado para selfies. “Não é possível Temer continuar, nem esse Congresso escolher seu substituto. Pode não ser ilegal, mas é imoral e ilegítimo. E o ovo da serpente são essas reformas trabalhista e previdenciária”, discursou o ator.

Coro. Todos os cantores entoaram o coro “Fora, Temer” em algum momento de suas apresentações. Mart’nália foi além:



Protesto. Ato contou com a presença de artistas como Daniel Oliveira, Sophie Charlotte, Gregorio Duvivier e Antonio Pitanga

cantou *Madalena do Jucu*, famosa na voz de seu pai, Martinho da Vila, com o verso “fora, Temer/fora, Temer” no lugar de “Madalena, Madalena”.

Quando subiu no trio elétrico, Caetano Veloso foi saudado aos gritos de “Fora, Temer” e emendou com a música *Podres Poderes*. Mano Brown também alternou palavras de ordem com músicas que retratam a realidade da periferia.

As críticas aos políticos inspiraram até uma poesia, declamada pela poetisa e atriz Elisa Lucinda. “Esse momento é crucial, nós estamos sendo violentados”, afirmou, antes de declamar a poesia, sobre corrupção e falta de dinheiro para educação e saúde.

O público começou a se aglo-

merar na Avenida Atlântica no fim da manhã. Os grupos levavam bandeiras de entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a União da Juventude Socialista, ligada ao PCdoB, além de cartazes. Partidos de esquerda mais radicais, como o PSTU, que têm sido ativos nos protestos contra Temer, não participaram do ato de ontem por divergências com outras entidades e legendas que ajudaram a organizar a manifestação.

O famoso jingle da primeira campanha de Lula à Presidência, em 1989, ganhou nova versão. “Olê, olê, olê, olá / diretas, já”, entoava o público, que também cantou “Um, dois, três, quatro, cinco mil / queremos eleger o presidente do Brasil”.

JBS fez 'dossiê' sobre coronel amigo do presidente

Documento entregue ao MPF afirma que Temer indicou João Baptista Lima Filho para receber repasse de R\$ 1 milhão

Marcelo Godoy
Ricardo Brandt

Em meio aos documentos entregues pela JBS ao Ministério Público Federal (MPF), 20 páginas que foram registradas com os números de 185 a 2104 no apenso 14 da delação mostram que os irmãos Joesley e Wesley Batista produziram um dossiê sobre as atividades do coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo João Baptista Lima Filho. Amigo do presidente Michel Temer, Lima é apontado pelos delatores da JBS como um dos destinatários de repasses ilícitos.

O **Estado** procurou Lima Filho em sua empresa, a Argeplan – cuja sede na Vila Madalena, na zona oeste de São Paulo, foi vasculhada pelos agentes federais durante a Operação Patmos –, mas ali foi informado pela segurança que o coronel não havia ido trabalhar. Temer nega o recebimento de propina por meio do amigo e contesta a delação dos irmãos Batista.

Lima conheceu Temer nos anos 1980, quando o presidente



MARCELO CHELLO/CJPRESS - 18/05/2017

Fachada. Sede da empresa na Vila Madalena, em São Paulo

ocupou pela primeira vez o cargo de secretário da Segurança Pública de São Paulo, durante o governo de Franco Montoro (1983-1987), então no PMDB. Aspirante a oficial na turma de 1966 da Academia da PM, Lima trabalhava na Assistência Militar da pasta.

Depois que Temer deixou a secretaria, Lima foi trabalhar na área responsável por obras na corporação – foi o tempo em que se construiu o Hospital da PM, na zona norte, e o centro administrativo. Em 1992, quando Temer voltou à pasta após o

massacre do Carandiru, Lima voltou a trabalhar com o amigo. Já coronel e formado em arquitetura, ficou em um cargo na Secretaria de Segurança Pública.

Suspeitas envolvendo o nome de Lima surgiram na Lava Jato em 2016. Segundo as investigações, de 2011 a 2016, durante o período em que Temer ocupou a Vice-Presidência, a Argeplan do coronel recebeu R\$ 1,1 milhão por serviços em uma ferrovia e uma estrada federal, além de obter contratos na Secretaria de Aviação Civil e na usina nuclear de Angra 3.





RELATÓRIO "ARGEPLAN"

A Argeplan Arquitetura e Engenharia Ltda, foi constituída em 1976 iniciando suas atividades como um pequeno escritório de arquitetura de Carlos Alberto Costa, na Rua Juatuba, nº 68 - Sumarezinho - São Paulo.

João Baptista Lima Filho, é Coronel aposentado da Polícia Militar do Estado de São Paulo e amigo do atual Presidente da República. Consta ainda que ele foi seu assessor na década de 80, enquanto era Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo e, com a sua entrada na Argeplan, foram alavancados novos negócios e a sua efetiva participação em consórcios.

Atualmente, através de consórcios com outras construtoras, a Argeplan participa de "mega obras" em todo o Brasil, porém todas elas, estão sendo investigadas por diversas autarquias com suspeitas de pagamento de propinas e outras vantagens ilícitas.

Relatório. Trecho do documento da JBS sobre a Argeplan

No dossiê da JBS há documento que diz que Lima e a Argeplan são proprietários de uma fazenda em Duartina, no interior de São Paulo, que foi invadida duas vezes pelo Movimento dos Sem-Terra (MST). Intitulado *Relatório Argeplan*, a JBS entregou documento ao MPF. Nele afirma que a empresa foi aberta em 1976. Era então "um pequeno escritório de arquitetura em nome de Carlos Alberto Costa". Em 2011, Lima teria sido admitido na empresa com um capital de R\$ 250 mil.

O relatório da JBS registra

que, em 2014, o presidente do PMDB da cidade de Jaú (SP), Geraldo Grizzo, se tornou diretor técnico da empresa.

"Atualmente, através de consórcios com outras construtoras, a Argeplan participa de 'megaobras' em todo o Brasil, porém, todas elas estão sendo investigadas por diversas autarquias com suspeitas de pagamento de propinas e outras vantagens ilícitas", diz o documento – que lista sete desses consórcios, duas outras empresas de Lima e Costa e seis imóveis que estariam

em nome da Argeplan.

Vínculo. A JBS estava atrás de vínculos entre Lima e outro amigo de Temer, o ex-assessor especial do Planalto, José Yunes. "Não encontramos nenhum vínculo ou indícios de relacionamento comercial entre a Argeplan e José Yunes". Os homens a serviço da JBS consultaram informações da Receita Federal, da Junta Comercial e do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo. Também anexaram uma planilha com a qual procuram demonstrar o suposto repasse de R\$ 15 milhões para Temer em forma de propina durante a campanha eleitoral de 2014.

Segundo Ricardo Saud, o ex-diretor de relações institucionais da J&F, holding dos irmãos Batista, Temer teria sido um dos únicos políticos que recebeu dinheiro do PT naquele ano e mandou separar uma parte – R\$ 1 milhão – para que lhe fosse entregue a título pessoal.

O pagamento teria acontecido no dia 2 de setembro. O dinheiro em uma caixa, segundo os delatores, foi entregue pela JBS a Lima na sede da Argeplan. Na delação, os executivos da JBS justificam a confecção do dossiê sobre o coronel por causa da necessidade de saber quem era o intermediário que lhes havia sido indicado para receber o dinheiro.

Rastreamento de remédios terá testes em agosto

Novo sistema que visa a reduzir o contrabando e roubo de medicamento teve regras publicadas pela Anvisa; implementação está sofrendo atrasos

Lígia Formenti / BRASÍLIA

O sistema de rastreamento de remédios, que permite traçar a trajetória do produto desde a fábrica até os postos de venda, começa a ser testado em agosto no Brasil com no máximo cinco classes de medicamentos. Entre os candidatos para o teste estão um

antibiótico, uma droga para controlar a hipertensão e outra para diabetes. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já publicou as regras para nortear o sistema na fase de experimentação, que começa em agosto e tem duração de um ano.

A ideia é que o produto possa ser rastreado durante todo o

percurso e seja possível fazer o acompanhamento mesmo em locais onde o acesso à internet não é constante. Uma das intenções é de que farmácias pequenas façam a transmissão de informações via celular. “Quando o sistema estiver em vigor, acreditamos que aplicativos serão criados. O que pode permitir que o próprio consumidor veri-

fique se o remédio não é falsificado.”

Nos próximos dois meses, é aguardada a edição de normas que vão acertar os detalhes de quais empresas e quais produtos serão envolvidos no trabalho. O presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, afirma que devem participar dessa fase um laboratório internacional, um laboratório brasileiro de grande porte, outro de pequeno porte e um laboratório público. “A participação é obrigatória. Mas muitas empresas já mostraram interesse em participar”, disse, em entrevista ao *Estado*.

Implementação. Preparativos para por em prática o sistema não vêm de hoje. Pela ideia inicial, a rastreabilidade deveria estar totalmente implementada no País há pelo menos cinco



Três anos. Barbosa diz que prazo inicial não era factível

anos. Foram sucessivos adiamentos e alterações no projeto, considerado essencial para tentar prevenir contrabando, roubo e falsificação de medicamen-

tos.

O formato agora acertado é bem mais restrito do que havia sido projetado em 2009, quando a lei foi criada. A lei anterior determinava que o sistema fosse aplicado em todo o mercado, para todos os medicamentos. O modelo anunciado este mês pela Anvisa exclui do projeto piloto radiofarmacos, medicamentos vendidos sem receita médica, amostras grátis, contrastes injetáveis e gases medicinais.

Também são excluídos desta fase remédios distribuídos pelo Sistema Único de Saúde de controle individualizado (em que autoridades sabem nome e endereço do paciente), como os fornecidos no programa de tuberculose e de aids. A tendência é de que a exclusão seja mantida, mesmo depois de concluída a etapa de projetos.

Nova lei ajustou cronograma de implementação

O presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa, reconheceu a demora na adoção da lei de rastreabilidade. Para ele, no entanto, a primeira versão era pouco factível. “O prazo proposto para isso, de três anos, era muito pequeno. Não foi feito um estudo para verificar quanto o processo custaria, qual tecnologia seria usada”, disse. Ele argumenta que, mesmo em países ricos, o prazo para a implementação do sistema é maior. Diante das dificuldades, uma nova lei foi aprovada no ano passado. Pelo cronograma traçado, a implantação para todo o mercado começa somente em abril de 2022.

A preocupação da agência, agora, é escolher produtos que sejam muito representativos. Daí a opção por um antibiótico de largo uso (preferencialmente que tenha tanto a versão oral quanto injetável) e medicamentos para controle de hipertensão e diabetes, duas doenças muito comuns entre brasileiros. “O objetivo central da rastreabilidade é evitar fraude e a ação de quadrilhas especializadas em roubo de cargas de medicamentos”, justificou Barbosa.

Para analistas ouvidos pelo *Estado*, a rastreabilidade é importante para a vigilância de produtos. E problemas na qualidade, avaliam, podem ocorrer em todos os remédios, não apenas nos mais caros.

Desde que assumiu a presidência da Anvisa, o sanitarista defendia que a rastreabilidade tivesse dimensão reduzida para produtos considerados de maior risco de fraude e contrabando. Outra mudança defendida por Barbosa, que agora se tornou regra, é a mudança no banco de dados. O controle será feito por um banco público, controlado pela Anvisa. “Na regra anterior, a previsão era de que o controle seria feito pelo produtor ou importador do remédio.”

O presidente da Sindusfarma – entidade que representa indústrias farmacêuticas –, Cleiton de Castro Marques, fez elogios. “No formato inicial, os custos seriam muito altos. Com a proposta atual, é possível a indústria absorver o impacto. Ele trará mais segurança.” /L.F.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

Sistema é o RG dos remédios

1. O que é o sistema?

Cria um RG para medicamentos, permitindo que a trajetória do produto seja acompanhada da fabricação até a venda na farmácia.

2. Qual a vantagem?

Tentar inibir o contrabando, roubo e falsificação de medicamentos e auxiliar na rápida identificação de lotes de remédios que tenham sido fabricados de forma incorreta ou que provoquem efeitos colaterais.

Doria abre museu e tem dia de grafiteiro

Prefeito lança 1ª área de exposição oficial de arte de rua e indica que polêmica é passado; até quem teve obra apagada na Av. 23 de maio aderiu

Fabiana Cambricoli

Após apagar pichações e murais na Avenida 23 de Maio, e iniciar uma polêmica com artistas de rua nos primeiros dias de sua gestão, o prefeito de São Paulo, João Doria (PSDB), quem diria, teve ontem um dia de grafiteiro.

Sua estreia na arte de rua aconteceu em um muro da Rua Doutor Moacyr Vaz de Andrade, na Vila Gustavo, zona norte paulistana. Ali foi inaugurada na manhã de ontem a primeira área do Museu de Arte de Rua (MAR), projeto da Secretaria Municipal de Cultura que selecionou grafiteiros para colorir muros públicos.

Vestindo máscara, luvas pretas e camiseta do patrocinador da ação – a marca de tintas Colorgin –, o prefeito empunhou um spray de cor vermelha para iniciar seu primeiro desenho. Ele pintou um grande coração, remetendo ao símbolo de um de seus projetos mais conhecidos: o São Paulo Cidade Linda.

A calça jeans e o sapatênis que costumam compor o look do gestor nas agendas mais informais não o impediram de subir em uma escada para terminar a criação e inserir acima do coração as letras S e P. Ao “assinar” a obra, o prefeito fez questão de mostrar que o conflito com os artistas de rua ficou no passado. Na mesma parede, deixou registrada a inscrição “J.Doria / Grafite é Arte”.

Desenhos. Ao lado dele, jovens grafitavam dez murais. Ao contrário do prefeito, a maioria não estava preocupada com o cheiro da tinta ou em sujar as mãos – trabalhavam com o rosto e os braços descobertos. Desenhos de animais e pinturas que remetem à miscigenação brasileira e valorizam a cultura hip hop foram algumas das temáticas. A única regra imposta



Mais um coração. Meta é que os 8 espaços públicos selecionados na capital se tornem ponto de visitação, segundo Doria



Dez murais. Cada coletivo selecionado recebe até R\$ 40 mil

aos grafiteiros no edital municipal que criou o MAR era que os desenhos não tivessem apolo-gia a práticas ilícitas, como violência e uso de drogas.

“Esse é o primeiro Museu de Arte de Rua. Foram os grafiteiros que escolheram (a área), assim como todas as demais áreas (que receberão o museu). A esco-

lha é deles, a arte é deles e o que eles escolherem e onde escolherem, a Prefeitura viabiliza e o museu é implementado e passa a ser um ponto de visitação na cidade”, declarou Doria.

Segundo o secretário de Cultura, André Sturm, também presente no evento, o primeiro edital do MAR levará pinturas para outros sete endereços, além do da zona norte. Cada coletivo de artistas selecionado para colorir os espaços vai receber entre R\$ 10 mil e R\$ 40 mil, dependendo do tamanho do muro e do número de grafiteiros envolvidos. As despesas com tintas e com os cachês dos muralistas serão pagos pela empresa patrocinadora.

Os grafiteiros presentes no primeiro MAR pareciam ter dei-

xado no passado o conflito que tiveram com o prefeito no início da gestão. Autor de um dos desenhos apagados na 23 de Maio, o grafiteiro Deley, de 18 anos, por exemplo, estava entre os artistas que pintavam o muro da zona norte, ontem. “Na época, eu achei que (apagar os grafites) foi uma falta de respeito e de diálogo, mas decidi participar do projeto porque considerei que é uma oportunidade para mostrar o valor da arte.”



NA WEB
Portal. Relembra a polêmica das pichações

estadoa.com.br/e/pichacoes-doria

Pichador morre ao cair sobre fio na Bela Vista

Um homem de 34 anos morreu eletrocutado na madrugada de ontem ao cair de um prédio sobre fios de alta tensão na altura do número 95 da Rua Rui Barbosa, na Bela Vista, região central da capital paulista.

Segundo a assessoria de Im-

prensa da Polícia Militar, o homem pichava a fachada do edifício por volta das 5h30 quando se desequilibrou e caiu do segundo andar sobre a fiação. Ele ficou pendurado de uma altura de 5 metros.

O Corpo de Bombeiros e a PM foram acionados, mas o homem não resistiu aos ferimentos e morreu no local. Outras três pessoas que pichavam o prédio com a vítima foram detidas e encaminhadas para o 78.º DP (Jardins).

Grafite versus pichação. Em agenda na manhã de ontem para inaugurar a primeira área do Museu de Arte de Rua (MAR), que será formado por trabalhos de grafiteiros e muralistas em paredes públicas, o prefeito João Doria (PSDB) lamentou a morte do pichador. Sobre as três pessoas detidas, o prefeito reafirmou o combate à pichação na capital paulista. “Todo apoio aos grafiteiros e aos artistas de rua. Aqueles que, lamentavelmente, ainda insistem na

pichação terão o rigor da lei”, declarou.

Segundo Doria, 128 pichadores já foram detidos na cidade desde o início da sua gestão, em janeiro, até sexta-feira. O número é mais do que o dobro de prisões do gênero feitas em todo o ano passado: 60. /F.C.

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM.BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Temer dá autonomia a Torquato para mudar PF

Michel Temer deu total autonomia para o ministro Torquato Jardim no Ministério da Justiça. Isso significa que, se quiser, poderá trocar o diretor-geral da PF, Leandro Daiello. Palacianos dizem, contudo, que não terá mudanças de imediato. Desde que a Lava Jato foi deflagrada em 2014, a pasta já teve seis ministros. Em um ano de mandato, Temer indicou três. Antes de Osmar Serraglio, demitido ontem, nomeou Alexandre de Moraes. Torquato Jardim assume no momento mais crítico da pasta, quando investigações atingem o próprio Temer.

» **Panela de pressão.** O entra e sai de ministros na Justiça se deu nos últimos 15 meses. Em comum, todos tiveram Leandro Daiello como diretor-geral da PF. Ele está no cargo desde janeiro de 2011.

» **Último a saber.** Osmar Serraglio foi avisado de sua demissão do Ministério da Justiça pela Coluna, que antecipou a informação na edição online. O substituto já tinha sido convidado.

» **Travado.** Pesou contra Serraglio o fato de ser tímido. O governo queria alguém que defendesse Temer de acusações, como faziam Alexandre de Moraes e, na época de Dilma, Eduardo Cardozo. Serraglio entrou mudo e saiu calado.

» **Fatos...** O governo tratou de encontrar uma explicação para ter convidado Serraglio a assumir o Ministério da Transparência. Interlocutores do presidente dizem que ele é professor de direito administrativo, tudo a ver com a pasta.

» **Day after.** Nas conversas sobre o pós-Temer, caso ele perca o mandato, uma unanimidade é que o escolhido deve preservar o núcleo da equipe econômica, uma forma de tranquilizar o mercado em meio à crise.

» **Montagem.** Entre Tasso e Rodrigo Maia, dois dos mais cotados para substituir Temer, os governistas acham mais fácil que o último preserve mais nomes.

» **Grande família.** Maia é mais alinhado com Temer do que Tasso. Além disso, até mesmo seu sogro, Moreira Franco, é ministro.

FACEBOOK/EDUARDO BOLSONARO



» **CLICK.** Em Londrina (PR), Jair Bolsonaro ironizou notícias de que teria admitido receber propina. Ao fazer exercícios com a Guarda Civil disse: "Só roubo nas flexões".

» **...E versões.** A justificativa é para tentar conter as associações de que o Planalto fez isso para preservar a prerrogativa de foro de Rocha Loures, por medo de que ele faça delação premiada e complique Temer. Loures é suplente de Serraglio.

» **Crime perfeito.** Torquato Jardim não foi a primeira opção do Planalto para assumir a Justiça. O governo considerou chamar Antônio Mariz ou Raul Jungmann. Pesou na escolha o fato de poder substituir um ministro pelo outro e, ainda, não mexer com Loures.

» **Perto de mim.** Foi de última hora que Temer convocou os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia, para acompanhá-lo em agenda no Recife e Maceió ontem.

» **Ultimato.** Renan Calheiros (AL) dificilmente escapa de ser destituído da liderança do PMDB no Senado em reunião na terça-feira.

» **Pagando pra ver.** A aliados, Renan dá de ombros às ameaças e retoma a artilharia. Diz que Temer sairá do governo antes de ele ser destituído da liderança.

» **Mala pronta.** Caso Aécio Neves tenha o mandato cassado, o DEM ganhará mais um senador. O suplente Elmiro Nascimento é da sigla.

COM NAIRA TRINDADE E GUSTAVO ZUCCHI. COLABOROU DAIENE CARDOSO



KLEBER SALES/ESTADÃO

» **SINAIS PARTICULARES, Elmiro Nascimento, suplente de Aécio Neves no Senado**

PRONTO, FALEI!



Carlos Minc

Deputado estadual (RJ) e ex-ministro do Meio Ambiente

“Vamos rezar uma missa, na igreja da Suíça, para aquela grana voltar. Moro diz: sabe de nada, inocente!”, sobre congelamento de contas de Cláudia Cruz na Suíça.

Oportunidade para sanar uma chaga secular

ADRIANO PITOLI

Não poderia ser mais radical e sensata a guinada no foco de atuação do BNDES, que anunciou o abandono definitivo da política de campeões nacionais, passando a dar total prioridade ao programa de concessões de infraestrutura. Se há uma vocação natural e incontestada do BNDES, ainda que relegada a segundo plano por anos, é fomentar investimentos em projetos capazes de produzir externalidades positivas, ou seja, com retorno social maior que o privado.

Difícilmente se podem citar projetos que atendam melhor a esse quesito do que um amplo programa de concessão em energia, transporte e, sobretudo, saneamento. Especialmente auspicioso é o fato de o programa beneficiar principalmente os Estados do Nordeste e do Norte, que sofrem com maiores gargalos de infraestrutura e mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social, conforme retratado pelo Ranking de Competitividade dos Estados (em <http://www.rankingdecompetitividade.org.br/>), desenvolvido por CLP, Tendências e EIU.

Na distribuição de energia, está programada a concessão de cinco companhias estaduais, das quais apenas a do Amazonas detém indicadores de qualidade mais satisfatórios. As outras quatro distribuidoras, responsáveis pelo fornecimento de energia a Alagoas, Piauí, Rondônia, Acre e Roraima, disputam as últimas colocações dos rankings de qualidade da Aneel – juntamente com a Celg (GO), recém-privatizada.

Dispensável justificar a importância de uma oferta confiável de energia para a competitividade dos Estados. E não é coincidência que os três com os melhores índices de qualidade no serviço (Maranhão, Paraíba e Espírito Santo) sejam supridos por distribuidoras privatizadas.

Avanços igualmente relevantes para a competitividade do País são esperados em transporte e logística, com ampla lista de concessões de aeroportos, terminais portuários e rodovias. Os maiores impactos econômicos, porém, devem vir da concessão das Ferrovias Norte-Sul (trecho entre Tocantins e São Paulo) e Fiol (Bahia), ambas afligidas pelas intermináveis obras

inconclusas, acrescidas da Ferrogrão (entre Mato Grosso e Pará), ainda em fase de projeto.

Depois de anos de impasse resultante da insistência do governo Dilma em implementar um modelo excessivamente complexo e incerto, as concessões ferroviárias, agora sob molde mais convencional, têm tudo para sair do papel. Com demanda praticamente garantida, os projetos têm potencial para atrair investidores nacionais e internacionais.

O programa deve proporcionar não apenas uma solução de longo prazo para o desafio do escoamento de grãos do Centro-Oeste, como também a criação de um ambiente de competição entre os diversos corredores logísticos a serem viabilizados.

Segundo o ranking de compe-

Temos uma nova janela para correções de rota com grande potencial transformador

titividade do Fórum Econômico Mundial (edição 2016-17), o País encontra-se na vexatória 114.^a posição em infraestrutura portuária, na 111.^a em qualidade de rodovias, na 95.^a em infraestrutura aeroportuária e na 93.^a em infraestrutura ferroviária. Dado que a baixa qualidade da infraestrutura logística representa um dos principais limitadores ao crescimento sustentável do País nos próximos anos, o impacto do programa de concessões sobre a produtividade da economia será bastante elevado.

É, no entanto, no saneamento que estão reservados os projetos com maior potencial transformador, tendo em vista os inaceitáveis índices de cobertura dos serviços no País. Dos 68 milhões de domicílios, 16% não dispõem de acesso à água encanada, 41% não dispõem de coleta de esgoto e 63% não têm o esgoto tratado.

Ironicamente, a severa crise econômica trouxe uma oportunidade ímpar para superar esse flagelo, com amplo número de governos estaduais se vendo forçados a abrir mão de suas companhias de saneamento, boa parte com índices de cobertura entre os piores do País.

Dentre as 18 companhias de saneamento que já aderiram ao Programa de Parceria de Investimentos, estão companhias de to-

dos os Estados do Nordeste e do Norte (exceto Roraima), além de companhias do Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.

A expectativa, naturalmente, é de que essas concessões impliquem pesadas metas de universalização dos serviços. Na média desses Estados ainda há 22% de domicílios sem acesso à água encanada, 56% não têm acesso a esgoto e 68% não recebem tratamento de esgoto.

O impacto de investimentos em saneamento no bem-estar social é enorme. Não causa surpresa que os problemas de saúde pública sejam mais graves nesses 18 Estados contemplados no programa, o que se vê, por exemplo, nas elevadas taxas de mortalidade na infância, com taxa de 16,1 óbitos de menores de até 4 anos de idade a cada mil indivíduos nessa faixa etária (ante uma taxa já muito elevada de 14,9 na média do Brasil).

Aqui também as necessidades de investimentos são contadas na casa das dezenas de bilhões, embora não devam faltar interessados, considerando a ampla disponibilidade de capitais no mercado internacional. Além disso, comparativamente aos demais segmentos de infraestrutura, investimentos em saneamento são de baixo risco. O setor requer uma regulação relativamente simples e as companhias não estão expostas a grandes riscos tecnológicos ou de entrada de novos competidores. Basta que a modelagem da concessão seja bem desenhada, eliminando os impasses quanto ao poder concedente e à agência que terá a prerrogativa de regular as concessionárias.

A exemplo de outros momentos em que o País se encontrava à beira do precipício, temos uma nova janela de oportunidade para implementar correções de rota com grande potencial transformador. E dada a urgência do País em dispor de novos motores para reativar a economia, não há melhor momento para deflagrar o programa. Especialmente auspicioso por concentrar os investimentos em obras de construção civil – as concessões têm elevado potencial de geração de emprego, o que se faz ainda mais urgente.

DIRETOR DA ÁREA DE ANÁLISE SETORIAL E INTELIGÊNCIA DE MERCADO DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA

Autoridade e vandalismo



DENIS LERRER
ROSENFELD

Para melhor compreendermos as violentas manifestações de rua da última semana, tendo como roupa-gem todo um falso vocabulário democrata, torna-se necessário melhor avaliarmos a questão do Estado e da democracia.

Quando o presidente Temer se viu confrontado pela violência instaurada em Brasília, foi levado a fazer uma escolha, tendo como foco o restabelecimento da autoridade estatal, que estava sendo minada. E tomou para si, como presidente da República, a difícil decisão de chamar o Exército Brasileiro para a defesa da ordem pública, abalada. Deixou claro para a sociedade brasileira que seu objetivo consistiu em defender o Estado e o regime democrático.

Se não o fizesse, não estaria exercendo a autoridade que lhe confere a Constituição. Se não o fizesse, estaria abdicando de sua função de governar, dando livre curso à violência. Se não o fizesse, estaria dando o exemplo de que o caminho da desordem pública estava aberto para novas manifestações por todo o País. Se não o fizesse, estaria renunciando a sustentar o Estado. Um sim seria dado à generalização da violência.

Vivemos uma situação única e particularmente explosiva, pois, após a captura do Estado pelo aparelho lulopetista e aliados, com a corrupção tendo se infiltrado decisivamente no sistema político-partidário, as regras democráticas começaram a servir aos mais distintos propósitos. Por exemplo, as manifestações são apresentadas como “pacíficas”, próprias a um regime democrático, quando visam, na verdade, a enfraquecer ainda mais a democracia por meio da violência.

Que não se venha repetir a paratranha de sempre: que as manifestações são pacíficas, porém “infiltradas” pelos black blocs. Todas as manifestações da esquerda são acompanhadas pela violência, o que não se vê com as organizadas por MBL, Vem Pra Rua e outros movimentos, que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff. Tanto são os vândalos acobertados que, mascarados e com bombas caseiras, são defendidos pelos mesmos grupos de esquerda que organizam essas manifestações.

São, também, defendidos por advogados da mesma esquerda, que se autointitulam de “democratas” e defensores dos “direitos humanos”. Na Câmara dos Deputados e no Senado são apoiados por parlamentares que, nessas Casas, têm introduzido a baderna como meio de paralisação dos trabalhos parlamentares. Reproduzem o mesmo estilo de atuação, que toma a democracia para subvertê-la.

A anomia caracteriza-se pelo fato de as regras democráticas começarem a funcionar no vazio, como se fossem independentes do Estado. Dada a herança lulopetista e seus desdobramentos posteriores, os cidadãos não se sentem mais representados, o que faz com que as instituições sejam enfraquecidas e mesmo corroidas por dentro. Segue-se a falar de democracia num quadro de desmoronamento institucional.

Pode ocorrer que o uso que se faça das regras democráticas tenha o intuito de enfraquecer o próprio Estado. Defende-se uma forma de democracia que começa a perder sua substância, uma vez que o aparelho estatal se desarticula, vítima que veio a ser de uma apropriação “privada e partidária” e criminosa. O Estado foi tomado de assalto e os invasores apresentam-se como democratas.

Quando o presidente Temer

O presidente Temer fez o que tinha de fazer: restabeleceu a ordem, com auxílio do Exército

assinou o decreto de Garantia da Lei e da Ordem, nada mais fez do que seguir a Constituição, em seu artigo 142, que lhe atribui essa função na defesa do Estado Democrático de Direito. Deixou claro que não compactuaria com a desordem nem com a subversão da democracia. Deixou igualmente claro que, uma vez restabelecida a ordem, revogaria o decreto, o que fez no dia seguinte, quando os manifestantes saíram, em seus ônibus, de Brasília.

Note-se que a atitude do Exército, como expresso pelos ministros do GSI, general Sérgio Etchegoyen, e da Defesa, Raul Jungmann, foi nitidamente defensiva, visando a resguardar a vida dos funcionários nos ministérios depredados e incen-

diados e o patrimônio dos prédios públicos federais.

Imaginem a angústia e o medo de funcionários em ministérios sendo incendiados, precisando fugir das chamas, da fumaça e da asfixia. Imaginem a angústia e o medo de pessoas trabalhando em seus escritórios, sob o impacto de pedras e outros artefatos que destroem as paredes de vidro de suas instalações. O que poderia acontecer se a violência não fosse contida?

Os esquerdistas de sempre, PT, PSOL, PCdoB e Rede, logo passaram a falar de “repressão militar”, violação da democracia e assim por diante, num festival de besteiras sem igual. Alguém viu o Exército reprimindo alguém? Há um único vídeo ou foto a esse respeito?

Repito: teve uma atitude defensiva, de contenção da violência que se espalhava por toda a Esplanada dos Ministérios. Simbolicamente, sustentou as instituições e a democracia. Os falsos democratas são os que se insurgem contra essa atitude constitucional e compactuam com a violência.

Para quem esteve em Brasília nesse dia, a capital federal mais parecia uma praça de guerra. Fumaça em vários lugares, bombas sendo lançadas por manifestantes, vândalos atacando a polícia, em vez de fugirem dela, incêndios em ministérios e nas ruas, pontos de ônibus destruídos e banheiros químicos queimados.

A Polícia Militar do Distrito Federal havia sido transbordada, não era mais capaz de exercer sua missão. A Força Nacional existente naquele momento em Brasília era constituída por pouco mais de cem policiais, número nitidamente insuficiente para conter a violência, que se alastrava.

O presidente Temer fez o que deveria ter feito, restabelecendo a ordem, com o auxílio do Exército, no estrito cumprimento de suas responsabilidades constitucionais. Protegeu o patrimônio nacional e a vida das pessoas, transmitindo à Nação a mensagem de que a violência não é opção para a democracia. Não há democracia sem autoridade estatal.



PROFESSOR DE FILOSOFIA
NA UFRGS; E-MAIL:
DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR

Poder e responsabilidade



A Constituição de 1988 deu a cara que o Ministério Público (MP) tem hoje. Alçou a instituição à condição semelhante de poder independente e a inseriu no dia a dia da vida dos brasileiros. Até então, o órgão padecia de uma espécie de conflito existencial, ora atuando como patrono dos interesses do Estado, ora como fiscal dos atos de agentes deste mesmo Estado, de quem, em última análise, dependia para funcionar. A nova Carta Magna reconfigurou o papel do MP e deu origem a uma instituição totalmente autônoma – funcional e administrativa – e independente de quaisquer controles dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Ministério Público foi uma instituição que saiu muito fortalecida

da Assembleia Nacional Constituinte. À independência administrativa, funcional e financeira, somou-se a significativa ampliação da esfera de atuação do órgão – especialmente com o instituto da Ação Civil Pública –, dando-lhe projeção, protagonismo e, sobretudo, poder. Tanto é assim que é justamente o Ministério Público que abre o Capítulo IV da chamada “Constituição Cidadã”, o que trata das funções essenciais à Justiça. Sem dúvida, fortalecer o Ministério Público representou um enorme ganho para a sociedade brasileira, que saíra havia pouco de uma ditadura que a privou do exercício dos mais elementares direitos.

Entretanto, ao significativo ganho de poder do Ministério Público na vida institucional do País não houve correspondência na criação de mecanismos de controle que pudessem conter eventuais ex-

cessos e, nos casos mais graves, abusos dos membros daquela instituição. O controle interno – e único – dos atos de promotores e procuradores de justiça é exercido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), criado em dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional n.º 45.

O colegiado é composto pelo procurador-geral da República, que o preside, e mais 13 conselheiros, que são indicados pelas instituições de origem às quais pertencem – Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar, além de advogados – e devem ser aprovados pelo presidente da República e pelo Senado. Em suma, promotores e procuradores têm as suas condutas controlados fundamentalmente por seus pares. Trata-se de uma excrescência da ordem constitucional brasileira

que precisará ser enfrentada com coragem numa necessária revisão da Carta.

Em um regime que se propõe democrático, é essencial o controle externo de uma instituição republicana por outra – o chamado sistema de pesos e contrapesos. Ora, se este balanço institucional vigora plenamente para os Três Poderes da República, por que não haveria de valer para uma instituição que, repita-se, foi alçada à categoria de poder independente pela ação de seus próprios membros? Lembrese que Executivo e Legislativo são ainda mais controlados, dada a natureza eletiva dos cargos que os compõem.

O Ministério Público tem prestado um grande serviço ao País. A Operação Lava Jato tem produzido bons resultados, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista da opinião pública, que passou a

ver nela as razões para restaurar a confiança no primado elementar da igualdade de todos os cidadãos perante a lei. De pouco valerá este legado, no entanto, se, tal como cruzados, promotores públicos e procuradores de justiça insistirem em assumir o papel de purificadores da vida institucional do País, promovendo a explosão da legítima atividade político-partidária, usando a justa indignação da sociedade como combustível para levar a cabo seus próprios desígnios corporativos.

Não são apenas a Presidência da República, o Congresso Nacional, a classe política em geral que estão sob escrutínio da sociedade, como é natural num regime democrático. O Ministério Público também. Os inegáveis avanços da Operação Lava Jato lhe parecem um salvo-conduto para agir sem questionamentos. Não são.

Consumo sem combustível

Se o governo apostou no consumo das famílias para movimentar a economia, é bom mudar o jogo com urgência. Apesar da melhora em alguns segmentos, o desempenho geral continua ruim. Consumidores estão menos pessimistas que no ano passado, segundo algumas pesquisas, mas os números do comércio continuam sem refletir essa mudança de humor. Desemprego elevado, sinais de recuperação ainda fracos e esparsos, amplo endividamento e crédito escasso podem estar reprimindo a disposição de gastar. Os efeitos da recessão permanecem no varejo, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em março, o volume de vendas do varejo restrito foi 1,9% menor que o de fevereiro e 4% inferior ao de um ano antes, segundo o IBGE. Somando-se a esse conjunto o segmento de veículos e motos, partes e peças e também o de material de construção, chega-se ao varejo ampliado. A queda de fevereiro para março, neste caso, foi de 2%, enquanto a comparação com o mesmo mês de 2016 mostrou um recuo de 2,5%.

Alguns analistas do mercado mostram insegurança quanto aos números do IBGE, depois da mudança metodológica anunciada recentemente, com ampliação da amostra e alteração de pesos. Além disso, há quem aponte detalhes aparentemente estranhos nos últi-

mos dados. Segundo o economista Fábio Pina, assessor da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, as vendas de março devem ter sido menos fracas do que indicaram os dados do IBGE. Ele chama a atenção, de modo especial, para um ponto surpreendente: na comparação dos números de março deste ano com os de março do ano passado, as vendas em hiper e supermercados caíram 8,7%, enquanto as de veículos e componentes diminuíram 6,1% e as de eletroeletrônicos aumentaram 10,5%.

É estranho, de acordo com Pina, o recuo maior das vendas de supermercados, num ambiente de crédito escasso, mais desfavorável ao comércio de bens de alto valor, como automóveis e eletrodomésticos.

Por esse raciocínio, no entanto, ficam ainda mais estranhos os dados de licenciamento de veículos leves publicados pela associação das montadoras, a Anfavea: em março, o número foi 6,2% maior do que o de um ano antes. No caso dos automóveis de passageiros, o aumento foi de 7,1%.

Mesmo com algumas dúvidas e detalhes surpreendentes, parece claro o desempenho fraco da maior parte do varejo, no primeiro trimestre. O caso dos veículos parece mesmo especial. Não só em março, mas no trimestre, houve sinais positivos. Nos primeiros três meses, o número de veículos licenciados foi apenas 1,1% menor que o de janeiro a março de 2016. Considerados apenas os nacio-

nais, no entanto, o balanço mostra um aumento de 4,6%. O recuo ocorreu nos negócios com os importados.

Do lado positivo, os dados do IBGE mostram uma firme recuperação das vendas de móveis e eletrodomésticos, com dados mensais positivos em todo o trimestre. No acumulado do ano, o volume de vendas foi 3% superior ao do mesmo período de 2016. Em 12 meses, no entanto, ainda houve um recuo de 7,8%. No varejo de tecidos, vestuário e calçados o volume negociado em março foi 1% menor que o de fevereiro, mas o acumulado no trimestre superou o de um ano antes por 4,7%. As vendas de materiais de construção, até março, foram 4,2% maiores que as do primeiro trimestre do ano passado.

Em sete dos dez segmentos listados na pesquisa as vendas de janeiro a março ficaram abaixo das de um ano antes. Em todos os segmentos continuaram no vermelho os números dos últimos 12 meses. O retorno aos níveis de 2016, já baixos, ainda vai demorar.

Por enquanto, a inflação em queda foi insuficiente para estimular o consumo, embora a alta de preços mais moderadas sem dúvida melhore o orçamento familiar. O acesso às contas inativas do FGTS deverá servir, em boa parte, para a liquidação de dívidas. Mantido esse quadro, restarão as exportações e os investimentos dependentes do setor público para dinamizar a economia.

O autor da crise

A escassez de lideranças políticas no Brasil é tão grave que permite que alguém como o chefe petista Lula da Silva ainda apareça como um candidato viável à Presidência da República, mesmo sendo ele o responsável direto, em todos os aspectos, pela devastadora crise que o País atravessa.

A esta altura, já deveria estar claro para todos que a passagem de Lula pelo poder, seja pessoalmente, seja por meio de sua criatura desengonçada, Dilma Rousseff, ao longo de penosos 13 anos, deixou um rastro de destruição econômica, política e moral sem paralelo em nossa história. Mesmo assim, para pasmo dos que não estão hipnotizados pelo escancarado populismo lulopetista, o demiurgo de Garanhuns não só se apresenta novamente como postulante ao Palácio do Planalto, como saiu a dizer que “o PT mostrou como se faz para tirar o País da crise” e que, “se a elite não tem condição de conservar esse País, nós temos”. Para coroar o cinismo, Lula também disse que “hoje o PT pode inclusive ensinar a combater a corrupção”. Só se for fazendo engenharia reversa.

Não é possível que a sociedade civil continue inerte diante de tamanho descaramento. Lula não pode continuar, sem ser contestado, a se oferecer como remédio para o mal que ele mesmo causou.

Tudo o que de ruim se passa

no Brasil converge para Lula, o cérebro por trás do descomunal esquema de corrupção que assaltou a Petrobrás, que loteou o BNDES para empresários camaradas, que desfalcou os fundos de pensão das estatais, que despejou bilhões em obras superfaturadas que muitas vezes nem saíram do papel e que abastardou a política parlamentar com pagamentos em dinheiro feitos em quartos de hotel em Brasília.

Lula também é o cérebro por trás da adulteração da democracia ocorrida na eleição de 2014, vencida por Dilma Rousseff à base de dinheiro desviado de estatais e de golpes abaixo da linha da cintura na campanha, dividindo o País em “nós” e “eles”. Lula tem de ser igualmente responsabilizado pela catastrófica administração de Dilma, uma amadora que nos legou dois anos de recessão, a destruição do mercado de trabalho, a redução da renda, a ruína da imagem do Brasil no exterior e a perda de confiança dos brasileiros em geral no futuro do País.

Não bastasse essa extensa folha corrida, Lula é também o responsável pelo tumulto que o atual governo enfrenta, ao soltar seus mastins tanto para obstruir os trabalhos do Congresso na base até mesmo da violência física, impedindo-o de votar medidas importantes para o País, como para estimular confrontos com as forças de segurança em manifestações, com o objetivo de provocar a reação policial e, assim, trans-

formar baderneiros em “vítimas da repressão”. Enquanto isso, os lulopetistas saem a vociferar por aí que o presidente Michel Temer foi “autoritário” ao convocar as Forças Armadas para garantir a segurança de Ministérios incendiados por essa turba. Houve até mesmo quem acusasse Temer de pretender restabelecer a ditadura.

Para Lula, tudo é mero cálculo político, ainda que, na sua matemática destrutiva, o País seja o grande prejudicado. Sua estratégia nefasta envenena o debate político, conduzindo-o para a demagogia barata, a irresponsabilidade e o açodamento. No momento em que o País tinha de estar inteiramente dedicado à discussão adulta de saídas para a crise, Lula empestia o ambiente com suas lrotas caça-votos. “O PT ensinou como faz: é só criar milhões de empregos e aumentar salários”, discursou ele há alguns dias, em recente evento de sua campanha eleitoral fora de hora. Em outra oportunidade, jactou-se: “Se tem uma coisa que eu sei fazer na vida é cuidar das pessoas mais humildes, é incluir o pobre no Orçamento”. Para ele, o governo de Michel Temer “está destruindo a vida do brasileiro”, pois “a renda está caindo, não tem emprego e, o que é pior, o povo não tem esperança”.

É esse homem que, ademais de ter seis inquéritos policiais nas costas, pretende voltar a governar o Brasil. Que Deus – ou a Justiça – nos livre de tamanha desgraça.

Torquato Jardim, novo ministro da Justiça

Torquato questiona abertura de inquérito contra o presidente

Novo titular da Justiça diz que investigação no STF instaurada por Fachin foi 'fundada em um documento não periciado'

Isadora Peron / BRASÍLIA

O novo ministro da Justiça e ex-titular da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, Torquato Jardim, minimizou o fato de o presidente Michel Temer ter recebido na noite de 7 de março, no Palácio do Jaburu, sem registrar na agenda oficial, o empresário Joesley Batista, dono da JBS. Para ele, faz parte da "cultura parlamentar" do presidente ser "afável e acessível a qualquer hora e qualquer lugar". Em entrevista ao **Estado** na sexta-feira passada, antes da nomeação para a Justiça, Torquato defendeu o "reexame", no Supremo Tribunal Federal, da competência do ministro Edson Fachin como relator do inquérito que investiga Temer. Ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral, ele disse também que é "recomendável" que haja um pedido de vista na retomada do julgamento da ação contra a chapa Dilma-Temer. Procurado ontem, o ministro não se manifestou.

● **A circunstância do encontro entre Temer e o empresário Joesley Batista não deveria ter sido mais transparente?**

O presidente Temer foi procurador-geral do Estado de São Paulo, secretário de Segurança do Estado de São Paulo, 24

anos parlamentar, seis dos quais presidente da Câmara dos Deputados, então ele tem a cultura parlamentar. A cultura do parlamentar é muito informal, ele conversa com quem o procura, porque ele vive do voto. A imagem que qualquer parlamentar tem que projetar é a da pessoa afável, acessível a qualquer hora e qualquer lugar. Isso é da cultura de qualquer parlamentar, em qualquer parlamento, de qualquer país.

● **Mas receber um empresário que está sendo investigado, à noite, na residência oficial e fora da agenda, não abre margem para questionamento?**

A hora eu não me preocupo porque o parlamentar, você sabe, começa a trabalhar meio-dia e acaba as 2h. Você vai ao Congresso de manhã e está vazio, as sessões duram até depois da meia-noite. Eu diria que a conduta do presidente não foi algo estranho à cultura de um parlamentar.

● **E não foi algo estranho à cultura de um presidente?**

Ele levou para a Presidência a cultura parlamentar. Os generais levaram a cultura do quartel. Cada um leva o seu passado. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso era muito descontraído, ele levava a familiaridade do parlamentar e do professor que pode a qualquer hora conversar com os seus alunos. É uma questão de cultura.

● **O sr. não acha que isso deve mudar no futuro? A regulamentação do lobby que o sr. tem defendido diz que o contato entre parla-**

mentares e empresários têm de seguir regras e ser pautado pela transparência.

O presidente da República não é servidor público, então não se aplica a ele regras ordinárias do serviço público. É uma questão de cultura. Talvez tenha que mudar a cultura para não se expor tanto.

● **Ele não deveria ter tido uma posição mais rigorosa diante das revelações de Joesley?**

Não posso comentar sem o laudo técnico da fita. Se a fita tem 70 manipulações como fala um dos peritos, e é um perito famosíssimo, o Molina (*Ricardo Molina, contratado pela defesa do presidente Temer para fazer uma análise dos áudios*), então eu não sei se aquilo ali não é montagem de diálogo, eu preciso esperar o laudo.

● **Mas se ficar comprovada uma atitude de omissão do presidente?**

Eu não comento nada mais até chegar a fita.

● **Vai demorar 30 dias para a perícia da Polícia Federal ficar pronta...**

O Brasil vai ter que esperar 30 dias, senão fica especulação, o assunto é muito sério para ter especulação.

● **O sr. acha que a gravação não é motivo para investigar o presidente?**

Primeiro, precisa ficar esclarecido se o empresário, quando vai falar com o presidente, se ele já estava comprometido com delação ou não. Se ele foi por conta própria, essa gravação é clandestina e ilegal. Se ele já estava em processo de de-

DIRETO DA FONTE SONIA RACY

Blog: estado.com.br/diretodefonte Facebook: facebook.com/SoniaRacyEstado Instagram: @colunadiretodefonte



Colaboração

Gabriel Manzano gabriel.manzanofilho@estado.com
Marília Neustein marilia.neustein@estado.com
Sofia Patsch sofia.patsch@estado.com

Encontros Miguel Reale Jr.

‘Janot seguiu a lei, mas decisão sobre JBS não é final’

Para jurista, ‘argumento moral’ contra Joesley Batista pode ter peso em decisões futuras

O jurista Miguel Reale Jr. tem vividos dias agitados. De um lado, acompanha os solavancos do debate político e jurídico em que mergulhou recentemente a vida pública brasileira. De outro, além do trabalho diário no escritório, e como titular de direito penal da Faculdade de Direito da USP, finalizou as 1.100 páginas do livro *Código Penal Comentado*, que lança amanhã na Livraria da Vila da Lorena, em São Paulo.

“O que há é muita especulação”, diz ele sobre o vendaval que se abateu sobre o mundo político. Por exemplo, a decisão do procurador-geral Rodrigo Janot de liberar o empresário Joesley Batista, da JBS, após a delação contra o presidente Michel Temer. “O Janot agiu dentro das normas legais”, afirma o jurista, “ainda que persistam questões de ordem moral e que o benefício pareça desproporcional”. Sobre o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE, que começa dia 6: “O caso não terá uma solução rápida, como muitos imaginam”. E, por fim, a advertência: não há espaço constitucional, “nem mesmo com a minirreforma de 2015”, para se implantar eleição direta de um eventual sucessor de Temer, afirma nesta entrevista a Gabriel Manzano.

● **Tem gente apostando que o STF aprova a minirreforma de 2015, que reduz de 2 anos para 6 meses o prazo para o Congresso fazer eleição indireta. Antes disso – ou seja, agora –, a saída seria ainda convocar as diretas.**

Está claro naquele texto que tal recurso não se aplica a presidente da República. Só daí para baixo, que é o que está acontecendo agora com o governador e o vice do Amazonas.

● **Há uma indignação geral contra o procurador Rodrigo Janot, do STF, por terem legitimado o acordo que liberou de qualquer punição o delator de Temer, Joesley Batista, e o autorizou a deixar o País. Foi um equívoco?**

Janot agiu dentro das normas legais. A lei 12.850, que trata do crime organizado, atribui ao procurador a função de avaliar a importância e utilidade das denúncias feitas no interesse da sociedade. Cabe lembrar que o material entregue pela JBS é de grande valia para futuras investigações. O MP pode, assim, abrir mão de denunciar. Mas veja, é um benefício condicional. As denúncias vão ao Judiciário e um juiz pode, ao final, examinar se a colação foi proporcional ao benefício dado. A última palavra é do juiz.

‘AS DIRETAS DA MINIRREFORMA NÃO VALEM PARA PRESIDENTE’

● **O ministro Fachin homologou. O ministro fez um exame superficial. Ainda cabe,**

lá na frente, depois do processo contra os delatados, o juiz do caso fazer nova apreciação.

● **Até lá, os donos da JBS já estarão longe, livres e tocando seus negócios pelo mundo...**

O dilema do Janot era que, se não fizesse o acordo, as provas não surgiriam. E elas existem, muitas, envolvendo dois ex-presidentes (Lula e Dilma), um presidente (Temer), um importante presidente (Aécio), vários governadores, vários senadores e cerca de 2.000 políticos pelo País inteiro. Mais quilos de documentos, e-mails, um prato pronto de movimentações bancárias. Cabe também ressaltar que Joesley Batista, pessoalmente, sairia impune da mesma forma – nesse episódio específico ele é apenas o delator da história, não o delatado. A lei dá ao procurador competência para decidir o que acha melhor para o País.

● **O diálogo dele com Temer, em que menciona uma sequência de comportamentos irregulares, não deveria pesar no caso? Primeiro, ele e a JBS estão sofrendo uma enorme multa pecuniária, ainda em negociação.**

E quanto ao livro? Reale Jr. não o vê como “um título a mais” sobre o Código Penal. Juntos gente de peso, fez um amplo debate de questões que vão desde a eutanásia à crise penitenciária ou ao compliance. E o lança como quem está “passando o bastão à nova geração”. A seguir, principais trechos da entrevista.

● **Semana que vem, o TSE julga a chapa Dilma-Temer. O que acha que vai acontecer?**
Se a chapa for cassada, tudo indica que Temer recorrerá ao STF. Este indicará um relator, que enfrentará um processo de 7.000 páginas, sem prazo obrigatório para dar seu parecer. Se Temer for afastado, Rodrigo Maia assume, mas não pode convocar eleição indireta de imediato. Ele tem de esperar a sentença final sobre o presidente. Ou então que ele renuncie.

● **A urgência não poderia levar o STF a ser rápido?**
Se fizer isso, ele será acusado de fazer parte de um conluio para tirar Temer. Imagino que dificilmente o fariam.



JARA MORSELLI / ESTADÃO

nhar no Congresso.

● **Acha necessário, no momento, mexer-se na Constituição?**
Não vejo sentido em uma Constituinte exclusiva. Vão querer reavaliar tudo de novo, alterar a ordem econômica. Imagine a insegurança que isso iria criar. Mas acho que faz sentido, sim, discutir e aprovar algumas PECs. Especialmente a da reforma política, já alterando para 2018 a cláusula de barreira, as coligações partidárias e o financiamento de campanha. E a trabalhista, para ressuscitar os empregos. Não acho a da Previdência urgente, embora indispensável. Seus efeitos são no longo prazo, oito ou dez anos. Esperar um ano mais não é mortal.

● **E com toda essa balbúrdia o sr. arruma tempo para lançar, nesta terça-feira, um livro importante de sua carreira como professor e autor, O Código Penal Comentado. O que o levou a lançá-lo?**

A minha percepção de que o ensino do direito, no Brasil, vem sofrendo um processo de banalização, em que especialmente os textos sobre os códigos mais parecem “tiras”. Ficam, às vezes, parecendo uma “introdução ao direito pelo Twitter”. São informações estanques, não problematizadas, que não bastam como orientação. Reuni uma equipe de 15 profissionais, alunos e professores, gente com pós-graduação aqui e lá fora. Ficamos dois anos preparando. O livro tem para mim um significado grande. Eu me sinto, com ele, entregando o bastão a uma nova geração.

● **Concretamente, quais os pontos de destaque do livro?**
Fazemos um amplo debate do homicídio privilegiado, por exemplo. Que trata da redução da pena de quem auxiliou alguém na eutanásia ou ortoeutanásia – um médico, por exemplo. Cotejamos como o código de ética médica. Discutimos a crise penitenciária, que decorre de não se aplicarem as soluções criadas no novo código. Por exemplo: não existe, de fato, um sistema semiaberto no País. As penas alternativas demoram muito para começar. Destacamos também o amplo debate da compliance nos setores público e privado – mencionada no art. 317 do Código Penal. É um avanço ver que o dever de prevenir e punir os fatos lesivos à administração passou a ser das empresas.

A PGR quer R\$ 11 bilhões, eles querem dar R\$ 4 bi. E convém que fique claro: outras transgressões por eles praticadas estão sujeitas à lei. A Comissão de Valores Imobiliários, por exemplo, está avaliando a movimentação financeira que fizeram logo após o acordo e a conversa com Temer. Sair do Brasil não significa estar livre da lei brasileira. Henrique Pizzolatto que o diga. Foi para a Itália e agora está preso no Brasil.

● **Como avalia a conversa entre Temer e Joesley no Jaburu?**

O conjunto da obra é todo muito negativo. Um presidente da República receber à noite, escondido, um empresário envolvido em duas operações sendo apuradas, com bens bloqueados, chegando com o nome falso... e a primeira pergunta do presidente é: “Te viram?” Alguém que em seguida, na TV, ele chama da falastrão? E dizendo que o recebeu para falar da operação Carne Fraca – que

só aconteceria dez dias depois, no dia 17 de março?

● **Já se alegou que ele estava “educadamente ouvindo” e esperando a visita ir embora. Ele pode ter caído numa armadilha?**

Partilhando de algo inaceitável para um presidente? Ouvindo o interlocutor dizer “comprei um procurador por 50 mil por mês” sem reagir? O que se esperaria do presidente da França? Por que temos de aceitar isso do presidente do Brasil?

● **Se o STF reavaliar e anular a homologação, não estará desautorizando e enfraquecendo a PGR em futuras leniências?**

A atual legislação já estabelece que o reexame pode ocorrer.

● **Há muitas variáveis políticas e jurídicas no cenário atual. O que imagina que pode acontecer?**
Temos um quadro complicado. O Congresso pode ter em brevido um poder gigantesco, o de escolher novo presidente. E

grande maioria, nas duas Casas, pensa de manhã, à tarde e à noite em acabar com a Lava Jato. Querem alguém que enquadre a polícia e os investigadores. E, de quebra, que pare com as reformas. Por outro lado, hoje a política não se faz só na praça dos Três Poderes. Se faz na Avenida Paulista, na Cinelândia, na Boa Viagem. E a Justiça esta onipresente. Os cidadãos sabem os nomes dos 11 ministros do Supremo e não sabem os onze da seleção de futebol.

● **Acha que Temer tem força para reverter esse jogo?**

Temer tem uma visão brasileira do País. Três vezes presidente da Câmara, estava sempre de costas para a nação. Eu tive oportunidade de lhe dizer várias vezes, pessoalmente, que falasse mais a palavra “trabalhador”, a palavra “jovem”. Tinha de ir pessoalmente à TV explicar, de forma didática, o sentido e a razão das reformas. Nunca o fez. Acha que basta ga-

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2017 ★ Nº 32.198

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 08H ★ R\$ 4,00

Justiça derruba autorização para remover viciado à força

A Justiça derrubou decisão que autorizava a gestão João Dória (PSDB) a recolher viciados à força para tratamento.

A remoção era alternativa para lidar com a dispersão da crackolândia por 23 pontos de São Paulo, provocada por operação do governo Geraldo Alckmin (PSDB) feita antes que a prefeitura preparasse sua estrutura de atendimento aos usuários. **Cotidiano B1**

ANDERSON POMINI

Debate sobre a medida já faz dela um sucesso

Apenas considerada a intensidade das discussões durante a semana, a proposta de abordar com autoridade os usuários já pode ser considerada um sucesso. Opinião A3

ANDERSON POMINI, 40, é secretário municipal de Justiça.

Governou gastou R\$ 107 bi em 2016 com subsídios

No momento em que se esforça para cortar despesas, o governo Temer gastou R\$ 107 bilhões com subsídios em 2016, segundo o TCU.

Se descontadas as pedadas pagas em 2015, o gasto subiu cerca de 20%, segundo o órgão. **Mercado A17**



Pablo Jacob/Agência O Globo

» **DIRETAS-JÁ** Com show de Caetano Veloso e Milton Nascimento, protesto na praia de Copacabana, no Rio, pede renúncia de Temer e novas eleições **Poder A6**

ILUSTRADA

Filme sueco vence Festival de Cannes ao satirizar o universo da arte contemporânea **c1**

Longa animado estreará em 400 salas, recorde para produção nacional **c3**

Temer troca ministros e põe Torquato na Justiça

Por julgamento no TSE, presidente quer melhorar interlocução com tribunais

A nove dias do início do julgamento da cassação de seu mandato pelo Tribunal Superior Eleitoral, o presidente Michel Temer trocou o titular do Ministério da Justiça. Torquato Jardim, que ocupava a Transparência, substituiu Osmar Serraglio.

Com a mudança, o peemedebista pretende melhorar sua interlocução com o TSE, do qual Torquato já foi ministro, e com o Supremo Tribunal Federal, responsável por conduzir inquérito contra Temer. O novo ministro tem bom acesso ao tribunal.

Serraglio vinha sendo criticado por lentidão nas decisões. Temer optou por nomeá-lo para o Ministério da Transparência. Com isso, seu suplente, o deputado federal afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), mantém o foro privilegiado.

Rocha Loures foi acusado de receber propina em delação premiada da JBS e está sendo investigado no Supremo, no mesmo inquérito do presidente. **Poder A4**

Nos Estados, foro privilegiado é concedido a vereadores, auditores e delegados, entre outros. **Poder A10**



Eduardo Knapp/Folhapress

CIÊNCIA

DESTRUIÇÃO DA MATA

Derrubada da vegetação atlântica cresceu 57,7%, o maior índice dos últimos dez anos **B4 a B7**

Mata atlântica na serra da Cantareira, zona norte de São Paulo

FORA TEMER FICA

ENTREVISTA DA 2ª TORQUATO JARDIM

Não conheço tensão entre o Executivo e o Judiciário

O áudio da conversa do presidente Michel Temer com o empresário Joesley Batista é razão para sua saída do cargo? De 122 personalidades ouvidas pela **Folha**, 30 consideraram que sim, 11 que não e 81 se abstiveram de responder. **Poder A8 e A9**

Novo ministro da Justiça, Torquato Jardim diz, em entrevista a **Daniela Lima**, que "vai avaliar" mudanças no comando da Polícia Federal. Apesar de críticas recentes a prisões temporárias, afirmou que não será um obstáculo à Operação Lava Jato e defendeu pluralidade na disputa à sucessão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. **Pág. A16**

CELSO ROCHA DE BARROS

Não há menos riscos em adiar eleições diretas

Muitos ainda brigam por eleições diretas. Fazê-las agora tem riscos. Esperar mais um ano sob um governo eleito pelo Congresso, outros. Não me parece tão claro que estes sejam menores do que aqueles. **Poder A6**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Juros na crise", sobre expectativa de redução da taxa Selic, e "Demora simbólica", acerca de condenação de Paulo Maluf por lavagem de dinheiro.

ISSN 1414-5773
3 2 1 9 8
9 771414 572025

CIRCULAÇÃO
300.607 (impresos + digitais)
AUDIÊNCIA
30.31563 visitantes únicos/mês

ATMOSFERA Cotidiano B2
Dia começa nublado, mas não chove
Mínima 18°C Máxima 26°C

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 1 ou 2

GOVERNO ENCURRALADO

Temer põe na Justiça aliado com trânsito em tribunais

Torquato Jardim tomará posto de Osmar Serraglio, que assumirá Transparência

Manutenção de Serraglio no governo garante foro especial a Rodrigo Rocha Loures, próximo do presidente

DE BRASÍLIA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM MACEIÓ

O presidente Michel Temer realizou neste domingo (28) uma troca ministerial e indicou Torquato Jardim para o comando do Ministério da Justiça. Ele vai substituir Osmar Serraglio, que irá para o lugar de Torquato, que comanda o Ministério da Transparência.

A troca teve como objetivo fortalecer a pasta da Justiça e melhorar a interlocução do Palácio do Planalto com o Tribunal Superior Eleitoral, que reiniciará a análise do processo de cassação da chapa presidencial no dia 6 de junho. O novo ministro fez parte do corte eleitoral de 1988 a 1996.

A expectativa é também criar relação mais próxima do governo com o Supremo Tribunal Federal, responsável por conduzir inquérito contra o presidente.

Diferentemente de Osmar Serraglio, Torquato tem bom trânsito nos tribunais superiores e é conhecido pelo perfil conciliador. Agora, passará a ter ascendência sobre a Polícia Federal.

Temer que já havia cogita-

do nomear Torquato para a Justiça em maio do ano passado, sondou o ministro durante a semana passada para a nova função e recebeu a resposta neste domingo (28), em reunião no Palácio do Jaburu.

Ao manter Serraglio ministro, fica garantido o foro privilegiado ao deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-assessor da Presidência e próximo de Temer.

O parlamentar, que é suplente de Serraglio, é acusado de receber R\$ 500 mil em propina na delação premiada da JBS e está sendo investigado no STF no mesmo inquérito do presidente. Com a manutenção do foro privilegiado a Loures, Temer também se blinda, já que seu inquérito está atrelado ao do ex-assessor. Dessa forma, se Temer deixar a Presidência, seu caso continuará no STF.

Para a Procuradoria, o valor recebido por Loures teria a anuência do presidente, o que impossibilita a separação das investigações.

Temer chegou a considerar nomear Serraglio para a Cultura, mas, com receio de protestos, preferiu a Transparência. A ideia é que a Cultura seja ocupada por um nome indicado pela bancada federal de Minas Gerais.

O presidente avalia os nomes dos deputados Domingos Sávio (PSDB) e Newton Cardoso Júnior (PMDB) para

o lugar vago desde o pedido de demissão de Roberto Freire (PPS) na semana retrasada.

A saída de Serraglio da Justiça já era discutida desde o início da semana passada por Temer. A gestão dele vinha sendo criticada por assessores presidenciais pela falta de pulso e de resposta rápida diante de casos de violência.

Além disso, na quarta (24), a defesa do presidente recebeu telefonema da PF que tentava marca o depoimento do presidente, fator que pode ter contribuído para a insatisfação de Temer com Serraglio.

Há ainda o receio de que ele seja citado em delação que tem sido negociada pelo fiscal agropecuário Daniel Gonçalves Filho, apontado como o líder do esquema de corrupção descoberto pela Operação Carne Fraca. Em grampo, Serraglio chamou Daniel de “grande chefe”. Ele telefonou em fevereiro ao fiscal, quando ainda era deputado federal, para obter informações sobre o frigorífico Larissa, de Iporã (PR).

A avaliação de auxiliares presidenciais é de que, na Transparência, Serraglio ficará menos em evidência caso sofra acusações do fiscal.

O presidente da Associação dos Delegados da Polícia Federal, Carlos Sobral, afirmou que a troca de ministro na Justiça “é motivo de preocupação”. “Serraglio era alvo

de várias críticas, então, uma mudança no primeiro escalão não é vista como anormal, mas a vulnerabilidade e a dependência da Polícia Federal em relação à Justiça é algo que nos preocupa. Nós temos de manter cautela para que não haja intenções escondidas nessa troca”, disse.

“Toda vez que se troca um ministro da Justiça vem essa discussão de possível tentativa de interferência na Polícia Federal.” Ele afirmou também que a notícia causou surpresa por “não conhecer o posicionamento de Torquato em relação à segurança pública e à própria Polícia Federal”.

VIAGEM

Acompanhado de Torquato, outros ministros e dos presidentes da Câmara e do Senado, Temer viajou neste domingo para a região Nordeste, onde enchentes isolam áreas e desabrigam famílias. Alagoas e Pernambuco, que tiveram mais prejuízos, registram seis mortes.

Em uma unidade do Exército em Maceió, o presidente ouviu relatos de políticos e técnicos e prometeu liberar recursos. Ele não respondeu perguntas sobre a troca de ministros e a crise política. (GUSTAVO URIBE, BELA MEGALE, LETÍCIA CASADO E PETRÔNIO VIANA)

» LEIA entrevista com Torquato Jardim na pág. A16





Torquato já discordou de defesa de peemedebista no TSE

DE BRASÍLIA

O novo ministro da Justiça, Torquato Jardim, já reagiu com ceticismo à possibilidade da Operação Lava Jato mudar a cultura da corrupção no país e discordou do argumento central da defesa do presidente Michel Temer de separação da chapa presidencial na Justiça Eleitoral.

Em entrevista ao jornal “Diário do Povo do Piauí”, concedida em maio de 2016 —um mês antes de ser indicado para o Ministério da Transparência—, ele lembrou que, mesmo após o impeachment de Fernando Collor e após as condenações do mensalão, continuaram a aconte-

cer escândalos de corrupção.

A declaração do ministro foi confirmada em junho por sua assessoria de imprensa.

“O que mudou com o impeachment de Fernando Collor? O que mudou no Brasil depois da CPI do Orçamento, quando os sete anões foram cassados? O que mudou com o mensalão? O que vai mudar com a Operação Lava Jato?”, questionou.

Em evento em fevereiro deste ano em São Paulo, já no cargo de ministro, Torquato criticou, no rastro da Lava Jato, longas prisões provisórias, condenações sem provas e vazamentos seletivos.

Em artigo publicado em julho de 2015 no site de seu es-

critório de advocacia, Torquato discordou de um dos argumentos centrais da defesa do presidente no processo de cassação da chapa presidencial que tramita no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), corte da qual ele já foi ministro.

No texto, ele defendeu que caso a ex-presidente Dilma Rousseff tenha seu diploma cassado, o de Michel Temer também deverá ser desconstituído, uma vez que, segundo ele, “a eleição do vice-presidente é mera decorrência da eleição do titular”.

“Se e quando julgada precedente a ação, e, assim, desconstituído o diploma da presidente Dilma, cassado estará o do vice Michel, visto que

a eleição do vice é mera decorrência da eleição do titular. No que não seja réu na ação, embora perca o diploma, o vice, contudo, não fica inelegível”, escreveu.

Em linha oposta a de Torquato, a defesa do peemedebista tenta separar na Justiça Eleitoral sua conduta da de Dilma para evitar que uma condenação leve à cassação do mandato de ambos.

Para membros da Polícia Federal com atuação na Lava Jato, a nomeação de Torquato para o Ministério da Justiça atende a anseio de políticos que pressionavam o Palácio do Planalto por um nome “forte” à frente da pasta.

(GU, BM E LC)

JORGE KALIL
CIENTISTA E
PROFESSOR DA USP

Temer deveria sair, e digo isso com muito pesar, já que ele está promovendo reformas estruturantes importantíssimas. A economia dá sinais de recuperação. No entanto, é inadmissível a postura conivente do presidente frente a relatos criminosos de um investigado no momento em que a sociedade clama por ética e transparência.

GIOVANNI GUIDO CERRI
PROFESSOR DA USP E EX-SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Neste momento de crise econômica e política sem precedentes, a credibilidade do presidente é fundamental para conduzir o país a um caminho de crescimento e retomada de emprego.

MARCELO SERRADO
ATOR

Temer deve sair porque está mais que do que claro seu envolvimento nesse atos ilícitos. A questão é: quem assume? Esses deputados e senadores não nos representam mais. Vamos pedir eleições diretas, mas só vale para quem não estiver sendo investigado, ok?

FERNANDO MEIRELLES
CINEASTA

A solução é, como dizem nos morros do Rio, sair saindo. Só espero que com ele saia também seu tenebroso ministério, a começar por Osmar Serraglio, que, junto com os ruralistas, vem destruindo o país.

IVAN SANT'ANNA
ESCRITOR

Pode, deve e vai cair.

HÉLIO DE LA PEÑA
HUMORISTA

É crime de responsabilidade o Temer ter se encontrado na calada da noite com um investigado que relatou diversos crimes e ter sido omissivo. O país está suficientemente convulsionado para não seguirmos a lei. Vamos corrigir o rumo na eleição de 2018.

RODNEY WILLIAM
BABALORIXÁ DO GRUPO ILÉ OBÁ
KETU AXÉ OMI NILÁ

Não há condição moral para que o governo prossiga diante dos últimos fatos. Impopular e unilateral, Temer mostrou que não possui legitimidade e não defende os interesses dos brasileiros, sobretudo das minorias.

JOANA MARANHÃO
NADADORA

O povo não bateu panela contra a corrupção?

GOVERNO ENCURRELADO

O áudio da conversa de Michel Temer (PMDB) com o empresário Joesley Batista é prova de crime de responsabilidade e deixa o presidente sem condições de conduzir o país; exigir que Temer saia mostra intolerância contra a corrupção e negociatas na política

FORA

ZICO
EX-JOGADOR DE FUTEBOL

Temer deveria sair e resolver isso de que está sendo acusado. Só lamento o que está acontecendo no nosso país e torço para que tudo termine bem e os culpados sejam punidos.

LEIA ACIMA O QUE PENSA QUEM QUER A SAÍDA DO PRESIDENTE

LEIA ABAIXO O QUE PENSA QUEM DESEJA A PERMANÊNCIA

Não estou defendendo o caráter de Temer. Mas que país é o nosso em que, por causa de um grampo ilegal, cheio de ruídos e interrupções, o presidente é afastado? Se sou a favor disso, sou a favor de rasgar a Constituição.

SILAS MALAFAIA
PASTOR

A fita gravada, imprestável nos trechos denominados comprometedores, em nenhum momento compromete o presidente. De qualquer forma, todos os fatos deverão ser investigados até que se conheça a verdade real do golpe dado por dois empresários que se declaram corruptores de 1.823 políticos e que gozam da impunidade absoluta. Se o presidente for culpado, aí sim deverá renunciar.

IVES GANDRA MARTINS
JURISTA

Corre-se o risco de uma alternativa

Sou a favor da permanência de Temer por estarmos diante de um desgaste ético nacional, em que todos os políticos estão dentro do mesmo diapasão. A permanência do governo seria aconselhável para termos um governo, com economia mostrando sinais de equilíbrio.

ELIANA CALMON
EX-MINISTRA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Se forem comprovados atos ilícitos, a Constituição deverá ser seguida e o presidente, trocado. Enquanto isso não ocorre, Michel Temer é o presidente, e as instituições devem seguir seu trabalho em benefício da coisa pública.

MICHEL SCHLESINGER
RABINO DA CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA





MARCO FELICIANO
PASTOR E DEPUTADO
(PSC-SP)

A situação de Temer se tornou insustentável. Como disse uma vez Júlio César: “À mulher de César não basta ser honesta, ela deve parecer honesta”.

MARCELO MADUREIRA
HUMORISTA

O diálogo com Joesley Batista deixa claro que Temer não tem a menor condição de continuar na Presidência. Reconheço que muitos congressistas não possuem credibilidade para eleger um presidente-tampão, mas esse é o Congresso que temos.

FRANCISCO BALESTRIN
PRESIDENTE DA ANAHP
(ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HOSPITAIS PRIVADOS)

No ano passado, a ação foi para salvar a vida. Agora chegou o momento de curar a doença. Infelizmente, a gravidade da situação exige medidas mais duras. Se não for assim, o cenário de hoje virará doença crônica.

JANAINA PASCHOAL
ADVOGADA

Temer teve a oportunidade de ser um estadista e não a aproveitou. Ele poderá se defender como qualquer cidadão, mas, ao que tudo indica, não tem os argumentos. A conversa, as reuniões e a mala são reais. Precisamos seguir adiante, nos termos da Constituição Federal.

SAMUEL PESSÔA
ECONOMISTA E
COLUNISTA DA FOLHA

O conteúdo da fita, apesar de não ter a contundência inicialmente anunciada — não se trata de obstrução da Justiça, mas, sim, de prevaricação — torna inviável sua permanência. A continuidade de Temer somente contribuirá para a manutenção do impasse político. A economia continuará sangrando.

ANA MARIA MACHADO
ESCRITORA

O país inteiro ouviu a gravação.

SUZANA HERCULANO-HOUZEL
NEUROCIENTISTA E
COLUNISTA DA FOLHA

Com tantas evidências de corrupção e obstrução da Justiça, Temer deveria ter a decência de renunciar para que o país possa começar a renovar sua liderança e quanto antes. O país precisa inaugurar uma nova era de intolância com corrupção e negociatas em todos os níveis.

MIGUEL SROUGI
PROFESSOR TITULAR DE
UROLOGIA DA USP

A democracia e a prosperidade de uma nação não se concretizam com planos econômicos lustrosos, mas sim com a pujança de suas instituições. Pelas escolhas que fez, Temer será incapaz de moldar o comportamento dos cidadãos, transformar a sociedade devastada e construir uma nova nação.

RENATO JANINE RIBEIRO
PROFESSOR DE ÉTICA E
FILOSOFIA POLÍTICA DA USP

O último episódio foi devastador para sua imagem pública. Independentemente dos desdobramentos jurídicos, politicamente ele não tem mais condição de governar o Brasil. Viremos esta página.

FREI BETTO
ASSESSOR DE
MOVIMENTOS SOCIAIS E
ESCRITOR

Temer deve sair e logo! Não é um presidente legítimo. É uma vergonha ver o PSDB dependurado nessa canoa furada, assim como me envergou para o PT refém do PMDB. O Brasil merece ser governado por quem defenda os direitos dos trabalhadores, e não por quem insiste em anulá-los. Diretas-Já!

EDSON CAMPAGNOLO
PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO PARANÁ

Temer sempre defendeu a Constituição e foi um homem legalista, mas jamais deveria ter recebido essa pessoa [Joesley Batista] altamente envolvida com ilegalidades. Isso o desqualifica. Ele não é mais merecedor de confiança.



MARCO ANTONIO VILLA
HISTORIADOR

Pede pra sair!

A Folha falou com 122 pessoas, e dessas...

30*

Entendem que Michel Temer deveria deixar o cargo

*Uma defende afastamento temporário enquanto Temer estiver sendo julgado

81

Não quiseram responder ou não enviaram suas opiniões

11

Acham que Temer deveria continuar

Moralmente falando, deveria sair. Não só ele como todos os envolvidos. Mas, pelo Brasil, seria bom que acabasse de fazer as reformas necessárias e se mantivesse até o fim do mandato. De maneira nenhuma deveríamos ter Diretas-Já.

ROGER MOREIRA
VOCALISTA DA BANDA
ULTRAJE A RIGOR

pior.

MAÍLSON DA NÓBREGA
ECONOMISTA

O áudio não compromete Temer e as suspeitas de crime devem ser devidamente apuradas; a saída do presidente poderá trazer mais instabilidade política e econômica ao Brasil, além de prejudicar as reformas necessárias para o país e defendidas por ele

FICA

Temos uma tarefa que são as reformas. Não podemos perder a oportunidade. A saída de Temer ajuda ou prejudica 14 milhões de desempregados? O melhor é ficar, e que haja no Congresso pessoas que pensem no país.

ALENCAR BURTI
PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO
COMERCIAL DE
SÃO PAULO

Tirá-lo desse jeito torto é condenável.

RAUL VELLOSO
ECONOMISTA

Acho que o Temer não pode ficar caso se constate que ele está obstruindo a Justiça e que está implicado na Lava Jato. Enquanto isso não acontecer, ele deve permanecer, não deve sair no grito. É ruim tirar qualquer presidente no grito.

GUILHERME FIUZA
ESCRITOR

Estados dão foro privilegiado a vereadores, auditores e até delegados

Projeto de Emenda Constitucional prevê que apenas chefes do Legislativo, Executivo e Judiciário da União passem a ter o privilégio

JOÃO PEDRO PITOMBO

DE SALVADOR

CAROLINA LINHARES

DE BELO HORIZONTE

Caso seja aprovada pelo Congresso Nacional, a PEC do Foro vai retirar dos Estados a competência de definir quais carreiras têm prerrogativa de foro privilegiado nos Tribunais de Justiça estaduais.

Levantamento feito pela **Folha** nas 26 Constituições Estaduais aponta que diversas categorias possuem direito a responderem por crimes comuns diretamente no Tribunal de Justiça, sem passar por juízes de primeira instância.

As categorias variam de Estado para Estado. No Rio de Janeiro e no Piauí, há casos de foro para vice-prefeitos e vereadores. No Maranhão, para delegados. No Rio Grande do Norte, para auditores do Tribunal de Contas.

A maioria prevê foro privilegiado para vice-governadores, prefeitos, secretários estaduais, juízes estaduais e membros do Ministério Público. Também há casos de defensores públicos, procuradores do Estado, além de comandantes das Polícias Militar, Civil e Bombeiros sendo julgados diretamente pelos desembargadores.

Não há dados precisos sobre quantas pessoas detêm foro privilegiado no Brasil, mas um estudo da Ajufe (Associação de Juízes Federais) aponta que só no Judiciário e no Ministério Público 34,6 mil

PEC DO FORO

Conheça o que está em tramitação no Congresso



Foro privilegiado hoje
Constituição Federal dá aos Estados a prerrogativa de decidir quais cargos e categorias têm direito ao foro



Como fica com a PEC?
Estados perdem totalmente a competência de definir cargos e categorias com foro privilegiado



Trâmite
Aprovado em primeiro turno no Senado em abril, resta nova votação na Casa para, em seguida, ser aprovada na Câmara dos Deputados e sancionada



O que é?
É a possibilidade de ser julgado em instâncias superiores da Justiça, como os Tribunais de Justiça, STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal)

OS DEZ MAIS

Cargos que mais possuem foro privilegiado nos Estados

Prefeitos	26
Procurador-Geral de Justiça	26
Juízes	24
Membros do Ministério Público	24
Secretários Estaduais	23
Deputados Estaduais	23
Vice-governador	22
Procurador-Geral do Estado	20
Defensor Público Geral	13
Defensores Públicos	10

ESTADOS COM MAIS CARREIRAS COM FORO PRIVILEGIADO

13

Piauí

11

Maranhão

11

Rio de Janeiro





profissionais têm o benefício.

A PEC do Foro, do senador Álvaro Dias (PV-PR), prevê que o foro privilegiado permaneça apenas para chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União.

O texto foi aprovado em primeiro turno no Senado em abril deste ano, mas ainda passará por uma segunda votação entre os senadores e, em seguida, será avaliada pela Câmara dos Deputados.

Na avaliação de especialistas, a Constituição Federal de 1988 foi “permissiva” ao dar foro privilegiado a diversas categorias e delegar aos Estados a prerrogativa de definir quais cargos e categorias teriam direito ao foro no Tribunal de Justiça.

“A Constituição foi generosa, muito permissiva. O foro por função deveria ser uma excepcionalidade, mas acabou virando regra”, afirma o juiz federal Dirley da Cunha Júnior, professor de Direito Constitucional da UFBA (Universidade Federal da Bahia).

Para Thomaz Pereira, professor de direito constitucional da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, a primeira instância do Judiciário é mais compatível com o julgamento de ações penais.

“Toda vez que você cria o foro, o resultado é um tribunal fazendo algo que normalmente não faz. Então isso cria uma carga de trabalho excepcional que pode ser bem absorvida ou não”, afirma.

Por outro lado, Pereira re-

lativiza o custo-benefício do julgamento em instâncias superiores. O maior problema, explica, são as idas e vindas de processos entre as instâncias quando o réu perde ou ganha um cargo com foro privilegiado.

De acordo com levantamento da FGV, 45,5% das ações do STF (Supremo Tribunal Federal) mudam de instância ao menos uma vez, enquanto 43,6% mudam duas vezes.

SIMETRIA

Mesmo antes da tramitação da PEC, a concessão de foro privilegiado nos Estados já vinha sendo alvo de contestações na Justiça.

Em 2004, por exemplo, o STF vetou a prerrogativa de foro para função para delegados de polícia no Estado de Goiás. Segundo Thomaz Pereira, o Supremo vê a liberdade das Constituições estaduais como relativas, porque elas devem ser simétricas à Constituição Federal.

A determinação para Goiás, porém, não atingiu automaticamente os Estados do Rio e do Piauí, que mantêm a diferenciação para delegados.

Categorias que detêm foro privilegiado nos Estados veem como um avanço a limitação da prerrogativa para os ocupantes das Presidências da República, do Senado, da Câmara e do Supremo.

Para o juiz mineiro Magid Nauef Láuar, que preside a Anamages (Associação Nacional dos Magistrados Estadu-

ais), a prerrogativa de foro tornou-se um privilégio, pois, como as instâncias superiores não dão conta da demanda, os crimes demoram a ser julgados e até prescrevem.

“Para delitos envolvendo a atividade profissional do magistrado poderia ser da competência do Tribunal de Justiça, mas os crimes comuns poderiam tranquilamente ser na primeira instância”, diz.

A promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia, Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), defende extinção total do foro privilegiado.

“Deve ser suspenso para todas as autoridades, inclusive para o presidente da República. O foro não é republicano. A Constituição prevê direitos iguais a todos os brasileiros, mas um grupo menor de pessoas têm essa proteção”, afirma.

Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski defende que o fim do foro deve garantir celeridade à tramitação das ações penais contra prefeitos. Por outro lado, diz que vê com preocupação a situação dos ocupantes de cargos públicos em cidades pequenas.

“Nos municípios menores, o juiz participa da comunidade e, às vezes, o julgamento do prefeito pode acontecer com pessoalidade. O Tribunal de Justiça seria uma esfera mais equidistante”, diz.

Aposentadoria de servidor público é mais protegida

Regras que garantem benefícios até 7 vezes maiores que os do setor privado são garantidas na Constituição

Por outro lado, acesso ao BPC, destinado aos que ficaram excluídos do mercado de trabalho, tem alteração mais fácil

DE SÃO PAULO

Além de receber aposentadorias maiores e ter normas mais favoráveis, funcionários públicos também têm seus direitos mais protegidos contra mudanças na legislação.

A maior parte das regras previdenciárias dos servidores está regulada pela Constituição e, por isso, só pode ser mudada com votos de três quintos dos 513 deputados e dos 81 senadores, independentemente de quantos estiverem presentes, em dois turnos em cada uma das Casas.

Já os mais vulneráveis — pobres idosos ou deficientes, que recorrem ao BPC-Loas — podem ter todas as condições para acesso ao benefício alteradas por lei ordinária, com maioria simples dos votos.

“A grande desvantagem de recorrer às leis ordinárias é o risco de fazer uma reforma regressiva, que poupa os maiores benefícios”, afirma o economista Pedro Nery, consultor do Senado.

Servidores mais antigos têm garantidos pela Constituição direito ao salário integral do último cargo e reajuste igual ao dos ativos.

O resultado é que a aposentadoria média do servidor civil é sete vezes maior que a renda média nacional, segundo dados do Ministério do Planejamento, enquanto o benefício médio do INSS é pouco acima da renda, de acordo com a Previdência.

E o cálculo da pensão por morte do funcionário públi-

co (cuja média também é muito superior ao do setor privado) não pode ser alterado sem mudança da Constituição.

Mudanças para acesso à aposentadoria por idade ou BPC, passíveis por MP, prejudicariam os mais pobres. Há cerca de 3,7 milhões de aposentados por idade, com benefício médio equivalente à renda nacional, e 4,3 milhões recebendo o BPC, cujo valor é o salário mínimo.

Estudo de Pedro Nery mostra que mulheres mais pobres seriam especialmente afetadas. “Elas são maioria justamente nos benefícios em que existe idade mínima, porque têm maior dificuldade de conseguir trabalho formal.”

Em 2014, as mulheres responderam por 59% das aposentadorias por idade concedidas, e por 58% do BPC.

Na outra ponta, o governo poderia elevar a contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos.

“Isso afetaria os que mais se beneficiaram da integralidade e paridade, que não estavam sendo afetados pela reforma que tramita no Congresso”, analisa Nery.

“Um problema aqui é justamente focar o incremento de receita, como aconteceu em 1998, e não aprovar as reformas necessárias no plano de benefícios”, diz o advogado Fábio Zambitte Ibrahim, professor do Ibmeq e da Uerj.

Por fim, pode ser mudado por lei ordinária todo o sistema previdenciário dos militares, algo que já vinha sendo negociado pelo governo. Há hoje cerca de 160 mil aposentadorias para militares, cujo benefício médio é sete vezes o do setor privado.

Um dos alvos de mudança nas regras do militar são as 160 mil pensões por morte,

com valor médio de R\$ 7.450 em 2015. A pensão é vitalícia para dependentes de quem ingressou até o ano 2000. (ANA

ESTELA DE SOUSA PINTO)

Foto: Kelly André



Usuários de crack na praça Princesa Isabel, região central de São Paulo, que foi tomada após intervenção policial na área conhecida como cracolândia

Justiça veta remoção de usuários à força e limita opções de Doria

Prefeitura corria para implementar medida após ação na cracolândia espalhar viciados pela cidade

Defensoria Pública e Promotoria recorriam de medida que não constava de projeto original do prefeito

ARTUR RODRIGUES
DE SÃO PAULO

A Justiça derrubou, neste domingo (28), decisão que autorizava a gestão João Doria (PSDB) a recolher viciados em crack à força para avaliação médica em São Paulo e atrapalhou os planos do prefeito para a cracolândia.

A decisão traz incertezas e limita as opções do programa de Doria, que começa a segunda semana seguida tendo de se adaptar a situações que fugiram de seu controle.

Desde a operação policial do governo Geraldo Alckmin (PSDB) no dia 21, feita antes que a prefeitura preparasse sua estrutura para atender os viciados, Doria tenta implementar medidas às pressas.

O resultado foram percalços como a demolição de construções com pessoas dentro, que deixou três feridos, e resultou em liminar judicial vetando novas remoções na região sem encaminhamento à moradia.

Na nova derrota judicial, o desembargador Reinaldo Miluzzi, do TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo, atendeu pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública para barrar a liminar de primeira instância que autorizava remoções compulsórias de viciados para avaliação médica.

Por um período definido de 30 dias, agentes sociais e de saúde, com a ajuda de guardas-civis, poderiam retirar à força os usuários da região da cracolândia para uma avaliação de psiquiatras e médicos e posteriormente de um juiz.

Miluzzi afirmou na decisão que a autorização que havia sido dada à gestão Doria "contrasta com o Estado Democrático de Direito, porquanto concede à Municipalidade carta

branca" para eleger viciados para recolher à força.

A prefeitura diz que irá recorrer, e o caso ainda vai a julgamento por um Colegiado de Desembargadores do TJ.

Apesar de dizer que há outras estratégias na ação anticrack, a remoção compulsória dos viciados era a cartada da gestão para lidar com a dispersão dos viciados por 22 pontos, além da aglomeração que se formou na praça Princesa Isabel.

Ambulâncias especializadas nesse tipo de trabalho seriam contratadas para remover um total estimado de cem pessoas das ruas —há cerca de 600 dependentes apenas na praça Princesa Isabel.

Em centros psicossociais, médicos tratariam e avaliariam se seria necessário pedido de internação compulsória.

A medida não constava do projeto original da prefeitura, o Redenção, que consistia no cadastramento de viciados e a elaboração de plano personalizado, que passaria

por internação ou tratamento ambulatorial, além de fornecer moradia e encaminhamento para emprego.

PRÁTICAS ADOTADAS

Para o promotor da área da saúde Arthur Pinto Filho, o ideal seria que a prefeitura apostasse no convencimento dos usuários de drogas de agora em diante. "Isso vai permitir que o programa Redenção seja colocado em prática como foi concebido."

Rafael Lessa, da Defensoria Pública, afirma que a prefeitura já dispõe de instrumentos para agir quando houver necessidade autorização judicial para internação e não precisa recorrer à "medida que não faz o menor sentido jurídico". Como exemplo, ele cita às práticas adotadas pelo programa Recomeço, do governo Alckmin, que faz internações compulsórias.

Para a professora da Faculdade de Direito da USP Maristela Basso, ao barrar a ação, o Judiciário presta um "deser-

viço", impede o tratamento de usuários e atrapalha a segurança de moradores.

"O Estado [a prefeitura] fica encurralado contra a parede, não tem como prover a segurança e direitos de ir e vir naquele local [cracolândia] e, por outro lado, não está cuidando da vida das pessoas que estão doentes [viciados]", afirma Maristela.

As declarações dela convergem com o teor do da decisão que permitia a remoção dos usuários de crack à força, que também teve o sigilo derrubado. Em seu despacho, o juiz Emílio Migliano Neto afirma que as pessoas na cracolândia vivem em situação "subumana" e que o assédio constante de traficantes é fator que dificulta a recuperação.

"Nenhuma movimentação estatal ou do terceiro setor é feita com o empenho devido para resgatar essas pessoas", escreveu. "Há associações que, incrivelmente, advogam o direito do indivíduo permanecer se drogando."

Prefeitura de SP afirma que há outras estratégias

DE SÃO PAULO

A gestão João Doria (PSDB) afirma que a remoção compulsória de viciados em crack não é a única estratégia do programa Redenção.

"Se não for possível fazer a compulsória, há um monte de estratégias sendo feitas", afirmou secretário de Governo, Julio Semeghini, coordenador da ação municipal.

Atualmente, o programa Recomeço, do governo estadual, já faz internações compulsórias, embora sejam a minoria. A diferença é que a prefeitura solicitava que agentes de saúde e sociais pudessem fazer a avaliação, com base em protocolos psiquiátricos, para a remoção à força das pessoas das ruas.

Ambulâncias especializadas nesse tipo de ação levariam os pacientes aos centros psicossociais (CAPS) para avaliação, que poderia ou não resultar em um pedido de internação compulsória.

A secretária afirmou que o plano a respeito da compulsória continuará sendo preparado, enquanto se aguarda a resolução na Justiça.

Em nota, a gestão Doria informou que vai recorrer e que "o trabalho de acolhimento e tratamento dos usuários que aceitam se internar continuará sendo feito".

Apesar de a prefeitura ter se proposto a montar uma estrutura para recolher os viciados compulsoriamente, Semeghini afirma que essa prática seria uma exceção. "Nós não vamos resolver o problema dessas pessoas através da compulsória, mas de uma grande estrutura e aumentando significativamente o número de abordagem e equipes", afirmou.

Na última quinta-feira (27), a prefeitura afirmou ter feito 917, das quais 425 foram encaminhadas para atendimento e 492 recusaram.

A gestão criou um ponto de atendimento na praça Princesa Isabel, onde os viciados se aglomeram. Paralelamente, está sendo feito o mapeamento de necessidades da população que vive em construções que serão desapropriadas na cracolândia.

No 1º domingo da nova cracolândia, vizinhos alteram rotina e evitam sair de casa

ROBERTO DE OLIVEIRA
DE SÃO PAULO

Domingo era dia de futebol na rua, de andar de bike, de passear com o cachorro. Domingo era dia de ir à feira. Era dia de receber amigos e parentes. Era... Nesse primeiro domingo (28), em que a praça Princesa Isabel se transformou na nova cracolândia, um cenário inseguro e sombrio, nas palavras de moradores, desenhou-se na vizinhança.

"Não saio mais com bolsa", avisa a comerciante Zilda Santos, 50 anos, 12 deles morando no edifício Ubitratã, a uma quadra da nova cracolândia, formada após ação desarticulada entre a Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado. Desde então, os usuários se espalharam por 23 pontos da cidade.

"Costumava ir ao cinema à noite, mas vou agora [15h], com dinheiro e documento escondidos na minha cintura." Zilda conta que amigos e parentes não foram visitá-la nesse domingo cinza. "Estão com medo, assim como nós."

Desde 1991 porteiro do prédio na rua Conselheiro Nébi-



A rua General Rondon, no centro de São Paulo, com a nova cracolândia ao fundo, formada agora na pça. Princesa Isabel

os, José Martiniano de Andrade, 49, explica que o pico de aglomeração de usuários se dá entre 19h30 e 6h. "Mas eles abordam os moradores a todo momento. Espalham lixo, fazem xixi e cocô na sua frente."

A partir das 2h, o segurança Manoel Carlos, 61, conta

que seu apartamento fica "defumado" de crack. "Embaixo da minha janela, grupos com 15, 20 viciados se reúnem. Tenho uma netinha de três anos que vive comigo. Não sei o que dizer a ela."

Carlos, que mora na região há cerca de 30 anos, afirma

que nunca assistiu à "situação tão degradante". "Vamos fazer o quê? Mandá-los para onde? Para a Amazônia?"

Na avaliação da administradora Vanessa Dutra, 40, toda a vizinhança está "sentindo na pele" os efeitos da transferência da cracolândia

para a Princesa Isabel. "Uma semana atrás, os meninos jogavam bola aqui na rua General Rondon. Não podiam mais. Sou a favor da internação compulsória, porque o problema só aumenta. Antes, a gente era abordada uma ou duas vezes ao dia. Hoje, virou

série 'The Walking Dead'."

Moradora da avenida Duque de Caxias, a comerciante Fátima Ferreira, 44, acha que a prefeitura está fazendo a parte dela. "Eles lavam a rua, jogam creolina. Minutos depois, os viciados rasgam os sacos de lixo, urinam e defecam por toda parte", conta. "Muitos andam com faca. Só hoje [domingo], vi quatro pessoas sendo assaltadas."

Há 20 anos na região, o comerciante Favio Gautó, 46, diz entender que a situação é emergencial e de saúde pública. "Cada um tem sua razão para estar nessa situação. Essas pessoas precisam de ajuda, mas tenho que trabalhar. A partir das 23h, você não consegue entrar no meu prédio, diante da multidão de usuários que ali se forma."

Com sua basset Rosa Maria, o mecânico Fabiano Romagnoli, 32, diz que a ação dos governos municipal e estadual reverterá sua vida. "Fico no ponto de ônibus para escoltar a minha mulher até em casa. Não dá para viver assim. Vamos ter que nos mudar." Diz mais: "Domingo, segunda... Sei lá. Quero ver isso acabar".

Governo gasta R\$ 107 bi só com subsídios

Segundo relatório da Fazenda, crise encareceu captação de recursos usados em repasses subsidiados a empresas

Desembolsos iguam os de 2015, mas crescem quando as pedaladas do governo Dilma Rousseff são retiradas da conta

JULIO WIZIACK
MARIANA CARNEIRO
DE BRASÍLIA

No momento em que se esforça para cortar despesas para reduzir o déficit orçamentário, o governo de Michel Temer gastou cerca de R\$ 107 bilhões com subsídios financeiros em 2016, segundo auditores do TCU (Tribunal de Contas da União).

O número é praticamente o mesmo de 2015. No entanto, naquele ano os subsídios bateram em R\$ 107,7 bilhões inflados pelo pagamento de despesas atrasadas, as chamadas pedaladas fiscais do governo Dilma Rousseff.

Sem as pedaladas, os gastos são significativamente superiores aos de 2015. Só com o PSI (Programa de Sustentação do Investimento), por exemplo, o governo gastou R\$ 20 bilhões em 2015 que deveriam ter sido pagos em 2014. Desconsiderando esse valor, o crescimento dos subsídios em 2016 seria de 22%.

No relatório enviado ao TCU a que a **Folha** teve acesso, o Ministério da Fazenda destaca que o efeito da crise fez aumentar em quase 1,5 ponto percentual o custo de captação de recursos pelo Tesouro Nacional usados depois para os repasses subsidiados a empresas.

Ainda segundo a Fazenda, essa alta representou R\$ 10,7 bilhões em subsídios para os empréstimos do BNDES, do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), dos fundos constitucionais e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Esse último registrou perdas pelo fracasso da Sete Brasil, empresa de sondas da Petrobras que reproduziu os esquemas de corrupção revelados pela Operação Lava Jato.

Quando assumiu o governo, Temer encomendou à equipe econômica estudo dos subsídios que seriam cortados. Naquele momento, estavam no radar programas tributários que só beneficiavam poucas empresas. No total, os cortes poderiam dar folga de R\$ 15 bilhões à União.

Não estavam na lista subsídios de empréstimos (como os do BNDES) e programas sociais, como Luz para Todos e Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar).

No lugar deles, a equipe econômica considerava oferecer benefícios que pudessem ser aproveitados por mais setores. Mas a recessão agravou a saúde financeira de muitos segmentos do setor privado, e Temer preferiu manter alguns programas até que perdessem a validade.

Mesmo se cortasse esses programas, teria de manter o fluxo de pagamentos de contratos ainda vigentes. No Fies, que financia a mensalidade de estudantes do ensino superior, esse gasto foi de R\$ 11,4 bilhões em 2016, um aumento de R\$ 6,65 bilhões.

Para cobrir um buraco no fundo, o governo teve de arcar de R\$ 2,6 bilhões, valor da diferença entre os pagamentos realizados por quem já se formou e os recursos depositados pela União.

» LEIA MAIS na pág. A19

MERCADO ABERTO

MARIA CRISTINA FRIAS cristina.frias1@grupofolha.com.br

Inflação médica chega a recorde, e operadoras pedem 'Lava Jato' na saúde

A inflação médico-hospitalar, que em 2016 atingiu seu maior patamar da série histórica, deverá se manter entre 18% e 20% neste ano, segundo o IESS (Instituto de Estudos de Saúde Suplementar).

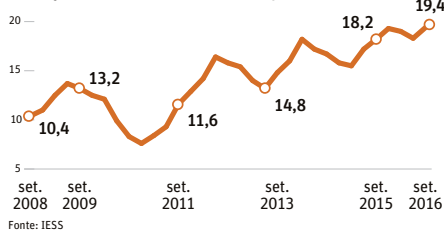
O aumento de custos — que inclui internações, exames, consultas, terapias etc — foi de 19,4% no acumulado de 12 meses até setembro, dado mais recente da instituição.

Além da mudança no modelo de cobrança de hospitais — que recebem por procedimento, o que estimula desperdícios —, o combate a fraudes será importante para controlar a inflação, diz Luiz Carneiro, superintendente do IESS. “Hoje, a fraude médica não é um crime. Assim como a Lava Jato teve como apoio leis de anticorrupção, é preciso uma legislação antifraude.”

Os gastos das operadoras com desperdícios e fraudes respondem por 20% das despesas totais do setor. Em

INFLAÇÃO MÉDICA

Varição dos custos médico-hospitalares, em %



2015, isso representou R\$ 22,5 milhões, segundo o instituto.

A taxa estimada pela Abramge (associação de planos de saúde) é de 30%, afirma o diretor Pedro Ramos.

Nesta segunda (29), o executivo se reúne com a senadora Ana Amélia (PP-RS), autora de um dos projetos de lei que tramitam no Congresso para penalizar fraudes.

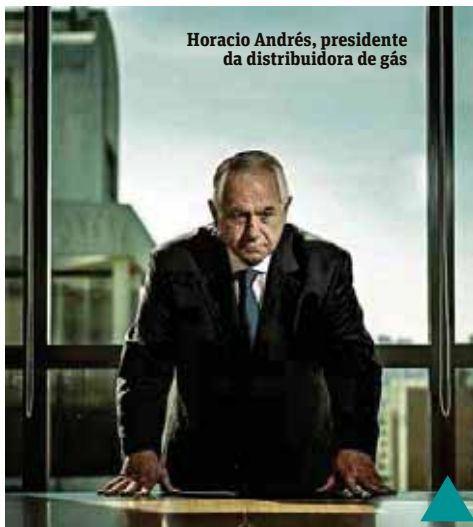
A associação quer incluir no texto punições para propinas a médicos, além de pedir mais celeridade na tramitação — parada desde 2016.

As operadoras também têm ampliado investimentos em sistemas para identificar profissionais com indícios de superfaturamento, diz Solange Mendes, presidente da FenaSaúde (entidade do setor).

Expansão A varejista de materiais de construção Cassol Centerlar investirá R\$ 25 milhões na abertura de duas lojas na região Sul até o ano que vem. Hoje, são 17 operações.

Baila A rede de academias de dança Estúdio Anacã, que tem como sócia Ana Maria Diniz, herdeira do GPA, abrirá de 7 a 9 unidades até 2018 — hoje são 4 escolas, das quais 3 são próprias. Cada franquia exige um aporte de R\$ 1,1 milhão.

Cara nova A empresa de vendas on-line Celulardireto prevê investir R\$ 17 milhões até 2018 para ampliar sua atuação: além de telefonia, planos de saúde, seguros e aluguel de carros. Com isso, também muda de nome, para Wooza.



Horacio Andrés, presidente da distribuidora de gás

Keiny Andrade/Folhapress

DAR UM GÁS

A CTG (Companhia de Transporte de Gás), que transporta gás natural a áreas não atendidas por distribuidoras, planeja aportar R\$ 30 milhões neste ano.

Os recursos virão da gestora de investimentos Diamond Mountain, que acaba de se tornar acionista minoritária da empresa.

“A previsão é que, pelos

próximos três anos, sejam investidos ao menos R\$ 80 milhões”, diz o presidente da CTG, Horacio Andrés.

Atualmente, a companhia compra o gás das próprias distribuidoras — recentemente, fez projetos com a Comgás e, hoje, faz estudos em parceria com a Bahiagás.

A maior perspectiva de crescimento do setor, po-

rém, é a expansão da geração distribuída de biogás.

“O gargalo desse segmento é o transporte. Com soluções de logística, o mercado deve se tornar competitivo.”

R\$ 23 MILHÕES faturou a CTG em 2016

R\$ 2 BILHÕES é o caixa da Diamond Mountain



Christian Paetzke, presidente da divisão de diagnósticos da farmacêutica

Keiny Andrade/Folhapress

À ESPERA DA ZIKA

A Roche Diagnóstica planeja finalizar seu teste para zika em 2018, mas a comercialização dependerá do ritmo de aprovação da Anvisa (órgão regulador), segundo o presidente Christian Paetzke.

O tempo de análise da agência melhorou recentemente, mas a expectativa é de uma demora entre quatro e seis meses.

“O fast track [regime de emergência para acelerar a aprovação] existiu durante a crise da zika, mas, desde o fim do ano passado, voltou à tramitação normal.”

A empresa planeja investir ao menos R\$ 80 milhões em grandes projetos neste ano — mesmo valor de 2016.

Em geral, esses aportes são feitos na estruturação de laboratórios, públicos ou

privados, que se comprometem a comprar os reagentes e equipamentos da companhia por um prazo determinado, o que garante o retorno do investimento.

A farmacêutica prevê um crescimento de 8% neste ano, mesma taxa de 2016.

R\$ 826,2 MILHÕES faturou a Roche Diagnóstica em 2016, 24% do grupo no país

MAR DO NORTE

Três empresas vão investir R\$ 220 milhões para construir seis torres de apartamentos em Salinópolis, no litoral do Pará. A obra é parte de uma iniciativa para transformar a cidade em destino turístico.

“Compramos uma área com capital próprio”, diz Atilla Gravão, do Grupo GAV, joint-venture que reúne uma construtora, uma incorporadora e uma gerenciadora de imóveis compartilhados.

A previsão é que a obra se-

ja entregue em 2021.

Desde o início do empreendimento, foram investidos R\$ 50 milhões. O resto virá com vendas de unidades ou cotas — o modelo de comercialização previsto é o de compartilhamento.

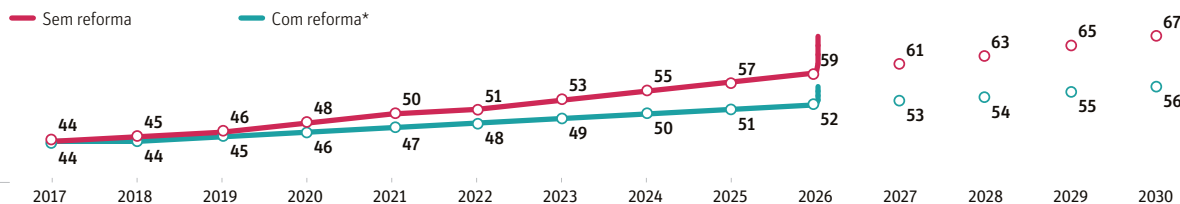
HORA DO CAFÉ



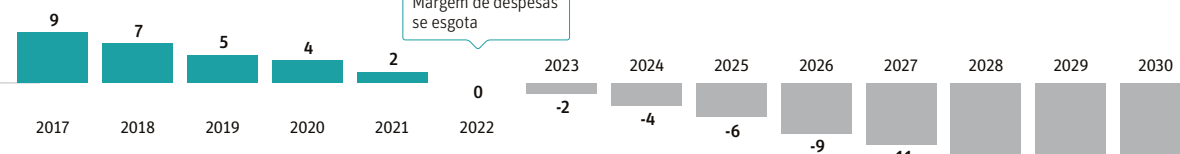
APERTO NO CINTO

O que acontece com as contas públicas sem a reforma da Previdência (em % das despesas sujeitas ao teto)

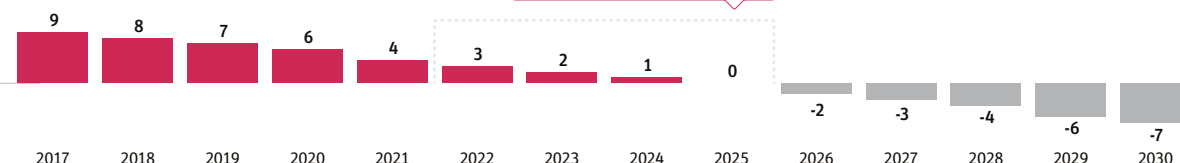
Despesas da Previdência



Margem fiscal sem reforma



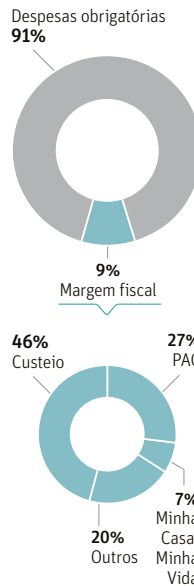
Margem fiscal com reforma*



*considerando a proposta original do governo Fontes: Tesouro Nacional e Siga Brasil (valores realizados) e IFI (projeções). As premissas das projeções podem ser consultadas em <https://fis.gov.br/32YFU>

Entenda a margem fiscal

Despesas sujeitas ao teto, em 2016



Fracasso de reforma pode ser atenuado com MPs

Parte da regulação da Previdência não depende de mudança constitucional

Legislação ordinária, cuja aprovação é mais fácil, poderia elevar arrecadação e conter despesas do sistema

ANA ESTELA DE SOUSA PINTO DE SÃO PAULO

Se a crise política inviabilizar de vez a reforma da Previdência, o governo Temer ou um eventual substituto ainda terá alternativa.

Parte das medidas propostas como emenda constitucional pode ser tomada por legislação ordinária (medida provisória, por exemplo), o que reduz muito as dificuldades políticas para aprová-las.

Para virar lei, uma MP precisa de maioria simples (50% mais um dos parlamentares presentes no plenário) e uma votação em cada Casa.

Já alterações na Constituição, como a reforma, exigem o voto de três quintos dos 513 deputados e dos 81 senadores, independentemente dos presentes, em duas votações.

Mudam-se por MP itens que elevam receitas, como a alíquota de contribuição, e cortam despesas, como cálculo dos benefícios (veja quadro).

LONGO PRAZO/URGÊNCIA

Embora o impacto principal da reforma da Previdência nas contas públicas seja de longo prazo, equilibrá-la pode significar mais fôlego para que o governo federal mantenha investimentos sob a lei do teto dos gastos.

Sem mudança, o teto fica inviável em 2022. Com alguma, ganha-se tempo.

Outro objetivo é sinalizar a credores e ao mercado financeiro que o país pode segurar a escalada da dívida pública.

Na sexta (26), a incerteza em relação à reforma fez a agência de classificação de risco Moody's rebaixar a perspectiva do rating do Brasil de estável para negativa.

Quanto mais incerta a capacidade de o Brasil pagar suas dívidas, maior os juros cobrados do país e, por consequência, de suas empresas.

REGRAS AMARRADAS

“Um grande problema no Brasil é que temos a Constituição com mais regras previdenciárias do mundo”, diz o advogado previdencialista Fábio Zambitte Ibrahim, professor do Ibmec e da Uerj.

O economista Paulo Tafner, o ex-coordenador do Grupo de Estudos da Previdência

do Ipea, também acha que o país engessou o sistema.

“Mas, tendo em vista o histórico de mudanças irresponsáveis, pode haver uma vantagem. Somos um país com predileção pelo populismo, por gastar indefinidamente.”

Escapar dessas amarras foi a saída do governo FHC quando sua tentativa de implantar a idade mínima foi derrotada, em 1998. No ano seguinte, por lei ordinária, criou o fator previdenciário, que reduziu o valor do benefício para aposentadorias precoces.

APERTAR O FATOR

Mudar a fórmula pode elevar ainda mais o desconto no benefício de quem se retira cedo do mercado de trabalho —e, assim, elevar a idade média de aposentadoria.

Tafner, no entanto, considera que alterar o fator pode ser considerado casuismo.

Na opinião do economista, um dos principais pontos passíveis de mudança é a fórmula 85/95, instituída em 2015, como parte da pautabomba de opositoristas durante o governo Dilma.

A fórmula, que garante benefício pleno a quem cumpre seus requisitos, representou grande concentração de ren-

da, diz Tafner. Ele calcula que sua extinção reduziria em até dois pontos percentuais o ritmo de crescimento das despesas com aposentadorias por tempo de contribuição.

“Com minoria simples, o governo pode impor essa agenda infraconstitucional. Mas é um absurdo ter que cogitar essa hipótese. A sociedade brasileira está dançando Carnaval na beira do precipício”, diz o economista.

“Nós sabemos o que acontece quando há uma catástrofe fiscal, como a que se acerca. Já vimos isso com a hiperinflação, com Collor e, mais recentemente, com a Grécia.”

PLANO A

“Não estamos conjecturando. Vamos persistir na reforma”, disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Para o secretário da Previdência, Marcelo Caetano, a reforma deve sobreviver à crise política, mas, se demorar, terá que ser ainda mais forte.

No setor privado, empresários têm pressionado parlamentares para manter a tramitação, mas o mercado financeiro não crê que a reforma passe neste ano.

AOS PEDAÇOS

O que pode ser mudado por MP; prós e contras

Fim da fórmula 85/95

- ➔ Reduz despesas e atinge menos os mais pobres
- ➔ Afeta apenas trabalhador privado

Mudança no fator previdenciário

- ➔ Desincentiva aposentadorias precoces. Atinge menos os mais pobres
- ➔ Afeta apenas trabalhador do setor privado

Alterar regras de cálculo de pensão por morte

- ➔ Reduz despesas do INSS
- ➔ Afeta apenas trabalhador do setor privado

Aumentar contribuição mínima para se aposentar por idade

- ➔ Eleva receitas da Previdência (setor privado)
- ➔ Afeta mais os mais pobres, principalmente mulheres

Alterar base de cálculo dos benefícios

- ➔ Reduz despesas com novos benefícios
- ➔ Só afeta servidor que entrou após 2003

Elevar a alíquota de contribuição de servidores da ativa

- ➔ Alcança todos os servidores
- ➔ Eleva a carga de tributos

Elevar a alíquota de contribuição de servidores inativos

- ➔ Alcança principalmente servidores com maiores benefícios
- ➔ Eleva a carga de tributos

Apertar os critérios para acesso ao BPC

- ➔ Reduz despesas
- ➔ Afeta pobres idosos ou com deficiência

Mudar regras para os militares

- ➔ Afeta os maiores benefícios
- ➔ Dependência de negociação

➔ LEIA MAIS na pág. A23

Discussões sobre as reformas estimulam previdência privada

Investimento em aposentadoria complementar aumenta; poupança lidera, mas perde espaço

DANIELLE BRANT
DE SÃO PAULO

As discussões envolvendo a reforma da Previdência continuam aumentando a procura por planos de aposentadoria complementar, mostram dados da Fecomercio-SP.

Em maio, investidores paulistanos aplicaram 8,7% de suas reservas em previdência privada. No mesmo mês de 2016, a fatia era de 7%. Para a Federação, esse deve ser o cenário nos próximos meses.

A entidade vê, porém, volatilidade nas aplicações em previdência privada, “diante das incertezas sobre as novas regras de aposentadoria”.

Também cresceu a preferência por renda fixa, destino de 23,1% dos recursos dos poupadores paulistanos, contra 19,5% em maio de 2016.

A poupança segue a aplicação favorita, embora a fatia na caderneta tenha caído de 68%, há um ano, para 57,5%. Ações continuam na lanterna; são o destino de só 3,7% dos recursos dos paulistanos. Um ano atrás, esse percentual era de 3,2%.

Segundo a Fecomercio-SP, a queda dos juros vai abrir es-

paço para diversificação das aplicações, mas somente se houver uma retomada da economia e das empresas.

O estudo também mediu a intenção do consumidor paulistano de contrair novos empréstimos para aliviar sua situação financeira.

O indicador que mede a intenção de contratar financiamento recuou 16,4% em maio sobre abril —na comparação com maio de 2016, a queda é menos acentuada: 8,5%.

O índice atingiu o menor nível desde agosto de 2016.

Para Fábio Pina, assessor econômico da Fecomercio-SP, o sinal amarelo acendeu, mas é cedo para avaliar se há um impacto mais expressivo dessa postura do consumidor. “Houve uma redução da propensão a tomar crédito que interrompe momentos de melhora”, indica.

Ele lembra que muitos dizem que não pretendem tomar crédito, mas acabam sendo compelidos a isso, conforme a situação financeira se deteriora. “Além disso, muita gente fala que não quer pegar empréstimo porque sabe que as condições para isso estão mais difíceis”, destaca.

GOVERNO ENCURRALADO

Lobista da J&F repetia que era dono da maior bancada do Congresso

Ricardo Saud promovia eventos regados a vinho e carne Friboi para deputados e senadores

Executivo chegou a se filiar ao Solidariedade, mas delação acabou com sonho de nova tentativa na política

BELA MEGALE
CAMILA MATTOSO
MARINA DIAS
DE BRASÍLIA

Sentado à mesa do restaurante Figueira da Vila, em Brasília, Ricardo Saud gostava de repetir que era o dono da maior bancada do Congresso. A políticos que ocupavam cadeiras ao seu redor, o lobista da J&F (dona da JBS, uma das maiores processadoras de carne do mundo) vangloriava-se que a maior bancada da Câmara e do Senado não era a do PMDB, PSDB ou PT. Era a dele.

Ao contrário de empresas como a Odebrecht, que autorizava vários funcionários a acertar pagamentos ilícitos com políticos, a J&F concentrava a função em um único personagem: Saud.

Com tanta responsabilidade e acesso ao poder, passou a ser chamado de “Ricardinho” e se tornou organizador de eventos para parlamentares regados a vinhos caros e carne Friboi, marca da JBS.

Um deles aconteceu em 2014 na casa do então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Correligionários de Renan, os senadores Eduardo Braga (AM) e Vital do Rêgo (PB) também participaram da festa.

Aquele ano, de eleições majoritárias, foi um dos mais movimentados na carreira do lobista. Seu papel era operacionalizar os pagamentos da JBS a políticos, fossem por meio de doações eleitorais declaradas ou caixa dois.

Mas não era só isso.

Saud era também o responsável por levar os recados dos

irmãos Joesley e Wesley Batista à cúpula dos partidos.

Uma das missões, dada em 2014, foi tentar convencer o presidente do PP, Ciro Nogueira, a mudar de lado, abandonando Dilma Rousseff (PT) para apoiar a chapa de Aécio Neves (PSDB) ao Palácio do Planalto.

Em um jantar às vésperas da convenção do PP, Saud entregou a Ciro um pedaço de papel em branco. Pediu para que o senador indicasse o valor que queria da JBS para apoiar o tucano. Ciro, que nega a história, recusou a oferta, segundo a **Folha** apurou.

SONHO MEU

O universo político sempre seduziu Saud. Nascido em Uberaba (MG), formou-se em Tecnologia em Gestão de Agronegócio, foi secretário de turismo e tentou se viabilizar como candidato a prefeito da cidade. Não deu certo.

Em 2011, trabalhou para chegar a Brasília. Indicado pelo PP, ocupou uma diretoria no Ministério da Agricultura, na gestão de Wagner Rossi (PMDB-SP), durante o governo de Dilma Rousseff.

Foi ele, inclusive, um dos protagonistas da demissão do ministro. Saud era ligado à empresa Ourofino, que emprestou um jatinho a Rossi. A companhia, porém, havia obtido autorização do ministério para comercializar uma vacina, passaporte para sua entrada num mercado que movimentava cerca de R\$ 1 bilhão por ano no Brasil.

O conflito de interesses derrubou Rossi e, consequentemente, Saud. A partir daí, passou a trabalhar com exclusividade para o grupo J&F.

No fim de 2015, porém, os políticos deram falta de Saud. Ele desapareceu de Brasília. Com os avanços da Operação Lava Jato, foi desligado da J&F e enviado para passar um

tempo no exterior.

Os donos do frigorífico temiam que Saud configurasse um arquivo vivo e viam nele um potencial delator.

A volta do lobista, que foi readmitido no grupo, deu-se quando a empresa já avaliava fazer um acordo de delação com a Procuradoria.

A colaboração começou a ser estudada após a prisão de Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em outubro de 2016. Joesley diz ter dado dinheiro à família do ex-presidente da Câmara com objetivo de evitar que este fizesse acusações contra a empresa relacionadas ao pagamento de propina para liberação de recursos.

Com a mudança, caiu por terra o sonho de Saud, que se filiou ao Solidariedade pouco antes de deixar o país para nova tentativa na política.

Sem chances de voltar a atuar em Brasília e com medo das consequências das revelações feitas por ele e seus chefes e donos da J&F, Joesley e Wesley Batista, Saud se programou para deixar o Brasil novamente.

Um mês depois de fechar o acordo de delação, que inclui ainda os chefes e outros quatro executivos (Valdir Boni, Francisco de Assis e Silva, Florisvaldo Oliveira e Demilton de Castro), Saud organizou seu casamento às pressas. No fim de tarde do dia 3 de maio, telefonou para a namorada e avisou que se casariam dali a três horas.

“Ponha o champanhe pra gelar igual você queria, que vamos fazer aí [em casa] às 21h. Só que é você quem vai ter que comprar”. A conversa está nos áudios interceptados pela PF.

Casados, teriam facilidade para obter os vistos de permanência fora do Brasil. A comemoração foi discreta, diferente das fartas festas que fazia nos tempos de “Ricardinho”.





Procuradoria quer R\$ 10,9 bi para leniência

DE BRASÍLIA

A Procuradoria do Distrito Federal recusou a oferta de R\$ 8 bilhões da J&F, holding da JBS, para fechar acordo de leniência, espécie de delação de empresas. Investidores pedem R\$ 10,9 bilhões para o acordo.

É a quinta oferta recusada pela Procuradoria. No início das negociações, a J&F ofereceu R\$ 700 milhões, e posteriormente colocou à mesa R\$ 1 bilhão, R\$ 1,4 bilhão e R\$ 4 bilhões.

Inicialmente, os investidores queriam R\$ 11,1 bilhões. Agora, chegaram a R\$ 10,9 bilhões, pagos em 13 anos. Segundo a Procuradoria, “o valor representa 6% do faturamento das empresas do grupo em 2016, livre de impostos”.

Na proposta, os pagamentos devem começar em dezembro, terão correção pela Selic e deverão ser feitos exclusivamente pela J&F, uma tentativa de blindar acionistas minoritários de arcar com a multa.

O dinheiro será destinado a entidades públicas e fundos de pensão que, conforme investigações, foram lesados pelas empresas controladas pela J&F.

A multa foi inicialmente fixada em 20% do faturamento, percentual máximo previsto na Lei Anticorrupção. No entanto, foram aplicados redutores devido à efetividade das colaborações premiadas das pessoas físicas. Joesley e Wesley Batista, principais acionistas do grupo, firmaram acordos homologados neste mês pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

A multa representa 64,11% do valor de projeção do Ebtida (indicador que mede o desempenho da empresa e desconsidera impostos e efeitos financeiros), 10% superior ao aplicado à Odebrecht. A empreiteira fechou seu acordo por R\$ 6,9 bilhões. (BM)

Joias mais valiosas de Cabral não foram encontradas pela PF

Laudo indica que peças apreendidas valem R\$ 4,8 mi, mas denúncia indica R\$ 6,5 mi gastos só em duas lojas

Brinco de R\$ 612 mil e anel de R\$ 600 mil não estão na lista de joias apreendidas no apartamento do casal

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

As joias mais caras adquiridas, de acordo com o Ministério Público Federal, pelo ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) e a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo não foram encontradas no apartamento do casal nas duas operações da Lava Jato.

A Polícia Federal concluiu análise das 124 joias e 13 relógios encontrados no imóvel. O laudo indica que as peças valem R\$ 4,8 milhões.

O valor é menor do que os R\$ 6,5 milhões gasto pelo casal em apenas duas joalherias de acordo com denúncia da Procuradoria. Cruzamento feito pela **Folha** entre os laudos e as listas entregues pelas joalherias H. Stern e Antônio Bernardo indica que as peças mais valiosas não foram apreendidas.

Estão entre os exemplares não encontrados um brinco de diamantes de R\$ 612 mil, e um anel de rubi de R\$ 600 mil, os mais caros da lista.

A joia mais valiosa anali-

sada foi um par de brincos com 24 diamantes, avaliado em R\$ 240 mil, que não foi adquirido em nenhuma das duas lojas mencionadas.

O brinco de R\$ 612 mil foi comprado na Antônio Bernardo com um colar (R\$ 229 mil) e um anel (R\$ 159 mil) em 2012. Nenhuma das três peças foi apreendida, indica o cruzamento da reportagem.

O anel de rubi foi adquirido na H. Stern com um brinco (R\$ 400 mil). As joias também não constam da lista da PF.

O valor adquirido pelo casal de acordo com as investigações pode ser maior do que R\$ 6,5 milhões. A H. Stern firmou delação premiada e

apontou compras de R\$ 6 milhões para o casal, quase o triplo do inicialmente informado. A diretora comercial da joalheria, Maria Luiza Trotta, afirma ter vendido uma peça de R\$ 1,8 milhão a Adriana Ancelmo.

O apartamento do casal foi alvo de mandado de busca e apreensão em novembro e em dezembro. Cabral é acusado de cobrar propina de 5% dos contratos no Estado e sua mulher, de ajudá-lo a lavar o dinheiro e ocultá-lo.

OUTRO LADO

O advogado Alexandre Lopes, que representa Ancelmo, afirmou que as joalherias atribuíram à sua cliente “joias jamais adquiridas por ela”.

Em depoimento ao juiz Marcelo Bretas, Ancelmo disse que nunca comprou joias com dinheiro vivo ou fez aquisições “de valores altos”. Ela negou também que as joias compradas fossem dela.

“Não foi comprado por mim. Não foi presente. Honestamente acredito que meu marido não tenha comprado. Quero crer que ele não tenha comprado para outra pessoa”, disse ela, no único momento em que sorriu durante seu depoimento.

A defesa de Cabral informou que se manifestará apenas no processo.

▶ NOVA PRISÃO

CABRAL É TRANSFERIDO DE BANGU

Sérgio Cabral foi transferido neste domingo (28) do complexo de Bangu para a cadeia pública José Frederico Marques, em Benfica, na zona norte do Rio. A medida faz parte de um remanejamento de presos para a abertura de mais vagas em Bangu destinadas a criminosos de alta periculosidade.

Contrapartidas não foram cumpridas, afirma tribunal

Maior problema foi encontrado no setor de informática, onde metade das 510 empresas não atendeu as regras

Outro problema foi no Fies, ineficaz segundo o TCU por beneficiar estudantes que não precisariam de ajuda

DE BRASÍLIA

Levantamento do TCU (Tribunal de Contas da União) há quatro anos revelou que cinco dos principais programas de estímulo à indústria brasileira por meio de subsídios foram mantidos sem a garantia de que as contrapartidas fossem cumpridas.

Nesse relatório, os auditores analisaram as leis de informática, a Lei do Bem, o Pa-

dis (semicondutores e displays), o PATVD (TV digital) e o Inovar-Auto, que consumiram cerca de R\$ 52 bilhões até o final de 2016.

O caso mais gritante foi o da lei da informática, um programa voltado aos fabricantes de computadores.

Entre 2006 e 2014, foram mais de R\$ 25 bilhões em incentivos via descontos no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) — as empresas deveriam ter investido 5% disso como contrapartida em pesquisa e desenvolvimento.

Em 2010, houve uma auditoria nesses números e se descobriu que metade das 510 empresas beneficiadas não tinha efetivado as contrapar-

tidas. O caso está sob investigação do Ministério Público Federal em Campinas (SP).

Quem acompanha o assunto no governo afirma que não existem avaliações confiáveis sobre a efetividade desse gasto que, segundo o TCU, não está sujeito ao teto de gastos, medida da gestão Michel Temer que limita o crescimento das despesas primárias.

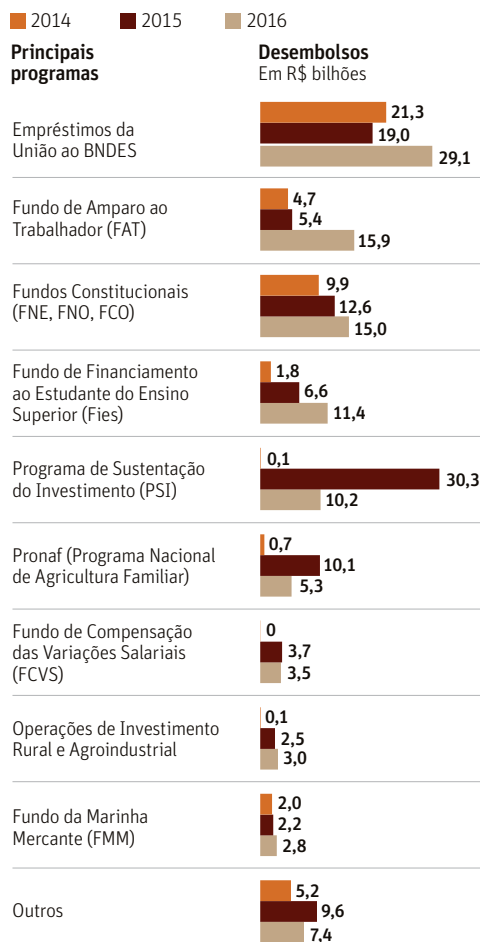
A nova legislação deixou de fora algumas despesas, entre elas, os subsídios.

O tribunal tenta monitorar esses gastos, mas enfrenta dificuldades tanto para saber valor dos subsídios e a efetividade dos programas.

Técnicos dizem que não se sabe se os programas fortaleceram cadeias produtivas e se empresas atraíram profissionais mais graduados e registraram patentes ou se houve ganho de produtividade.

A EVOLUÇÃO DOS SUBSÍDIOS

União gastou R\$ 106,9 bilhões com programas e maior parte dos recursos foi para empresas em 2016



CANCELAMENTO

O governo também enfrenta dificuldades para conseguir reduzir gastos assumidos em gestões passadas.

Um exemplo é o PSI (Programa de Sustentação do Investimento), lançado na crise de 2008 para garantir empréstimos ainda mais subsidiados do BNDES ao setor produtivo. O programa já foi cancelado, mas exige gastos de cerca de R\$ 10 bilhões com contratos remanescentes.

De acordo com o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto Almeida, para reduzir o impacto dessa herança nas contas públicas, foram renegociadas as taxas de juros dos contratos, algo que ocorreu com PSI, Crédito Agrícola e Plano Safra.

Alguns programas acabam se mostrando insustentáveis. O Fies (para financiamento do ensino superior), por exemplo, precisou ser refeito e será relançado em junho.

Entre 2013 e 2014, foram financiados cerca de 700 mil estudantes. A inadimplência acima de 50% gerou perdas bilionárias e obrigou o Tesouro a destinar R\$ 2,6 bilhões para ajustar as contas. Hoje, a inadimplência está em 24%.

Para o TCU, o programa é ineficaz porque ajudou empresas do setor a aumentarem seus ganhos e beneficiou, em sua maioria, estudantes que não precisavam dos recursos. (JULIO WIZIACK)



**R\$ 10,7 bi**

Foi a quantia a mais paga em subsídios devido à alta de juros durante a crise; somente no BNDES, o impacto dos juros fez aumentar os subsídios para o banco em R\$ 4,8 bilhões

**R\$ 2,6 bi**

Foi quanto a União precisou colocar a mais no Fies para sanar prejuízos de anos anteriores

**R\$ 20 bi**

Foi a redução dos subsídios ao PSI, programa criado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff que foi encerrado em 2015, mas ainda segue com desembolsos de operações contratadas

**42%**

dos benefícios foram destinados a programas voltados para a produção (agropecuária e industrial)

Fonte: Ministério da Fazenda e TCU

› OUTRO LADO ‹

Fazenda diz que renegocia juros e muda programas

DE BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda afirmou que, para reduzir o volume de subsídios oferecidos pelo governo federal, tem cancelado programas, renegociado taxas de juros e, em alguns casos, reformulado políticas, caso do Fies, programa de financiamento para o ensino superior.

O Secretário de Acompanhamento Econômico do ministério, Mansueto Almeida, reconheceu o efeito das chamadas pedaladas fiscais no governo Dilma Rousseff (2011-2016) no aumento dos gastos de subsídios do ano passado, mas ponderou que não seria possível cortar os subsídios vigentes.

“Uma vez concedido, vira gasto obrigatório”, disse.

“Os subsídios representam boa parte do gasto público total. Eles vinham crescendo desde 2009 e vão começar a cair neste ano. Teremos uma redução considerável por tudo que estamos fazendo”,

afirma o secretário.

Segundo Mansueto, boa parte da queda dos subsídios ocorrerá devido à mudança na taxa de juros dos financiamentos do BNDES quando entrar em vigor a TLP (Taxa de Longo Prazo).

A TLP foi criada neste ano pela atual equipe econômica para substituir a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e tem como objetivo vincular a taxa de juros dos empréstimos (para quem pede dinheiro no banco) ao custo de captação de recursos no mercado pelo governo, que aproximadamente equivale à taxa Selic. A mudança passa a valer a partir de 2018.

Como parte dos gastos com subsídios se deve à diferença entre essas duas taxas (de captação e de empréstimos), o governo acredita que conseguirá assim reduzir essas despesas com mais vigor nos próximos anos.

Para o secretário, esse esforço de troca de taxas de juros é parte da explicação para a previsão de um crescimento de R\$ 43 bilhões do gasto público total neste ano, cerca de R\$ 30 bilhões abaixo do registrado no ano passado. (JW E MC)

MATA ATLÂNTICA

Região do Descobrimento é campeã de desmatamento, mostra relatório

Sul da Bahia perde pelo menos 6.000 hectares, indicam dados da SOS Mata Atlântica e do Inpe

Nos 17 Estados que compõem o bioma, a redução atinge 29.075 hectares, a maior área em dez anos

EDUARDO GERAQUE
ENVIADO ESPECIAL AO SUL DA BAHIA

O ciclo de destruição da floresta atlântica, que começou em 1500 por causa dos europeus, volta a ficar ativo na Bahia, revelam dados de um mapeamento florestal da ONG SOS Mata Atlântica e do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Muito impulsionada pela redução da mata na região sul do Estado, a Bahia foi campeã nacional de desmatamento da vegetação atlântica entre 2015 e 2016, segundo o atlas do desmatamento a que a **Folha** teve acesso.

No Estado, caíram 12.288 hectares de vegetação, um crescimento de 207% em relação à análise anterior, de 2014-2015. Três cidades do sul da Bahia — Santa Cruz de Cabrália, Belmonte e Porto Seguro — são responsáveis por metade desse total.

Bioma onde vivem 72% da população brasileira, a mata atlântica se estende do Rio Grande do Sul ao Piauí.

Em todo o país, a derrubada aumentou 57,7% no período em comparação ao ano anterior. Houve uma redução de 29.075 hectares de floresta.

O índice preocupa os especialistas da SOS Mata Atlântica. Há 10 anos não havia uma derrubada do bioma nessas proporções.

CABRÁLIA

Curiosamente, o atual processo de redução da mata atlântica no sul da Bahia tem

componentes que remetem ao ciclo histórico dos tempos coloniais. Alguns fatores geográficos e socioambientais do desmate não mudaram.

A primeira missa em solo brasileiro ocorreu na região da atual Santa Cruz de Cabrália. Lá os índios viviam em meio a uma rica floresta, e o pau-brasil logo virou valiosa matéria-prima, motivando disputas pelo território.

Durante dois séculos, entre 1500 e 1700, estimativas científicas indicam que mais de 460 mil árvores da espécie que dá nome ao Brasil acabaram ceifadas da exuberante floresta, hoje conhecida pelo nome de mata atlântica.

O processo colonial de desmatamento, que praticamente acabou com o pau-brasil, envolveu dos donos dos negócios (os europeus que exportavam a madeira e faziam os corantes) aos índios, que faziam o escambo. Em um segundo período, também os escravos participaram.

Todos, por vários tipos de pressão ou dominação, participaram do aniquilamento.

A mesma Cabrália, além de Belmonte e Porto Seguro, aparecem na lista dos cinco maiores desmatadores (veja quadro à dir.).

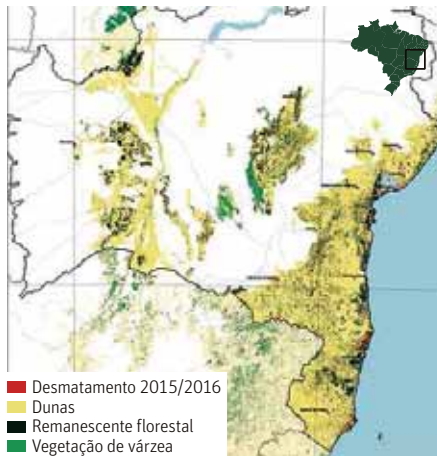
A partir das coordenadas do satélite, a expedição de campo, via estradas de terra entre propriedades privadas desertas, dá formato à destruição. Após dois dias percorrendo o sul da Bahia, a diretora-executiva da SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota, resume: “É muito triste”.

Os números captados pelas análises mostram que em Cabrália houve o desmate de 3.058 hectares de mata atlântica, mais de 10% do que caiu de todo o bioma no país.

Ainda não são claras as ra-

TERRA À VISTA

Sul da Bahia é região que mais corta mata atlântica



Reprodução/Fundação SOS Mata Atlântica/INPE

OS DEZ MUNICÍPIOS QUE MAIS DESMATARAM

Município	Em hectares
Santa Cruz de Cabrália* (BA)	3.058
Belmonte* (BA)	2.119
Manoel Emídio (PI)	1.281
Wanderley (BA)	1.180
Porto Seguro* (BA)	856
Águas Vermelhas (MG)	753
Canto do Buriti (PI)	641
Alvorada do Gurguéia (PI)	625
São João do Paraíso (MG)	573
Jequitinhonha (MG)	450

*Municípios do sul da Bahia

“É desolador que isso tenha ocorrido numa cidade histórica, reconhecida como um dos pontos de chegada dos portugueses e local da primeira missa no Brasil”

MARCIA HIROTA
diretora-executiva da ONG SOS Mata Atlântica

zões que levaram a esse aumento na região.

Na visita recente da reportagem à região, áreas estavam sendo limpas e madeiras retiradas por caminhões.

Nas propriedades vizinhas, fazendas de eucaliptos já engoliram a floresta nativa em anos anteriores, o que pode ter voltado a ocorrer, de acordo com os especialistas.

Contudo, nem toda ação de desmatamento, vista do alto, é ilegal. O mapeamento via satélite não separa os feitos dentro da lei dos de fora.

Algumas das ações de derrubada, especialmente em áreas públicas, são feitas por índios ou pessoas que vivem com subemprego.

TURISMO

O sul da Bahia, segundo Marcia Hirota, é rico em biodiversidade e tem grande potencial turístico, o que seria uma saída viável para o desenvolvimento socioambiental da região, segundo ela.

“Estamos destruindo um patrimônio importante, que poderia gerar desenvolvimento regional”, afirma.

A expedição também encontrou muitas áreas que foram destruídas parcialmente pelo fogo. A floresta acinzentada está morta. Os cadáveres expostos parecem em compasso de espera.

Nos próximos anos, dentro do ciclo atual de desmatamento em curso no sul da Bahia, os troncos asfixiados pelo fogo poderão continuar à mostra ou darem vez ao pasto ou a alguma monocultura.

Enquanto no Estado da Bahia restam 11% de mata atlântica, em todo o Brasil o índice é um pouco maior, 12%.

Os jornalistas EDUARDO GERAQUE e DIEGO PADGURSCHI viajaram ao sul da Bahia a convite da ONG SOS Mata Atlântica

Para líder pataxó, aldeias devem explorar turismo

DO ENVIADO AO SUL DA BAHIA

Toda a complexidade que envolve o termo desenvolvimento sustentável, por mais desgastado que ele esteja, está explícita em Porto Seguro (BA), aos pés do monte Pascoal, a montanha que motivou a esquadra de Cabral a anunciar “terra à vista”.

Um dos pontos em vermelho nos mapas gerados pela ONG SOS Mata Atlântica e pelo Inpe mostra que o desmatamento da mata atlântica entre 2015 e 2016 aumentou dentro dos limites do Parque Nacional do Monte Pascoal.

“A retirada de madeira ocorre por causa dos índios e dos brancos também”, afirma Osiel Ferreira Pataxó, 57, cacique da aldeia Pé do Monte.

Ele prefere que a sua gente ganhe a vida de outra forma. “Você sabe como funcionava o celular do índio?”, pergunta o cacique ao repórter. Ao seu lado, dentro da floresta atlântica que cerca o monte Pascoal, uma gindiba, árvore gigantesca.

O cacique Pataxó começa a bater de forma ritmada no tronco da árvore para mostrar como os antigos índios se comunicavam entre si dentro da floresta.

“Nós precisamos de infraestrutura adequada para ganhar dinheiro com o turismo. Muitos visitantes, inclusive do exterior, costumam vir aqui”, diz.

Na visão do líder indígena, o turismo, em vez do desmatamento, é a grande saída para as 17 aldeias que existem na região.

A madeira extraída do parque abastece fábricas de artesanato de cidades vizinhas. Elas exportam os produtos para vários comércios populares, inclusive os de São Paulo.

ANÁLISE MATA ATLÂNTICA

Atuação de ONG é relevante, mas não dá para falar em sucesso

Apesar da vigilância sistemática da SOS Mata Atlântica, criada em 1985, muito pouco resta da floresta tropical

MARCELO LEITE
DE SÃO PAULO

Quando um grupo de estudantes da USP se revoltou contra o plano de construir um aeroporto nas matas de Caucaia do Alto (periferia de São Paulo), ali por 1978, poucos poderiam imaginar que começava a nascer um dos mais bem-sucedidos projetos ambientalistas do Brasil.

Os jovens fundaram uma das primeiras ONGs verdes do país, a Oikos, em 1980. Após cinco anos, o grupo deu origem à SOS Mata Atlântica, que iniciou mapeamento dos remanescentes da floresta tropical que recebeu os portugueses e abrigou seus descendentes por cinco séculos, pagando alto preço por isso.

Graças a esses idealistas com senso prático e pendor científico, conta-se hoje com uma valiosa série histórica sobre o desmatamento no bioma que deu ao país nascente sua primeira fonte de renda, o pau-brasil. E, por extensão, seu nome próprio.

No entanto, quando essa vigilância sistemática começou, há três décadas, já restava muito pouco a preservar: não mais que 181 mil km² do total original de 1,3 milhão de km². Ou seja, 86% da mata atlântica já haviam sucumbido à aversão brasileira pelo “mato” quando aquela moçada passou a tentar nos convencer de que isso era um desastre.

Desde então, outros 19 mil km² se perderam, uma área equivalente a quase um Sergipe inteiro. A primeira floresta brasileira avistada se reduziu a 12,5% do que era.

Seria decerto muito pior se a vigilância desencadeada pela SOS Mata Atlântica não tivesse existido, mas não dá para falar em sucesso.

É o Brasil inteiro que falha quando se mostra incapaz de preservar a floresta que recicla os recursos hídricos de que depende a maior parte de sua população, ainda concentrada nas capitais que margeiam a costa do oceano Atlântico.

Nem mesmo a recomposição ora em curso pode, com honestidade, ser encarada de modo otimista.

Embora seja um fato positivo, não se trata de obra humana, mas de seu afastamento: o que ressurgiu da mata atlântica se dá por regeneração natural, principalmente, e não porque o replantio estimulado por ONGs como a SOS tenha alcançado escala significativa.

REGENERAÇÃO

Foram quase 2.200 km² de regeneração de 1985 a 2015, pouco menos que uma vez e meia a superfície da cidade de São Paulo. Cotejada com os 19 mil km² desmatados no mesmo período, a cifra não chega a ser animadora.

Isso não é motivo, decerto, para esmorecer. Não só porque o que resta da mata atlântica merece ser preservado por seu valor histórico, paisagístico e de biodiversidade, mas também por razões práticas: precisamos da água que ela produz para sobreviver.

Folha promove debate sobre mata atlântica

DE SÃO PAULO

A **Folha** terá, em 5 de junho (segunda-feira), Dia Mundial do Meio Ambiente, uma discussão sobre a mata atlântica.

O debate, feito em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, tem o objetivo de diagnosticar a situação do bioma — conjunto de seres vivos que ocupam determinada área — e refletir sobre seu futuro, elencando boas iniciativas para combater o desmatamento e restaurar as partes danificadas.

A situação é crítica: restam apenas 16 milhões dos 131 milhões de hectares originais da mata atlântica. Só entre os anos de 1985 e 2015, foram desmatados quase 2 milhões de hectares, de

acordo com a fundação.

No mesmo período, porém, quase 220 mil hectares foram restaurados, o que sugere que campanhas de conscientização podem surtir efeito para mitigar o processo de extinção do bioma.

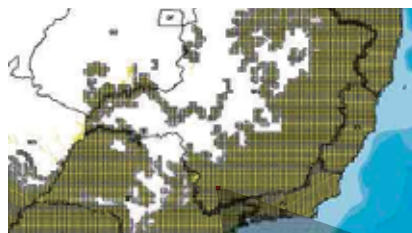
Para o debate, estão confirmadas as participações de Magda Lombardo, professora de geografia da Unesp, especialista em clima urbano e planejamento territorial, Mário Mantovani, diretor de políticas públicas da SOS Mata Atlântica, e o produtor de cinema e TV Estevão Ciavatta, idealizador da campanha de financiamento coletivo Dá Pé, voltada ao reflorestamento de biomas do país.

O evento acontecerá às 19h, no auditório da **Folha**, na alameda Barão de Limeira, 425, em São Paulo.

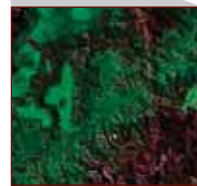
As inscrições são gratuitas e estão abertas. Para se inscrever, basta acessar o site eventos.folha.com.br.

COMO FUNCIONA O MONITORAMENTO DA FLORESTA?

1. Imagens de satélite do mapa original da mata atlântica são separadas, a cada ano de análise
2. Em uma escala detalhada, a área de vegetação é dividida em pequenos quadros que podem ser esmiuçados em uma única tela de computador



3. As áreas que ainda tinham floresta nos levantamentos anteriores são assinaladas
4. A coloração da imagem, após processamento digital, mostra onde a floresta sumiu ou não
5. Os dados são checados por uma outra pessoa e também com auxílio do Google Earth
6. A soma das áreas sem floresta que foram delimitadas mostra o tamanho do estrago



“ A regeneração natural não é a solução para tudo, mas pode ajudar muito, desde que seja entendida como um método que precisa ser enriquecido para ter valor ecológico

RICARDO RIBEIRO RODRIGUES

do Laboratório de Ecologia e Restauração Florestal da USP

📍 O QUE É MEDIDO?

- > Remanescentes Florestais - Mata
- > Remanescentes de Restinga Florestal
- > Remanescentes de Vegetação de Mangue
- > Áreas Naturais não Florestais: várzeas, campos de altitude naturais, refúgios de vegetação, dunas, restinga herbácea, apicum e campo úmido





Ausência de ação humana ajudou regeneração de 490 mil hectares

DE SÃO PAULO

Depois de séculos de destruição, a regeneração da mata atlântica em alguns locais do país começa a animar os pesquisadores da área.

Essa visão positiva de cientistas se dá mesmo que a recomposição florestal ocorra em áreas pequenas e fora de Minas Gerais e Bahia, onde o desmatamento prevalece.

De acordo com o mapeamento da rede Global Forest Watch, que enxerga áreas com boa precisão, a mata atlântica voltou a crescer em 489.816 hectares entre 2000 e 2014. Os 12% de mata que restam no Brasil cobrem 16,3 milhões de hectares.

“Estamos conseguindo reverter o processo histórico de predomínio de desmatamentos para iniciar uma era de predomínio da regeneração”, afirma Pedro Brancalion, pesquisador do Laboratório de Silvicultura Tropical da USP, em Piracicaba (SP).

O próprio campus uspiano do interior paulista é um exemplo de regeneração, segundo Brancalion. “Por meio do trabalho de alunos da graduação, a cobertura florestal do local duplicou”.

Apesar de todo o desenvolvimento científico das últimas décadas, que gerou receitas de como recompor a floresta atlântica, a maior parte das áreas regeneradas surgiu pela total ausência da intervenção humana.

“A recuperação florestal tem ocorrido principalmente em áreas de menor aptidão agrícola que são abandonadas”, afirma o pesquisador.

Tanto o êxodo do campo para as zonas urbanas como o abandono de cultivos em áreas muito íngremes, onde as máquinas não conseguem

operar, estão abrindo espaço para a mata.

Um dos problemas das áreas abandonadas pelos proprietários rurais, segundo o pesquisador Ricardo Ribeiro Rodrigues, também da USP, é que, por simples inércia, a mata volta a crescer, mas não com qualidade.

“A paisagem, muitas vezes, não permite a chegada de novas espécies porque são poucos fragmentos”, diz Rodrigues. Nestes casos, os locais precisam ser monitorados e enriquecidos com outras espécies, uma receita que muitas vezes custa caro.

Há exemplos, segundo ele, a demonstrar que o caminho da regeneração passou a ser viável dos pontos de vista econômico e ecológico.

Para o dono da terra, o ganho com a regeneração pode compensar o prejuízo registrado pelo abandono das áreas para agricultura.

Em tempos de escassez hídrica, ter a mata atlântica ao redor dos mananciais é uma solução para evitar que falte água nas torneiras.

Brancalion, aliás, tem sugestões sobre isso. Fortalecer a proteção do que sobrou é uma delas. “Muitas de nossas reservas são abandonadas”, comenta.

A segunda é a recuperação da floresta em áreas vitais tanto para o homem como para a natureza. “O produtor precisa ser bem remunerado pela proteção florestal ou por produtos extraídos dela”, diz.

Mas será que nas áreas regeneradas em que a flora voltou, a vida animal está presente com qualidade? “Existem florestas há mais tempo regeneradas, como a da Tijuca, no Rio, onde os anfíbios vivem bem”, diz Célio Haddad, cientista da Unesp. (EG)

“É preciso ir além do bom-mocismo para envolver as empresas e os produtores rurais num cenário favorável ao investimento nessa nova atividade da recuperação ambiental”

PEDRO BRANCALION
do Laboratório de Silvicultura Tropical da USP

MATA ATLÂNTICA

Ventos desmataram o equivalente a 700 campos de futebol em SP

Vendaval em cidades como São Roque e Mairinque atinge florestas e tira Estado do 'grau zero'

Sem essas tempestades, Estado teria perdido cerca de 80 hectares de mata e não estaria na lista de desmatadores

MARA GAMA
COLUNISTA DA FOLHA

Perdas consideráveis da cobertura florestal colocaram o Estado de São Paulo novamente na lista do desmatamento da mata atlântica no último ano.

Foram 698 hectares desmatados entre 2015 e 2016, 15 vezes o verificado entre 2014 e 2015, que atingiu 45 hectares. Um hectare é equivalente a pouco mais que um campo de futebol.

O Estado vinha reduzindo a área desflorestada desde 2010 e, em 2013, tinha atingido o "grau zero", que é atribuído quando há perda de menos de 100 hectares (1 km²) de mata nativa.

Os dados fazem parte do mais recente Atlas da Mata Atlântica, levantamento que cobre todo o imenso bioma, produzido pela Fundação SOS Mata Atlântica e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Criado em 1985, o monitoramento começou com balanços a cada cinco anos e recentemente passou a ter atualizações anuais, com publicação de resultados em maio.

Segundo o coordenador técnico do Inpe Flavio Ponzoni, especialista em vegetação, a maior parte do desmatamento no Estado foi causada por ventos muito fortes ocorridos em junho de 2016.

O município que mais perdeu área de cobertura nativa foi São Roque, com decréscimo de 322 hectares. Na sequência vêm Mairinque, com 134 hectares, Atibaia, com 107 hectares, e Embu-Guaçu, com 55 hectares.

Descontado o fenômeno natural, o desmatamento causado pela ação humana teria sido de 80 hectares, o que manteria o Estado fora da lista de desmatadores.

Os ventos causaram estragos também nas áreas urbanas de Jarinu, Jundiá e Vargem Grande Paulista nos dias 5 e 6 de junho de 2016, provocando quedas de árvores e postes, destelhamentos de edificações, tombamento de veículos e ao menos uma morte (em São Roque).

Ponzoni diz que é possível ver as "cicatrices" do vendaval na vegetação nativa nas imagens de satélite tomadas nos dias seguintes ao evento climático (veja fotos à dir.).

Laercio Namikawa, que atua na área de detecção de danos do Inpe, diz que não é possível afirmar que houve um tornado, embora existam indícios de um percurso de destruição.

Marcia Hirota, diretora-executiva do SOS Mata Atlântica, sobrevoou a área na última quarta-feira (24), quase

um ano depois do vendaval, e diz que já é possível ver alguma recuperação nos locais atingidos. "Precisamos garantir que essas áreas sejam regeneradas e se mantenham protegidas", diz.

Segundo Hirota, a área da serra do Mar está razoavelmente preservada no Estado, mas nos limites da mancha urbana da capital é possível ver o "efeito formiga" da ocupação desordenada do solo por moradias.

"O desafio no Estado é a recuperação ambiental, com a proteção dos fluxos hídricos com mata ciliar. Os municípios têm de planejar seu crescimento e respeitar a Lei da Mata Atlântica, que veta ocupação que não seja de interesse público ou social", afirma a ambientalista. "Cabe ao poder público emitir licenças e autuar infratores com a Polícia Florestal."

AVALIAÇÕES DISTINTAS

O secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Ricardo Salles, informou que, de acordo com os dados do governo estadual, não houve aumento do desmatamento.

Salles afirma que a secretaria monitora os biomas do cerrado e da mata atlântica sem distinção, além das áreas de proteção ambiental (APAs) hídricas.

Além das amplitudes diferentes, há também diferença conceitual importante nos levantamentos realizados pela secretaria e pela SOS Mata Atlântica.

Para o órgão do governo paulista, o desmatamento é apenas o que foi retirado sem o licenciamento ou a compensação ambiental requeridos nos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental emitidos pela Cetesb.

Isso quer dizer que, enquanto os dados da SOS Mata Atlântica flagram os remanescentes florestais, os dados citados pelo secretário levam em conta a própria ação da administração ambiental sobre a ocupação econômica do território. Se há licenciamento e/ou compensação, não há, para ele, desmatamento.

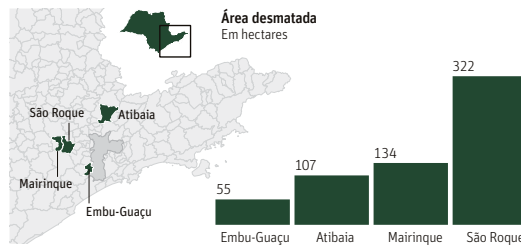
HISTÓRICO

A mata atlântica cobria originalmente 69% da área do Estado, cerca de 17 milhões de hectares. Hoje, restam 2.810.668 hectares, ou 16,5% do que havia.

De acordo com o Atlas da Mata Atlântica, nos últimos 30 anos foram desmatados 187.811 hectares do bioma no Estado de São Paulo. Dos 645 municípios paulistas, 574 estão localizados no bioma da mata atlântica.

São Paulo tem seis municípios na lista dos cem municípios que mais desmataram a mata atlântica no país entre 1985 e 2015, e a área total desmatada no Estado nesse período atingiu 33.719 mil hectares, cerca de 337 km², o que corresponde ao tamanho do município de Ilhabela.

TEMPESTADES QUE CAUSARAM DESMATAMENTO
Cidades paulistas mais afetadas pelos ventos fortes



Área de mata atlântica em São Roque em 2015, antes de ser atingida pelos ventos



A mesma área em julho de 2016, um mês após ser atingida pelas tempestades



Foto atual da área; um ano após o fenômeno, vegetação começa a se recuperar

A MATA EM NOTAS

Pau-brasil à vista
Quando Cabral aportou por aqui, a mata atlântica cobria 131 milhões de hectares —15% dos 851 milhões de hectares que tem o Brasil atual. Hoje são 16 milhões de hectares, ou seja, menos de 2% da área do país.

Em três décadas
De 1985, quando começou o monitoramento da SOS Mata Atlântica, a 2015, o país perdeu 1,89 milhão de hectares do bioma

3.429

dos 5.570 municípios do país (61% do total) estão em bioma de mata atlântica

Campeões 1
Dois Estados do Sul e um do Sudeste foram os maiores desmatadores entre 1985 e 2015 (em mil hectares)
» Paraná - 457
» Minas Gerais - 384
» Santa Catarina - 283

Campeões 2
Mas foi nesses mesmos Estados que houve a maior regeneração de mata atlântica de 1985 a 2015 (em mil hectares)
» Paraná - 75,6
» Minas Gerais - 59,9
» Santa Catarina - 25

Rebrotando
A área total de mata atlântica regenerada no país entre 1985 e 2015 atingiu 219,8 mil hectares. A maior parte dessa regeneração ocorre naturalmente, sem a influência humana, em terrenos abandonados

72%
da população brasileira vive em bioma de mata atlântica



Mangue
Estado com maior índice de desmatamento recente, a Bahia é a unidade da federação com a maior área de manguezais (em mil hectares)
» Bahia - 73
» Paraná - 33,4
» São Paulo - 26,6

Valparaíso
A área de regeneração de floresta em São Paulo de 1985 a 2015 foi de 23 mil hectares. Os municípios paulistas onde houve maior regeneração de floresta são (em hectares)
» Valparaíso - 754
» Castilho - 735
» Quatá - 676

Dunas
O Rio Grande do Sul é o Estado com maior área de dunas do país. São 102 mil hectares, mais do que a soma de todos os Estados do Nordeste

Conservação
Existem 2.233 Unidades de Conservação (federais, estaduais e municipais) em áreas de mata atlântica no país, que totalizam 12,1 milhão de hectares

DESMATAMENTO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Municípios paulistas que mais perderam floresta nativa

Município	Área total do município (em hectares*)	Área florestal (em hectares)	Percentual de área florestal	Desmatamento de 1985 a 2016 (em hectares)	Desmatamento de 2000 a 2015 (em hectares)
Iguape	197.795	153.487	77,6	7.264	351
Registro	72.241	23.079	31,9	6.269	200
Barra do Turvo	100.782	53.840	53,4	5.386	939
Sete Barras	106.270	74.280	69,9	5.032	323
Eldorado	165.426	118.195	71,4	4.979	1.056

*1 hectare equivale a 10 mil m²

ENTREVISTA DA 2ª TORQUATO JARDIM

Preocupação com tempo de prisões temporárias não é só minha, é do STF

MINISTRO DIZ QUE AVALIARÁ MUDANÇA NO COMANDO DA POLÍCIA FEDERAL OUVINDO O PRESIDENTE E AFIRMA QUE A CRISE VIVIDA HOJE NO PAÍS É ECONÔMICA, NÃO POLÍTICA

DANIELA LIMA
EDITORA DO "PAINEL"

Alçado ao Ministério da Justiça no auge da tensão entre o presidente Michel Temer e os operadores da Lava Jato em Brasília, Torquato Jardim não esconde a que veio. Horas após sua indicação, em entrevista à **Folha**, disse que "vai avaliar" mudanças no comando da Polícia Federal.

O novo ministro também defendeu que outras associações do Ministério Público Federal, além da ANPR (Associação Nacional de Procuradores da República), façam listas para disputar o comando da PGR (Procuradoria-Geral da República), hoje nas mãos de Rodrigo Janot.

Torquato falou à reportagem neste domingo (28), por telefone, de dentro da van com a comitiva presidencial após viagem para vistoriar áreas de enchentes em Alagoas. Prometeu ouvir Michel Temer em tudo.

Ele é ex-ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), corte que julga daqui oito dias ação que pode levar à cassação do presidente. Em resposta enviada por sua assessoria, disse que o julgamento "será técnico".

★

Folha - O sr. assume o Ministério da Justiça no momento de maior tensão na relação entre Michel Temer e a PGR. Como pretende atuar?

Torquato Jardim - Primeiro eu vou ouvir o presidente, saber a avaliação que ele faz desse quadro e descobrir qual será o papel do ministro da Justiça. De minha parte, sempre tive uma relação muito boa com a Procuradoria-Geral da República, um diálogo muito franco, já no Ministério da Transparência.

Tenho amigos, ex-alunos e ex-professores lá. O diálogo é sempre o melhor caminho.

O sr. pretende mexer no comando da Polícia Federal?

Eu vou avaliar. Vou ouvir a recomendação do presidente, de outras personalidades que conhecem o assunto, fazer o meu próprio juízo de valor e decidir. Não vou me precipitar nem antecipar nada.

Que avaliação o sr. faz hoje do trabalho da PF?

Eu não tenho nenhuma avaliação.

Como o sr. recebe as críticas de entidades, como a associação de delegados da PF, à sua nomeação?

Não li nada, não sei.

Divulgaram nota dizendo receber as notícias de troca no ministério com preocupação.

Estou em Maceió, vim com o presidente vistoriar a área de enchentes. Não li nada. Preciso conhecer as notas para poder falar.

O sr. foi nomeado para melhorar a interlocução do governo

“ O que interessa, em primeiro lugar, é a economia. A crise não é política — a mídia transformou em crise política —, mas econômica. (...) Serão votadas todas as reformas. A questão é econômica e essa área está muito bem conduzida

com os tribunais superiores?

Historicamente o Ministério da Justiça sempre foi o canal de comunicação do Executivo com o Judiciário. De modo que esse papel dentre todos os que tenho que desempenhar é o que menos me preocupa. Tenho 40 anos de experiência, advoquei em todos os tribunais. Fui assessor do STF, ministro do TSE. Eu conheço a lógica da magistratura.

Mesmo em meio à essa grave crise política?

O que interessa, em primeiro lugar, é a economia. A crise não é política — a mídia transformou em crise política —, mas econômica.

Em segundo lugar, a parceria do Executivo com o Congresso está intocada. Serão votadas todas as reformas, trabalhista, da Previdência, o financiamento das dívidas dos municípios.

Isso passando, a agenda econômica avança. A questão é econômica e essa é uma área que está muito bem conduzida.

Há um temor de que o sr. esteja sendo nomeado para interferir na Lava Jato?

Em absoluto. Não tem nada a ver com isso.

O sr. já fez diversas críticas à operação. Sobre as prisões provisórias, por exemplo.

Lancei dúvidas clássicas de um advogado. As prisões são legais, isso é certo. O que me preocupa é a fundamentação correta e precisa do tempo de prisão temporária, quanto ela deve se alongar. E essa preocupação não é só minha. É do Supremo [Tribunal Federal]. Mais de um ministro já falou sobre isso.

Como o sr. espera que se desenrole a disputa pela su-

cessão de Rodrigo Janot no comando da PGR?

Temos oito colegas que se candidataram, vão fazer debates, percorrerão o Brasil e receberão votos para compor a lista [tríplice, encaminhada ao presidente]. Diante disso, nós vamos estudar a melhor solução. Não sei também se outros ramos do Ministério Público não farão listas para o comando da PGR.

O Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar? Eles farão listas? O que se tem hoje é o processo feito por uma associação.

O sr. espera que outras entidades apresentem nomes para esse processo, é isso?

É provável. Há movimentos nesse sentido.

E isso seria bom?

Sim. Muito salutar. Quanto mais pessoas mais pessoas interessadas em participar, melhor.

O sr. não teme tratar desses assuntos em meio a uma crise tão aguda entre o governo e o Judiciário?

“ O que me preocupa é a fundamentação correta e precisa do tempo de prisão temporária, quanto ela deve se alongar. E essa preocupação não é só minha. É do Supremo [Tribunal Federal]. Mais de um ministro já falou sobre isso

Eu discordo das premissas da sua pergunta. Não conheço tensão entre o Executivo e o Judiciário.

É a primeira vez que temos um presidente alvo de inquérito no STF.

Então vamos esperar a decisão do Supremo.

Como jurista, a situação de Michel Temer não o preocupa?

Não, não.

O sr. vê risco de o presidente não conseguir concluir o mandato?

De jeito nenhum. A questão é econômica, não é política. Se passam as reformas no Congresso, nas próximas quatro ou cinco semanas, tudo será resolvido.

O sr. foi ministro do TSE. A corte está sob forte pressão. Temer será cassado?

O julgamento no TSE será técnico. Os ministros decidirão com base no que está nos autos. Tem a acusação e a defesa, a inicial e a contestação, como em qualquer ação. No mais, é especulação. A inicial é referente à 2014 e o que será observado são os fatos e provas que ali estão.

Como foi o convite?

Tranquilo. Eu e o presidente nos conhecemos há mais de 30 anos. Ele disse da necessidade de uma otimização administrativa no ministério. Em seguida, fez o convite para que o [Osmar] Serraglio vá para a Transparência.

Ele é mestre em direito público, professor... Tem a formação básica [pausa]... Tem a formação clássica para ocupar o ministério. E eu recebo essa responsabilidade com muita tranquilidade. Sei que a tarefa é enorme, mas nada me assusta.

O QUE PESA CONTRA TEMER

Indícios contra o presidente na delação da JBS



Organização criminosa

Com base no depoimento de Joesley sobre anuência de Temer a pagamentos para Cunha e seu operador

Para o ex-ministro do STJ Gilson Dipp, provar o crime de organização criminosa é difícil.

“É preciso mostrar que o presidente fazia parte de um grupo estável, que tinha composição hierárquica, com divisão de tarefas, e especificar quais crimes teria cometido”



Corrupção

Procuradoria menciona, entre outros elementos, depoimento de Joesley, que afirma que Temer intercedeu pessoalmente a favor dele no BNDES. Cita ainda depoimento que diz que Temer fazia parte do “esquema do PMDB da Câmara”



Obstrução da Justiça

Há indícios de que Temer teria interferido na Lava Jato com medidas legislativas ou indicação de delegados

TAMBÉM PODE PESAR



Prevaricação

Temer ouviu plano de Joesley de interferir em investigação em Brasília, mas não comunicou a autoridades, o que é ilegal

Para Conrado Hübner Mendes, professor da USP, e outros três advogados, o presidente teria que ter avisado a polícia de que Joesley tinha corrompido um procurador e dois juizes. A defesa de Temer, de que não levou o relato do empresário a sério, é “completamente implausível” porque Joesley já estava sendo investigado

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

**TEMPOS
SOMBRIOS**

A JBS passou a trabalhar com uma possibilidade que amedronta o empresário Joesley Batista: a de ele ser condenado e preso por outras ações, diversas das que envolvem a corrupção revelada em sua delação premiada.

CORRE-CORRE

Há a percepção de que juizes de diferentes locais do país que cuidam de processos em outras áreas, como a ambiental, iniciaram uma corrida para condená-lo.

EXEMPLO

Nos Estados Unidos, Al Capone, denunciado em vários crimes, acabou preso por sonegação de impostos e morreu na prisão de Alcatraz. Algo parecido poderia ocorrer no Brasil com Joesley, que recebeu perdão judicial pelos crimes de corrupção.

A SEUS PÉS

Os benefícios concedidos a Joesley pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no âmbito da delação premiada, causaram perplexidade em setores do Judiciário e até mesmo no STF (Supremo Tribunal Federal), onde as medidas, num primeiro momento, foram homologadas por um dos ministros, Edson Fachin.

PORTAS FECHADAS

O Diretório Acadêmico da FGV-SP declarou como pessoa non grata o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), assessor de Michel Temer acusado de receber propina da JBS. Rocha Loures estudou administração na instituição e presidiu o diretório em 1986.

VELHAS NOVAS REGRAS

O prefeito João Doria (PSDB) diz que voltará a retirar expressamente a retirada de cobertores de moradores de rua pela Guarda Civil Metropolitana. Em janeiro, Doria suprimiu o trecho de um decreto que mencionava o veto à sua remoção. O texto atual proíbe a retirada de bens pessoais dos moradores, mas não cita esse item. O prefeito, no entanto, sempre afirmou que o decreto não significava uma permissão para retirar os cobertores, ato que "seria uma desumanidade".

JOGANDO VERDE

O Ministério Público está disposto a retirar uma ação civil pública contra as donas da área do futuro parque Augusta caso elas aceitem bancar a implementação da iniciativa. O processo judicial, movido desde abril do ano passado, pede a devolução da área e requer o pagamento de danos morais coletivos no valor de R\$ 500 mil por dia em que o parque esteve fechado.

VERDE 2

Há alguns dias, o prefeito João Doria (PSDB) anunciou que vai oferecer terrenos públicos às construtoras Setin e Cyrela em troca da área do parque. A negociação está em andamento. O projeto da obra, no entanto, já está sendo analisado. Estima-se que a intervenção custará entre R\$ 15 e R\$ 20 milhões.

VERDE 3

"Essa será a condição para concordarmos com o arquivamento", diz o promotor Silvio Marques, que é um dos autores da ação e está na linha de frente das tratativas. A Cyrela e a Setin dizem que "não vão se pronunciar sobre o assunto neste momento".

LÁ E CÁ

Uma exposição com uso de realidade virtual criada pelo Greenpeace vai mostrar aos visitantes qual a sensação de estar em uma aldeia dos índios Munduruku, no Pará. As pessoas vão entrar em cápsulas e receberão estímulos visuais, de áudio e calor.

★

Um perfume especial com o cheiro da aldeia foi desenvolvido para a mostra, que estreia em junho em SP, no Centro Cultural dos Correios.

CURTO-CIRCUITO

A Secretária Municipal da Pessoa com Deficiência abre hoje na prefeitura mostra com fotos feitas por jovens com síndrome de Down.

O presidente da Transparência Internacional, José Ugaz, participará da abertura da Conferência Ethos, na quinta (1º), no Rio.

A artista Adriana Marto assina a ilustração da parede de um dos ambientes do SP Studio, na Casa Cor, no Jockey. A mostra vai até 23/7.

O Pizza Bar Soggiorno, da família Hungria, foi inaugurado na Vila Madalena, com cardápio do chef Eduardo Duó e decoração a cargo de Fuad Murad.

PAINEL

DANIELA LIMA

painel@grupofolha.com.br

Diário extraoficial

O Palácio do Planalto encaminhou à Procuradoria-Geral da República documento no qual afirma que Michel Temer e Rodrigo Janot tiveram seis reuniões entre 2015 e maio de 2017. Auxiliares do presidente listaram, além das audiências registradas em agenda pública, um encontro não oficializado, em março de 2015, que teria ocorrido no Palácio do Jaburu, residência oficial do peemedebista, quando ele ainda era vice de Dilma Rousseff. Os dados teriam sido enviados a pedido da PGR.

Polêmica Na ocasião, Janot teria avisado a Temer sobre pedido de inquérito contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL), então presidentes da Câmara e do Senado. A solicitação das investigações foi noticiada em 3 de março. Na época, a informação foi atribuída a integrantes do Planalto.

Sem comentários Procurada na noite de sexta (26) e na tarde de sábado (27), a assessoria da PGR disse que não conseguiria “confirmar a agenda do PGR neste ano [2015] a tempo do fechamento da coluna”.

Pela ordem Pessoas próximas a Rodrigo Janot dizem que era praxe avisar o Planalto sobre pedidos que tinham como alvo o comando do Congresso, para que Dilma e seu então vice, Michel Temer, não fossem surpreendidos pela imprensa.

Bandeira branca A troca do comando do Ministério da Justiça foi também uma sinalização de Temer a Renan Calheiros, hoje um dos principais opositores do governo no Senado. Ele sempre associou a nomeação de Osmar Serraglio para a pasta à influência de Cunha no governo.

Modo avião Os protestos de quarta-feira (24) foram a gota d'água para a decisão de tirar Osmar Serraglio da Justiça. O ministro não deu as caras no Planalto e irritou o entorno de Michel Temer.

Pelos ares Diretores do Banco Central temem que Paulo Rabello de Castro, novo presidente do BNDES, abra linhas de crédito subsidiados para empresas e afete o esforço de controle dos gastos do governo. Dizem que seria “catastrófico” para o país.

Parou Com a nomeação de Rabello de Castro e os riscos de descontrole nos gastos do BNDES, dizem pessoas próximas ao grupo, as chances de um corte de 1,25 na taxa Selic está perto de zero.

Ponte aérea Após o ato deste domingo (28) por eleição direta, no Rio, as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular preparam evento nos mesmos moldes na avenida Paulista, dia 4. Na quarta (31), haverá um encontro na casa de Paula Lavigne, de onde deve sair um manifesto.



Debandada geral As seis principais centrais sindicais do país devem bater o martelo nesta segunda (29) sobre a saída conjunta do Conselho Nacional do Trabalho do governo Temer.

Nada disso Subchefe de Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Gustavo Rocha nega que tenha interceptado Edson Fachin na garagem do STF. Diz que sequer falou com o ministro. Entregou o ofício em que o presidente pedia acesso ao grampo de Joesley para a chefe de gabinete.

É nosso Afastado do Senado, Aécio Neves (MG) recebeu ministros e dirigentes do PSDB em casa. Deu seu recado: “É prematuro pensarmos em candidaturas enquanto apoiamos um governo cuja agenda nós elaboramos.”

Assunto encerrado Presidente do PSDB paulista, Pedro Tobias diz que não ficou irritado por ficar de fora da reunião entre Tasso Jereissati e lideranças paulistas, mas sim por Tasso ter, até então, excluído os presidentes estaduais da discussão.

À francesa A Academia Paulista de Letras assinou termo de cooperação para revitalizar o largo do Arouche. A Prefeitura de SP fechou convênio com empresas francesas para reforma do local.

“ tiroteio

Ao se inaugurar um processo não previsto na Constituição, tudo passa a ser válido e ficamos sujeitos aos bons e maus humores.

DE CARLOS VELLOSO, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, ao defender eleições indiretas em caso de vacância do cargo de presidente da República.

“ contraponto

Discurso no lugar certo

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara, no dia 17, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) pediu a palavra. Ele criticou o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por ter adiado duas vezes ao longo daquele dia um encontro com movimentos LGBT.

Presidente do colegiado, o deputado Paulão (PT-AL) elogiou a atuação de Wyllys. Disse que o parlamentar raramente discorre no Plenário e comentou que ele fala principalmente na internet.

— A gente tem mais alcance nas redes do que quando fala no ‘mercado persa’ do plenário da Câmara, não é mesmo deputado? — provocou Paulão.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

Algumas verdades sobre a crackolândia

ANDERSON POMINI

Fazia muito tempo que o endêmico problema do consumo de drogas ilícitas não era tão discutido como na semana que passou, por conta dos acontecimentos na mais extensa crackolândia paulistana. O estopim da discussão foi a pretensão judicial da Prefeitura de São Paulo de abordar com autoridade os usuários de entorpecentes naquele perímetro, conduzindo-os para exames psiquiátricos especializados, em especial aquelas pessoas que, incapazes de controlar sua vontade, encontram-se inseridas no chamado “fluxo”.

No contexto, o registro de algumas premissas fáticas, para muito além dos livros, das ideias e das mentiras, é fundamental. Então, e em primeiro lugar, os esclarecimentos.

Cargos públicos técnicos são exercidos com responsabilidade. Nunca se propôs internação compulsória como princípio, como regra. O que se pleiteou foi a oportunidade de realizar exames clínicos apurados para aqueles que não conseguem mais cuidar de si mesmos. A cada segundo, a cada tragada, vidas são desperdiçadas. E não se pode compactuar com isso.

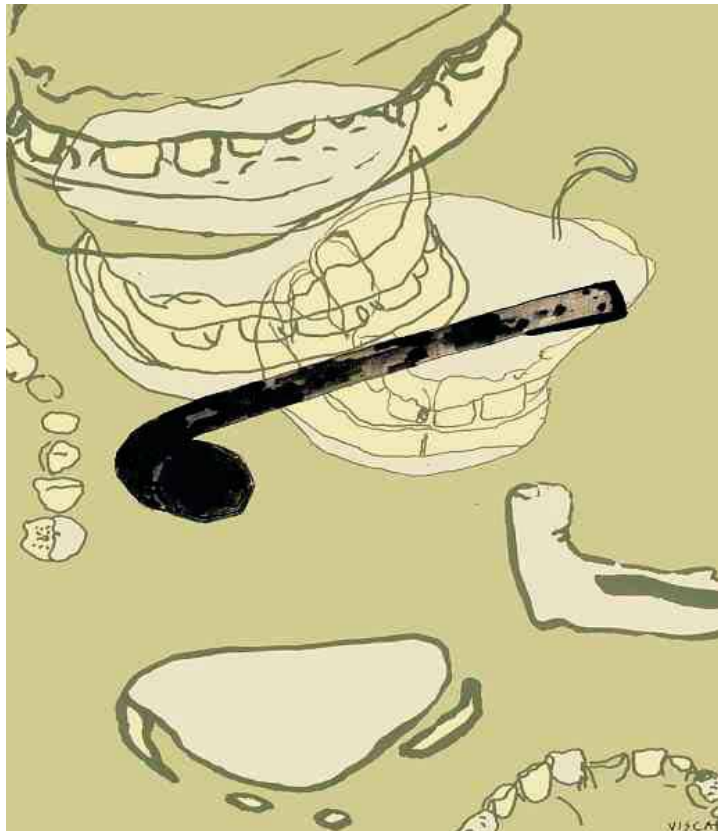
A correta compreensão do pedido judicial é determinante para aclarar os debates em torno do tema.

O que se pleiteou, repita-se, foi a busca e apreensão de pessoas em situação crítica, avaliação possível à vista d’olhos, com o objetivo de separar usuários de traficantes, uma vez que se aproximar de tal grupo sem risco de vida era até então missão impossível.

Não se pleiteou ordem indiscriminada para internação compulsória aleatória. Quem já conviveu com o “mundo das drogas” sabe que a presença da autoridade em qualquer proposta de tratamento é fundamental. Mas, afinal, que autoridade?

A autoridade individual de se autocompreender, conhecer seus limites, conseguir enxergar que a ajuda do outro é fundamental. A autoridade familiar do exemplo, da referência próxima que, ascendente, convença o usuário sobre a debilidade do mundo das drogas. Ou, por fim, a autoridade do Estado, imposta pela técnica médica.

Quem, com sinceridade, pode defender que o complexo mundo da crackolândia permite a autocompreensão ou a lembrança/resgate da família? Em outras palavras: o contexto do “fluxo” impede a intervenção exter-



Visca

Na crackolândia paulistana, a cada segundo, a cada tragada, vidas são desperdiçadas. E não é possível compactuar com essa realidade

na. Agrava a situação, ainda, a força dos traficantes e a força da droga.

Só há clareza e seriedade no debate se houver distanciamento de opiniões cegas e apaixonadas. Autonomia da vontade e liberdade são valores intrínsecos ao ser humano. São garantias individuais que evidentemente devem ser preservadas.

No entanto, a vida é certamente o bem maior, a garantia mais suprema de todo o ordenamento. A inócência útil da falta de reflexão, do desconhecimento do submundo, pode levar alguns às defesas incoerentes, apaixonadas. Além da descrença a priori nos serviços públicos, revelada na condenação da proposta de exames minuciosos àqueles que não conseguem mais se conduzir por si mesmos.

A paixão se faz de cega diante da complexidade do problema e parece propor a supremacia absoluta da autonomia da vontade em detrimento até mesmo do direito à vida. Parece sugerir que mais vale ser livre do que estar vivo. Por fim, a discussão e as estratégias retóricas.

Apenas considerada a intensidade das discussões havidas nacionalmente durante a semana, a proposta judicial já pode ser considerada um sucesso. Para muito além dos programas já implementados, devemos repensar o todo. A crackolândia existe há mais de dez anos e só faz crescer e se multiplicar. Todas as autoridades encontram-se imbuídas dos mesmos propósitos: salvar vidas, tratar os dependentes, melhorar a cidade, orgulhar o paulistano. É esdrúxulo dividir, não somar. É esdrúxulo não enxergar a causa, para muito além de tecnicismos processuais, como oportunidade para, estrategicamente, tratar a vida com interesse público.

ANDERSON POMINI, 40, é secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo

Corrupção sistêmica

MARCUS ANDRÉ MELO

Por que tantos países de renda baixa ou média ficam presos na “armadilha do equilíbrio inferior”, da qual é exemplo a corrupção sistêmica?

Essa era uma pergunta que intrigava o economista americano Douglass North, vencedor do Nobel em 1993. A ela acrescentava outros questionamentos: por que alguns países logram escapar dessa armadilha e transitam para um “equilíbrio superior”, caracterizado pelo respeito à lei? O que explica a “mudança institucional descontínua”, de uma situação para outra?

Esses dois estados do mundo representam equilíbrios dependendo das crenças (mapas mentais) dos atores. A situação se estabiliza quando estes compartilham as mesmas crenças. Se todos acham que a corrupção é a regra do jogo, estamos em uma armadilha. Caso acreditem que transações honestas são essenciais, obedecer à lei é estratégia dominante.

Quando práticas escusas são a regra, o ator que joga limpo será um perdedor e não sobreviverá. O incentivo nessa situação é jogar sujo, esperando que os demais também o façam. Se alguém (um cidadão ou empresário) paga uma propina a um agente público (um fiscal ou um parlamentar), esperando que ele aceite a oferta, a situação persiste em equilíbrio.

Se alguns transgressores forem punidos, ocasionalmente ocorrerá uma mudança no equilíbrio parcial (em um setor, um ministério ou uma prefeitura). Mas o equilíbrio

Quando práticas escusas são a regra, o ator que joga limpo não sobreviverá. O incentivo é jogar sujo, esperando que os demais também o façam

geral será restaurado caso não haja um efeito manada quando um ponto de inflexão é alcançado.

Muitos creem que a melhor estratégia para combater a corrupção é a mudança incremental, a partir do fortalecimento de órgãos de controle —por exemplo, Ministério Público, tribunais de contas e Polícia Federal. A expectativa é que se alcance eventualmente o ponto de inflexão.

Mas o que garantirá que as forças contra a mudança não prevalecerão? Se a intuição do personagem de Lima Barreto estiver correta, estamos na armadilha da corrupção sistêmica há pelo menos cem anos: “penso, ao ler tais notícias, que a fortuna dessa gente que está na Câmara, no Senado, nos ministérios, até na Presidência da República se alicerça no crime... Que acha você?”.

É certo que a magnitude da corrupção, sob governos recentes, elevou-se exponencialmente, para o que contribuíram vários fatores (dentre outros, o boom de commodities, o pré-sal e o controle sindical de fundos de pensão).

A armadilha, contudo, não é nova. Não há dúvida de que as forças refratárias às mudanças são poderosíssimas: as evidências de que os líderes dos principais partidos bra-

sileiros (PT, PSDB e PMDB) buscam ativamente inviabilizar ações de controle são cristalinas.

Por isso o cientista político Bo Rothstein, proponente da estratégia do big bang, duvida da eficácia da estratégia incremental, argumentando que é necessário um choque institucional para mudar as crenças. Não um choque qualquer, mas de grandes proporções —um big bang (um grande estouro)—, transformando um conjunto amplo de instituições.

Exemplifica com o caso dos países escandinavos que passaram de um equilíbrio a outro em apenas 30 anos, enquanto EUA, Inglaterra e França levaram 50. O big bang é resultado de mudanças simultâneas em várias “margens institucionais”: no sistema eleitoral, no Judiciário, no sistema educacional, na burocracia.

O Brasil passa por um choque institucional de vastas proporções. É crença compartilhada que “nada será como antes”. Fica, então, a pergunta: ele nos catapultará para o equilíbrio superior?

Nesse contexto em que a violação às leis permanece, mesmo em meio a sanções aplicadas de forma inédita, vislumbram-se duas saídas: ou os atores continuam com crenças inconsistentes ou aderem ao novo jogo institucional. De toda forma, os obstáculos à mudança são maiores do que se pensava.

MARCUS ANDRÉ MELO é professor titular de ciência política da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. É coautor do livro “Brazil in Transition” (Princeton University Press)

VINICIUS MOTA

Uma dose de ceticismo

SÃO PAULO - Poucas aberturas de romance são tão troyescentes como a de “Um Conto de Duas Cidades”, de Charles Dickens. “Era o melhor dos tempos, era o pior dos tempos; (...) era a estação das Luzes, era a estação das Trevas; era a primavera da esperança, era o inverno do desespero.”

A Paris revolucionária do final do século 18, onde os personagens londrinos Darnay e Carton vivem a sua agonia, torna verossímil a imagética apocalíptica contida naquelas sentenças iniciais. O Brasil em transe desde 2013 não é para tanto.

A violência ao final do último protesto em Brasília não destoou da habitual. Células neanarquistas abrigadas nas marchas da esquerda botaram para quebrar.

Não há multidões a guerrear contra o statu quo. Tampouco há tropas do czar patrocinando banhos de sangue em reação. As PMS são mal preparadas para a repressão, mas não deixaram rastro de cadáveres ao atuarem nos protestos, alguns bem violentos, dos últimos quatro anos.

O “Exército nas ruas” era uma piada das redes esquerdistas que às vezes gostam de alegorias como as de Dickens. Um punhado de soldados a resguardar prédios da União após as depredações em nada remete a autoritarismo ou ditadura.

O chamado mercado também tem seus momentos barrocos. O “tudo ou nada” associado à realização breve da reforma da Previdência é um exagero. Vamos logo observar indicadores e expectativas se acomodarem, com prejuízo modesto, à perspectiva de que esse importante acerto de contas aconteça apenas em 2019.

E o que dizer das propostas que brotam no noticiário de punição coletiva aos políticos com atropelo de regras constitucionais? Antecipar eleições gerais? Com que poder revolucionário o faríamos? Quem lideraria a cruzada? Os templários do Ministério Público e do Poder Judiciário?

Um pouco de ceticismo nos faria bem. O Brasil não vai acabar nem se salvar amanhã.

vinicius.mota@grupofolha.com.br

LEANDRO COLON

TSE não é saída honrosa

BRASÍLIA - Aliados de Michel Temer têm disseminado nos bastidores o discurso de que a cassação pelo TSE seria a “saída honrosa” para o presidente encurralado pela JBS.

Se vencer, a condenação da chapa Dilma-Temer se dará por abuso político e econômico em razão do uso de verba ilícita na eleição de 2014.

O tribunal, no caso, terá julgado que o atual presidente se elegeu vice de Dilma Rousseff por meio de um esquema de caixa dois e desvio de recursos públicos pela Odebrecht.

O marquês João Santana afirmou ao TSE que Temer “gerou prova” contra si mesmo ao participar de gravações daquela campanha.

Segundo Santana, o programa foi pago com dinheiro “contaminado”. “Então, ele (Temer) participou desses programas também”, afirmou.

O relator da ação contra Dilma-Temer, ministro Herman Benjamin, passou os últimos dias escrevendo seu voto pela cassação da chapa. Será um relatório duro — sustentado em provas e confissões — de comba-

te à utilização de dinheiro sujo nas campanhas. Um voto que certamente causará constrangimento a Temer.

Advogados do presidente querem protelar o julgamento, marcado para começar dia 6. Torcem para que algum ministro peça vista e adie a votação. Quem topará o desgaste de segurar o que virou o processo eleitoral mais importante do país?

Se sentir cheiro de manobra, Herman Benjamin dirá em plenário, com razão, que os colegas tiveram tempo para analisar os autos. Não haveria motivos para postergação.

É compreensível a interpretação de que a cassação da chapa seria politicamente um caminho menos traumático para o presidente sair. Afinal, ele teria a desculpa institucional de que foi obrigado a deixar o cargo por causa de decisão judicial.

Mas não manipulemos a história. A condenação por um tribunal eleitoral — inclusive diante das provas de crimes no caso em questão — não pode ter a narrativa de que é uma solução “honrosa” para um presidente.

RUY CASTRO

O monstro terno

RIO DE JANEIRO - A realidade política brasileira tem sido comparada a um filme de terror. E com razão, porque, não importa para que lado se olhe, o cenário é de porões de castelos assombrados, caninos ensanguentados, homens peludos, mortos que caminham e mulheres de maus bofes. Para completar, vários dos nossos políticos têm o “physique du rôle” para interpretar Drácula, o Lobisomem, Norman Bates, Freddy Krueger e até Minnie Castevet, a vizinha de apartamento de “O Bebê de Rosemary”.

Em muitas dessas comparações, as pessoas citam Boris Karloff — como se, por ter feito os papéis-título em “Frankenstein” (1931) e “A Múmia” (1932), ele fosse um símbolo do horror. Mas, olhe, é uma injustiça. Boris Karloff apenas viveu aqueles papéis, e os dois filmes ficaram entre os maiores do gênero. Na vida real, Karloff (1887-1969) foi um dos homens mais queridos de Hollywood. Ele era, na verdade, inglês, com

formação teatral, fã de Joseph Conrad e amigo de escritores e dramaturgos. Devia ser um grande ator, já que, conhecido por sua suavidade e ternura para com os amigos, os filmes só o queriam para viver loucos, drogados, carrascos, sádicos e até violadores de túmulos.

Karloff trabalhava em Hollywood, mas mantinha um apartamento em Nova York, no —logo onde— edifício Dakota, onde se passa “O Bebê de Rosemary” e onde John Lennon seria morto em 1981. No Halloween, Karloff deixava doces e balas à porta dos apartamentos do Dakota onde moravam crianças —adorava-as e não queria que tivessem medo dele. Para elas, gravou disquinhos infantis e trabalhou em “Alice no País das Maravilhas” e “Peter Pan” na Broadway.

Karloff dizia que, ao morrer, queria ser enterrado maquiado de Frankenstein. Não foi possível. Nossos políticos não terão esse problema —basta que sejam enterrados como si mesmos.

DANIELA LIMA

Relembrar é viver

Um grampo incendiou o país e teve papel determinante na deposição de seu mandatário. A frase poderá valer para a gravação feita por Joesley Batista, caso o presidente Michel Temer, já debilitado, seja cassado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) ou forçado a renunciar com a perda de apoio político no Congresso.

A mesma sentença, porém, já faz parte de capítulo da história recente. Em março de 2016, o país conheceu o conteúdo de conversas entre a então presidente Dilma Rousseff e seu padrinho político, Luiz Inácio Lula da Silva. Elas foram divulgadas pelo juiz Sergio Moro às vésperas da nomeação de Lula para a Casa Civil.

Meia hora após a liberação das gravações, as cercanias do Palácio do Planalto foram tomadas por manifestantes. Cerca de 15 mil se aglomeraram.

A Polícia do Exército se posicionou dentro e fora do Planalto, com escudos e cães. Dilma foi retirada pela porta dos fundos. O que se seguiu a esse evento todos sabem.

O país também ficou em estado de torpor com os grampos de Joesley. Divulgados pelo ministro Edson Fachin, do Supremo, lançaram sobre Michel Temer veneno semelhante ao que selou o destino de Dilma. Não houve, contudo, a mesma mobilização popular.

Aquela altura, a petista havia perdido parte substancial do apoio no Congresso e os principais agentes econômicos não apostavam nenhuma ficha em seu mandato. A esse caldeirão somou-se a permanente pressão das ruas pelo impeachment. Ela caiu.

A corda em que Michel Temer se equilibra é bamba, mas o peemedebista ainda não chegou ao grau de debilidade que tornou a queda de Dilma inevitável. Temer ainda tem apoio de parte do empresariado — precário e firmado em torno das reformas — e não há, hoje, uma aliança estruturada em nome de sua substituição.

O PSDB se moveu cedo demais, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que desponta como opção, não quer passar para a história como traidor. Enquanto esses atores não se organizam, Temer sobrevive — agonizante, é fato, mas sobrevive.

Que força poderia acelerar o pacto por sua queda? As ruas. Mas nem fora do Congresso parece haver acordo em torno da agenda que poderá dar cabo do mandato de Temer.

A esquerda está empenhada nas Diretas-Já e a direita tenta traçar o caminho para que o Congresso escolha seu sucessor. Para não sujarem as mãos, aliados do peemedebista pressionam por uma solução capitaneada pelo TSE.

Querem que o tribunal cesse seu mandato no esteio da ação contra a chapa pela qual ele se elegeu. O julgamento começa neste 6 de junho. Sem nenhuma alteração no quadro de hoje, é provável que Temer consiga ganhar tempo. Ministros da corte enviam sinais de que não vão entregar um pra-to feito ao Parlamento.

DANIELA LIMA é editora do Pánel.

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Juros na crise

A despeito das incertezas na política, cenário econômico permite que o BC volte a reduzir sua taxa na reunião marcada para esta semana

Com longo atraso, a queda dos juros do Banco Central começou a se refletir nas taxas de fato cobradas de empresas e consumidores, ainda exorbitantes. Não obstante as incertezas trazidas pela crise política, há sinais de que essa trajetória favorável à recuperação do crédito e da economia vá continuar nos próximos meses.

Para pessoas físicas, o juro médio anual caiu de 42%, ao final do ano passado, a 39% em abril; para pessoas jurídicas, houve redução de 20% a 19%. Embora modesta, a melhora indica que começa a ser afrouxado o torniquete das dívidas de famílias e companhias, obstáculo à retomada do consumo e do investimento.

A perspectiva de adiamento das reformas, cada vez mais palpável, decerto fez retroceder o otimismo que tomava forma no mercado antes das delações que abalaram o governo Michel Temer (PMDB).

Ainda assim, há elementos que favorecem — mais exatamente, recomendam — a continuidade do abrandamento monetário.

Analistas começam a rever para baixo as projeções de crescimento do Produto Interno Bruto neste ano e em 2018, que hoje rondam 0,5% e 2,5%, respectivamente.

Por ora, tal movimento parece

mais precaução do que convicção. Ainda assim, é plausível a expectativa de que o país deixe para trás a recessão de forma mais lenta.

De um lado mais virtuoso, há consenso de que a política econômica não está sob ameaça. O ajuste gradual das contas do Tesouro Nacional prossegue, tudo indica, a salvo de pressões políticas.

Minora-se, assim, o risco de que o mercado credor exija taxas mais altas para comprar os títulos da dívida do governo federal.

Ademais, com o saldo positivo da balança comercial e a redução das dívidas externas das empresas, a possibilidade de uma fuga de dólares é bem menor. Não por acaso, a alta brusca da moeda americana, sob o impacto inicial da delação da JBS, foi em boa parte revertida nos últimos dias.

A inflação cai rapidamente e, no período de 12 meses a ser encerrado em junho, deve ficar abaixo de 3,5% — a meta oficial, recorde-se, é um IPCA de 4,5%.

Estão preservadas, portanto, as condições para que o Banco Central volte a reduzir seus juros na reunião marcada para esta semana. Nada impede que a taxa Selic, hoje em 11,25%, caia a um dígito antes do final do ano.

A recessão iniciada em 2014, que o país mal começou a deixar para trás, teve intensidade e duração agravadas pelo elevado endividamento nacional. O barateamento do crédito, assim, afigura-se essencial para debelar a fragilidade financeira do setor privado.

Demora simbólica

Símbolo de corrupção ao longo de décadas no folclore político brasileiro, Paulo Salim Maluf foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal a sete anos, nove meses e dez dias de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro.

Tecnicamente, a defesa ainda poderá apresentar algum tipo de recurso após a publicação do acórdão, o que deve ocorrer dentro de 60 dias, mas parecem remotas as chances de sucesso.

Ao que tudo indica, transitará em julgado a primeira condenação penal por crime doloso do ex-prefeito e ex-governador de São Paulo —que implicará, se não seu encarceramento, pois já conta 85 anos, seguramente a perda do mandato de deputado pelo PP e a decretação de sua inelegibilidade.

Ao longo de toda a sua carreira política, que teve início em 1969, Maluf se viu envolvido em escândalos —embora estes, nos tempos atuais de Lava Jato, já tenham deixado de impressionar. Nos anos 1980, forjou-se o neologismo “malufar”, verbo que poderia significar variadas práticas ilícitas.

Exceto por um breve tempo em que foi mantido em prisão preventiva, em 2005, o político e empresário paulista sempre conseguiu driblar condenações penais. A crônica de seu processo ilustra à perfeição mazelas da Justiça brasileira.

A única acusação criminal que prosperou contra Maluf é fruto de investigações iniciadas por autoridades estrangeiras. Elas se tornaram públicas em 2001, como revelou então a reportagem da **Folha**, mas só foram encaminhadas à Justiça brasileira em 2007; o deputado, que tem direito a foro especial no STF, tornou-se réu em 2013.

Acrescente-se o detalhe de que o caso diz respeito a desvios ocorridos em sua segunda passagem pela prefeitura paulistana, entre 1993 e 1996. Mais de 20 anos atrás.

O resultado de tamanha delongia é que, embora Maluf tenha sido originalmente acusado por crimes relacionados ao desvio de US\$ 172 milhões de obras da avenida Água Espraiada (hoje avenida Jornalista Roberto Marinho), a maioria dos delitos já estava prescrita à época do julgamento.

O STF conseguiu condená-lo apenas pela lavagem de US\$ 15 milhões que foram mantidos ocultos de 1998 a 2006.

É a combinação de incompetência dos investigadores e morosidade da Justiça, quase sempre resultando em prescrição, que alimenta o sentimento de impunidade no meio político. Mesmo hoje, a maior parte dos implicados na Lava Jato pode apostar, com boas chances de sucesso, que as acusações contra si acabarão caducando.

UMA HQ MADURA E DELICADA

'DODÔ', DE FELIPE NUNES, ABORDA TEMAS POUCO EXPLORADOS EM QUADRINHOS: INOCÊNCIA E SOLIDÃO PÁG. 10

metrô



SÃO PAULO

Segunda-feira, 29 de maio de 2017
Edição nº 2.543, ano 111

MÍN: 17°C
MÁX: 27°C

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook

Mundo Bebe

MEGA DESCONTO

TODAS AS PELÚCIAS COM 20% DESCONTO

Carrefour

FAZ NA SUA FAZ CARREFOUR

Oferta válida p/ as Lojas Carrefour Hiper do território nacional no dia 29/5/2017.

500 MILHAS DE INDIANÁPOLIS



Carro de Dixon voa por cima do brasileiro Helio Castroneves

DECOLOU!

IMAGENS: REPRODUÇÃO BAND

Justiça proíbe recolhimento à força na Cracolândia

Tribunal de Justiça atendeu recursos da Defensoria e do Ministério Público; prefeitura ainda pode recorrer PÁG. 03

Temer faz 'dança das cadeiras'

Citado na Carne Fraca, ministro da Justiça vai para Transparência PÁG. 04

Vai viajar nas férias? Comprou dólares?

Especialistas dão dicas sobre melhor momento para a transação PÁG. 06

Filme sueco leva a Palma de Ouro em Cannes

'The Square', do diretor Ruben Östlund (foto), conquistou o prêmio máximo PÁG. 11



PASCAL LE SECRETAIN/GETTY IMAGES

Japonês Takuma Sato vence as 500 Milhas de Indianápolis em disputa emocionante contra Helio Castroneves, mas a imagem do dia é o voo de Scott Dixon após batida violenta – e ele ainda saiu andando! PÁG. 14



MARK J. REBILAS/REUTERS

Balada terá catraca e contagem de público

Por segurança. Normas estão em projeto de lei apresentado após mortes na boate Kiss, mas só aprovado agora na Câmara. Para valer, regra ainda precisa ser sancionada pelo prefeito

As baladas, casas de shows, cinemas e teatros de São Paulo poderão ser obrigadas a ter equipamentos para controle de acesso, como catracas, e a instalar painéis eletrônicos para informar, em tempo real, a quantidade de público presente.

As novas regras de segurança estão em projeto de lei que começou ser discutido em 2013, após a tragédia na boate Kiss (que matou 242 pessoas e deixou mais de 600 feridas, no Rio Grande do Sul), mas que só foi aprovado em definitivo agora pelos vereadores.

A matéria passou pelas duas votações da Câmara mês passado. Como tinha emendas, o texto final precisou ser refeito e foi aprovado na última quarta-feira em reunião de Comissão e Justiça, que já o encaminhou para o prefeito João Doria (PSDB), que pode sancioná-lo ou não.

Além das catracas e dos painéis informando o público total em tempo real, o projeto de lei prevê que os estabelecimentos deverão ter, pelo menos, duas portas (uma de entrada e outra de saída) e instalar iluminação e sinalização de emergência.

ESTÁ NA LEI

O que as boates, clubes, casas de shows, cinemas, teatros e estabelecimentos congêneres terão de fazer?

- Instalar em todos os acessos placas fotoluminescentes ou eletrônicas indicativas da capacidade máxima de público e a quantidade de público presente, atualizado de acordo com a entrada e saída
- Deverão ter, no mínimo, duas portas, sendo uma de entrada e outra de saída
- Além de brigada de incêndio, revestimentos protegidos contra chamas ou combustíveis, saída de emergência de acordo com as normas da ABNT e sprinklers (chuveiros automáticos contra incêndio)
- Instalar catracas reversíveis ou outros dispositivos de controle
- Instalar iluminação e sinalização de emergência, com lâmpadas de alimentação própria

FONTE: PL 662/2013. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Fogos de artifício e recursos pirotécnicos ficam proibidos em locais fechados.

Quem desobedecer poderá receber multas de até R\$ 250,7 mil, ter o estabelecimento interditado total ou parcialmente e o alvará de funcionamento cassado.

Advogado da Abcnesp (Associação de Bares, Casas Noturnas e Entretenimento de São Paulo), Mario Barros Filho afirmou em nota ao Metro Jornal que proje-

to semelhante foi vetado no ano passado e que não há garantias de que a contagem de público contribua para a melhoria da segurança.

“O propósito do projeto de lei aprovado é idêntico a outro já vetado pelo então prefeito Fernando Haddad (PT) em setembro de 2016 por considerar que o controle de lotação máxima feito pela prefeitura se dá no licenciamento dos estabelecimentos, bem como diante da

ausência de tecnologia disponível e da falta de comprovação da eficácia da medida.”

Procurada, a Prefeitura de São Paulo não se pronunciou sobre como realizar atualmente a fiscalização das normas de segurança em baladas e casas noturnas nem informou números das inspeções realizadas.



ANDRÉ VIEIRA
METRO SÃO PAULO



As penalidades em caso de descumprimento são:

- Multa de 10 a 10 mil Ufesp vigente
- Interdição parcial ou total até que sejam cumpridas as exigências
- Cancelamento do alvará de funcionamento



Apenas digital

Diário Oficial do Estado não terá versão impressa

A partir de quinta-feira o governo de São Paulo deixará de distribuir a versão impressa do Diário Oficial do Estado. Os leitores podem acessar a publicação pelo site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br). Segundo o governo, a economia será de R\$ 6,3 milhões ao ano. **METRO**

Sisu

Inscrições da segunda edição começam hoje

As inscrições para a segunda edição de 2017 do Sisú (Sistema de Seleção Unificada) começam hoje e vão até quinta-feira. Para se inscrever, o candidato deve acessar a página do Sisú na internet (sisu.mec.gov.br) com seu número de inscrição e senha do Enem 2016. O candidato não pode ter tirado nota zero na redação do exame. Não há taxa. São mais de 51 mil vagas oferecidas em 63 instituições de ensino de todo o Brasil. O resultado será divulgado em chamada única no dia 5 de junho. Já as matrículas deverão ser feitas entre os dias 9 e 13 de julho. **METRO**

Olhar cidadão

JOSÉ LUIZ DATENA

JOSE.DATENA
@METROJORNAL.COM.BR



DESLEALDADE

Quando o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, vem a público para dizer que o Estado não pode voltar atrás no acordo de delação premiada homologado pelo ministro Edson Fachin, me dá uma tristeza profunda. Eu, que sou do tempo do fio do bigode e do aperto de mão, claro que não posso discordar de um ministro do Supremo de um ponto de vista legal. Afinal, o STF é o bastião de defesa das nossas leis.

O acordo foi legal, mas foi justo? Claro que não! Premiar bandidos como Joesley Batista e sua família metralha é chamar o povo brasileiro de idiota, já tão enganado, mas sacrado, pisoteado pela falta de saúde, educação, segurança pública, com 14 milhões de desempregados, como zumbis vagando pelas ruas do país. É fazer dessa gente toda, um povo sem esperança.

Afinal, as nossas leis representam uma barreira de con-

tenção para esses bandidos corruptores e corruptos que arrebentaram com o Brasil.

Joesley e seus navios, apartamentos em Nova York e bilhões tomados do BNDES, o banco nacional do desenvolvimento, para regar seus pastos de vacas de ouro deveriam estar em uma cadeia bem nojenta do nosso sistema prisional, cercado com bandidos da mais alta periculosidade, que com certeza são “fichinhas” perto dele. Matam menos com seus crimes do que a corrupção mata no Brasil.

Isso, senhor ministro, com todo respeito que lhe é devido pelo senhor e pelo supremo, é que é deslealdade para com o nosso povo. Chega de beneficiar bandidos disfarçados de empresários. Os verdadeiros empresários desse país têm que suar muito para pagar impostos e conseguir migalhas do BNDES; e o trabalhador comer carne estragada, vendida por esse senhor, embalada em comerciais de televisão, que no fundo fazem o mesmo para nos enfiar goela abaixo: candidatos ladrões no horário político.

CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2017

NÚMERO 19.725 • 36 PÁGINAS • R\$ 1,30

Temer troca ministros de olho na decisão do TSE

A uma semana do julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral, o presidente resolve nomear Torquato Jardim para o Ministério da

Justiça, no lugar de Osmar Serraglio, que vai para a Transparência. Em entrevista ao Correio, publicada na edição de ontem, Torquato Jardim desta-

ca que há muito "chute" nos prognósticos do julgamento no tribunal. Afirma que a decisão será técnica e prevê que resultado deve sair até o fim de ju-

riho. O novo ministro tem vasta experiência na área eleitoral e bom trânsito no meio jurídico, como no STF, onde Temer é alvo de inquérito. Ele não quis

adiantar se fará mudanças no comando da Polícia Federal: "Tudo será refletido e estudado" com o presidente.

PÁGINA 2 E 3

De Paulo F. S. / A. Press



O TRIGO É NOSSO!

O Distrito Federal irá colher 5 mil toneladas do produto este ano, o que dá à região o melhor índice de produtividade do país, além de um potencial para plantio de mais 4 milhões de hectares. José Guilherme Beener projeta uma safra, em julho, duas vezes maior que a do mesmo período de 2016. PÁGINA 7

Chuva mata e alaga cidades em quatro estados do Sul e do Nordeste

Em Pernambuco, 13 municípios estão em estado de calamidade. A situação é de emergência em Alagoas. Nos dois estados, seis pessoas morreram. Michel Temer ofereceu ajuda para obras de controle a enchentes. No Rio Grande do Sul, 67 famílias estão desabrigadas e 146, desalojadas. Os temporais também atingiram Santa Catarina.

PÁGINA 5

Protesto no Rio reúne artistas contra o governo

Ato patrocinado por entidades sindicais e partidos de oposição contou com a participação de personalidades, como Caetano Veloso e Wagner Moura, na orla de Copacabana.

PÁGINA 4

Renato Casaroli/Agência Contraste



BRASILEIRÃO

Coringão e Raposa dividem a ponta do campeonato

O Timão supera o Atlético-GO, em Goiânia, com gol de Rodriguinho (1x0). Pelo mesmo placar, o Cruzeiro bateu o Santos. Agora, os dois assumem a liderança da competição. Em Curitiba, o Flamengo só empata com o Fuzca. PÁGINAS 13 E 14

Licitação do Mané Garrincha está prevista para 30 de julho

PÁGINA 15

Roubo de celular

Criminosos aproveitam festas da cidade para furtar objetos dos frequentadores. Organizadores dos eventos podem ser responsabilizados pela falta de segurança.

PÁGINA 16

Traficante preso

Wellington Borges dos Santos, 33 anos, foi abordado pela polícia, na 710 Norte, com 38 porções de cocaína. Ele ainda confessou ter assassinado um desafeto na semana passada.

PÁGINA 17

Samuel Passos/PA. Press - 22/5/17



Forró

Arrasta-pé do DF vai à Europa

Violeiro, DJ e pesquisador, Cacai Nunes sai em turnê em vários países difundindo o ritmo em bailes com vinhos.

PÁGINA 20



Star Wars, 40 anos de tecnologia

A franquia criada por George Lucas mudou a indústria cinematográfica com técnicas inovadoras, como o uso em larga escala da computação gráfica.

PÁGINA 12

Os motivos para manter Serraglio

» LUANA MELODY BRASIL
ESPECIAL PARA O CORREIO

Ex-ministro da Justiça, Osmar Serraglio vai continuar no governo. Alvo de críticas por conta de aliados do Planalto à frente da pasta, o deputado federal do PMDB do Paraná será o substituto de Torquato Jardim na pasta da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU). Entre os motivos para a troca de comando na Justiça, segundo interlocutor do PMDB na Câmara, estaria a insatisfação dos parlamentares com a conduta do ministro, considerado alguém sem pulso e que não tem se pronunciado em defesa de Michel Temer no momento da maior crise enfrentada pelo governo.

Além disso, essa seria uma forma de "aproveitar melhor" Serraglio, uma vez que o ministro está com a imagem desgastada desde a Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal. Na investigação, a PF interceptou uma conversa telefônica da fiscal Maria do Rocio Nascimento, presa preventivamente desde março deste ano, citando o nome "Serraglio" como "o velhinho que está conosco". Em outro diálogo interceptado pela PF, desta vez entre o senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) e o empresário Joesley Batista, do grupo JBS, o ministro recebeu críticas e foi xingado por não intervir na PF.

Outro motivo para a transferência do peemedebista seria evitar o fortalecimento de alas contrárias ao governo no partido, tendo como exemplo o senador Roberto Requião, do PMDB

paranaense, o mesmo estado de Serraglio. No início deste mês, Requião ignorou reunião convocada pelo Planalto e atacou a reforma trabalhista em sua página no Twitter.

Rocha Loures

A ideia do Planalto de manter Serraglio como ministro também é uma forma de deixar o deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), que é suplente, com o foro privilegiado. Caso não continue como ministro, Serraglio teria de reassumir o mandato na Câmara. Assim, ao transferir o ministro para a pasta da Transparência, responsável pelos acordos de leniência das empresas investigadas pela Lava-Jato, Michel Temer mantém a prerrogativa de foro a Loures, que é investigado pelo Supremo Tribunal Federal após ter sido flagrado recebendo propina de Joesley Batista.

De acordo com as gravações, Loures recebeu o dinheiro de um emissário de Joesley. A ligação dele com o presidente Temer está em um trecho do áudio gravado pelo empresário, no qual o presidente indica Loures para resolver demandas das empresas do grupo J&F no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Fontes do governo também afirmaram que era estudada a saída de Serraglio do Ministério da Justiça, no entanto, a decisão acabou adiada por questão de momento, tendo em vista o abalo provocado pelas delações dos irmãos Batista envolvendo o governo federal.

Nova proposta para acordo com a J&F

O Ministério Público Federal (MPF) fez uma nova proposta para fechar o acordo de leniência com o grupo J&F, que controla a JBS, mas não quer abrir mão da cifra de R\$ 11 bilhões. Houve um desconto na multa de cerca de R\$ 170 milhões. A concessão que foi feita pelos procuradores diz respeito ao prazo de pagamento. Antes, a dívida deveria ser paga em 10 anos e agora poderá ser

quitada em 13. Ficou determinado ainda que o acordo será fechado exclusivamente com a holding J&F, que será responsável pelos pagamentos, eximindo as demais empresas do grupo do compromisso.

A J&F começou as negociações com o MPF oferecendo pagar R\$ 700 milhões. Essa postura mudou bastante em duas semanas e a empresa chegou a oferecer

R\$ 8 bilhões. O valor, no entanto, acabou prontamente rejeitado pelos procuradores da Força-Tarefa da Operação Greenfield. Eles alegam que o valor de R\$ 10,994 bilhões, pedido agora para a empresa, seria o suficiente para resarcir os fundos de pensão, a Caixa, o BNDES e a União pelas perdas que teriam tido com a atuação da empresa, que admitiu pagar propinas para obter recursos para sua expansão.

Segundo comunicado enviado ontem pelo MPF, o acordo prevê ainda que a divisão dos recursos ficará da seguinte forma: os fundos de pensão Petros e Funcef, que eram sócios da Eldorado e da

própria JBS, ficarão com 25%; o BNDES, que fez aportes de capital na empresa JBS, com outros 25%; o FIFGTS, que emprestou recursos à Eldorado, com 6,25%; a Caixa, que financiava todo o grupo, com 6,25%; e o restante, 12,5%, com a União. Os procuradores também querem que qualquer multa acertada com autoridades no exterior seja 50% dela destinada às entidades brasileiras.

Os novos cálculos da força-tarefa levaram em conta os dados oficiais divulgados pela empresa do faturamento do ano passado, já descontados os impostos, que chegou a R\$ 183,244 bilhões. O percentual aplicado foi de 6%.

Ex-diretor do Banco Central e pesquisador do Ibre da FGV avisa que, com a turbulência política atual, não há mais espaço para objetivo de 4%

Crise adia redução da meta de inflação

» ROSANA HESSEL

A crise política deflagrada com a delação premiada dos donos da JBS não está mudando apenas o cenário de recuperação da economia para pior como também deve adiar a redução da meta de inflação, que estava prevista para ocorrer este ano, dos atuais 4,5%, para 4% ao ano a partir de 2019, avalia o ex-diretor do Banco Central (BC) e chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), José Júlio Senna. "Esse assunto vai morrer. Não entrará na pauta do CMN (Conselho Monetário Nacional). Os fatores que sinalizavam uma possível redução, agora, podem atrapalhar. Um ponto relevante para postergar a decisão é a crise política", afirma.

A expectativa de que o CMN diminuisse o percentual em junho, na próxima reunião do grupo composto pelos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do

Planejamento, Dyogo Oliveira, e o presidente do BC, Ilan Goldfajn. A margem de tolerância para a inflação deste ano e para 2018 é de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, tornando o teto 0% e o piso, 3%. O objetivo anual do Brasil para o custo de vida está acima da média do mundo emergente que adota o regime de metas, que é de 2% a 3% anuais, segundo Senna. Países vizinhos, como Chile e Peru, têm meta de 3% ao ano.

As incertezas são grandes, principalmente em relação ao avanço das reformas, que devem comprometer qualquer melhora na área fiscal do governo. Com isso, o ritmo de redução da Selic (taxa básica da economia) vai diminuir. Para Senna, a autoridade monetária vai se preocupar mais com a questão fiscal do que com a tentativa de estimular a economia com juros mais baixos.

Confira à seguir os principais trechos da entrevista do economista ao Correio:

O senhor acredita que o CMN vai reduzir a meta de inflação para 2019 no meio desta crise política?

Esse assunto vai morrer. Não entrará na pauta do CMN. Os fatores que sinalizavam uma possível redução, agora, podem atrapalhar. Um ponto relevante para postergar a decisão é a crise política. Ela mexeu com o risco do país, com o câmbio e a atividade econômica, que deve ficar pior nos próximos meses, apesar de a equipe do Ibre manter (na semana passada) em 0,4% a expectativa de crescimento neste ano, com viés de baixa, em virtude do aumento da crise política. O problema é que as perspectivas para as reformas são incertas. O concreto, hoje, é que a economia deve ficar pior e a queda dos juros vai sofrer atrasos.

O que vai mudar na política monetária do BC?

O mercado, por enquanto, está tratando com muita tranquilidade o quadro político e partindo do pressuposto de que haverá troca de governo e o substituto do presidente Michel Temer dará continuidade na agenda das reformas. Sendo assim, o dólar está relativamente tranquilo (sexta-feira, fechou em R\$ 3,27), mas os juros devem cair de forma mais lenta. Nesta semana, o Copom (Comitê de Política Monetária), no espírito de não provocar volatilidade, vai optar por reduzir a Selic em 100 pontos-base (1 ponto percentual). É a maneira de fazer menos marola.

Como ficará o cenário econômico?

A economia deve ficar pior. Os juros não devem cair muito ao longo do ano, porque o BC vai olhar para a piora das condições fiscais. Antes da delação e do áudio da JBS, o mercado apostava que as taxas de juros cairiam mais em termos reais, porque se apos-

tava na aprovação das reformas. Agora, há mais dúvidas sobre o andamento dessa agenda no Congresso Nacional e sobre o equilíbrio das contas públicas. Isso eleva o risco do país. Começa a ser antecipado pelas agências de classificação de risco (a Moody's rebalçou a perspectiva de "estável" para "negativa"). Quem espera que a Selic ficasse entre 7,5% e 8% anuais em dezembro já está elevando as projeções para algo em torno de 9% a 9,5%. Vamos ver essas mudanças nos próximos boletins Focus, do BC.

Quer dizer que não veremos a taxa de juro real em 5% no fim do ano?

Não cabe mais agora pensar em 4% e 5% de juro real para este ano. Ainda é preciso calcular o impacto da crise nas contas fiscais, que continuarão em desequilíbrio por um período mais prolongado do que o previsto anteriormente. O Copom, ao divulgar o comunicado da decisão na próxima quarta-feira, também não deve sinalizar o caminho futuro para os juros. Vai tomar esse cuidado. O mercado ainda está trabalhando com otimismo, e isso me preocupa. O BC está ciente disso e deve ser o último a acreditar em previsões mais positivas.

Os juros baixos ajudam a estimular a economia, que está fraca.

Não me sinto à vontade em comentar os números do Ibre para o PIB (Produto Interno Bruto), mas eles acabam de ser revisados. A previsão de crescimento para este ano foi mantida em 0,4%, mas com uma composição diferente. O PIB do primeiro trimestre virá melhor (com alta de 1%), devido ao bom desempenho da agropecuária, mas o desempenho econômico será mais fraco nos trimestres seguintes. Como o PIB pode piorar, vem a discussão se o

Rosana Hessel/CS/OA Press



O problema é que as perspectivas para as reformas são incertas. O concreto, hoje, é que a economia deve ficar pior e a queda dos juros vai sofrer atrasos"

BC deve ou não manter a redução da Selic. Temos muitas incógnitas sobre a situação fiscal. Ainda não sabemos se Temer vai sair ou tentará adiar a decisão de cassação da chapa no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Neste momento, é preciso aguardar para ver os desdobramentos no Congresso.

A maioria das projeções do PIB para o primeiro trimestre é de alta. A recessão acabou?

Não. Os sinais são claros de que a economia brasileira tem andado para trás num ritmo cada vez mais lento. O monitor do PIB do Ibre mostrava claramente uma recuperação no consumo das famílias e nos investimentos. Esses indicadores estavam ficando menos negativos. Mas essa tendência dá sinais de inversão novamente diante das incertezas. Outro dado complica as projeções: a mudança de metodologia feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que alterou variáveis-chaves da pesquisa do PIB, como comércio e serviços. Hoje, está mais difícil fazer previsões.

Essa mudança contaminou muito as estimativas?



O mercado ainda está trabalhando com otimismo, e isso me preocupa. O BC está ciente disso e deve ser o último a acreditar em previsões mais positivas"

Um pouco. A equipe ainda está digerindo as novas informações, mas eu diria que, em meados do ano, provavelmente no segundo semestre, é possível haver uma estabilização da economia se a crise política for contornada. Já a economia vai parar de andar para trás. Por enquanto, estamos caminhando para ter uma economia estabilizada, que começará a apressar um ritmo de crescimento no segundo semestre. Lamentavelmente, será uma recuperação lenta por conta do endividamento. Houve, de um lado, no tocante às famílias, estímulo muito grande como política de governo. Essa atitude foi irresponsável.

Um argumento era que o brasileiro não estava tão endividado quanto o norte-americano...

A diferença ocorre por um motivo muito simples: os juros no Brasil são astronômicos e, no mundo desenvolvido, esse não é o caso. Então um grau de endividamento de 45% a 50% do brasileiro preocupa mais do que de 110%, 120% ou 130% nos Estados Unidos ou na Europa. O fato é que as famílias estão endividadas. As pesquisas mostram que

as famílias que tiveram acesso ao saque das contas inativas do FGTS usaram, majoritariamente, para quitar dívidas. No caso das empresas, o endividamento também foi expressivo. Houve um período de muita abundância de recursos externos, juros baratos e as empresas pisaram no acelerador. Isso é um fator que, evidentemente, está segurando a recuperação.

Isso posterga o investimento das empresas?

Exatamente. O investimento e o gasto das famílias. Mas a desalavancagem vem primeiro e a política de juros, a meu ver, está sendo muito bem conduzida pelo BC. Ele está agindo com muito cuidado. Os juros foram reduzidos em 300 pontos-base, mas as famílias ainda não se recuperaram.

A queda da Selic ainda não bateu na ponta?

Isso é uma coisa interessante. De fato, é um problema. Via crédito, não vai ser possível estimular o consumo por dois motivos. Primeiro, porque o fenômeno de queda da taxa de juros não está acontecendo no vício. O desem-

prego é estratosférico e, com o mercado de trabalho nessa situação, as famílias não se sentem encorajadas a contrair crédito. Além disso, a taxa Selic está caindo, mas o spread bancário (diferença entre o que os bancos pagam na captação de recursos e o que cobram ao conceder empréstimo) está subindo. Isso tem a ver com o aumento da inadimplência. Quem está saindo da dívida não quer contrair novas dívidas, portanto, não vai consumir de imediato. Por isso, a queda do juro vai ajudar na recuperação da economia pelo seu impacto na situação patrimonial das famílias e das empresas.

A projeção do mercado para a inflação está abaixo de 4%. Isso é positivo de um lado, mas também é negativo porque é resultado da recessão.

É claro que a recessão ajuda na queda da inflação. Tanto que, nos manuais de política monetária, o que tem que fazer em uma economia que está muito aquecida é justamente desaquecê-la. No linguajar dos economistas, é criar um hiato de produto. O BC não precisou gerar um hiato. Encontrou pronto. Não há registro na história do Brasil de uma queda do PIB per capita de 10% em menos de três anos. Isso está facilitando a queda da inflação. É muito importante não confundir isso com a afirmação de muitos economistas de que a inflação cairia de qualquer forma. E a recessão em si destruiria a inflação, mesmo que não se fizesse nada. Afinal de contas, tem um quadro brutal recessivo e isso seria importante para a inflação em função dos erros políticos do passado.

O GLOBO

SEGUNDA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2017 AM 03:30 - R\$ 2,00

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2001) Roberto Marinho

00125 000 oglobo.com.br

ESPORTES

Brasileiro VITÓRIA ALVINEGRA

O Botafogo derrotou o Bahia, por 1 a 0, no Engenhão. O Flamengo empatou com o Atlético-PR (1 a 1), em Curitiba. Os quatro clubes do Rio terminam a rodada fora do G-4.



Homenagem. Autor do gol do Botafogo, Bruno Silva marca um beijo para a filha Nayra, que fez aniversário na semana

Fórmula-1 FERRARI ENCERRA JEJUM

Com Vettel, a Ferrari voltou a vencer o GP de Mônaco e a fazer uma dobradinha após 10 anos.



Recorde histórico

Rio tem 3 milhões de multas

EXCLUSIVO O Rio teve recorde de multas aplicadas por radares e guardas, no ano passado. Ao todo, foram três milhões de infrações, que geraram receita superior a R\$ 242 milhões para a prefeitura, um aumento de 32,7% em relação a 2015. Levantamento do GLOBO mostra que a via mais crítica é a Avenida Brasil, onde um a cada 100 veículos é multado, revela GONCALVES. **MANAUS, PÁGINA 7**

ANCELMO GOIS COMÉRCIO GASTA COM SEGURANÇA R\$ 1,2 BI

Valor foi pago em um ano por lojistas do Rio, em custos com blindagens e contratação de vigilantes. **PÁGINA 10**

INVERNO SEM FIM

Itatiaia, terra gelada

Um dos lugares mais frios do país, o Parque Nacional do Itatiaia, que faz 80 anos, não passa um mês sequer sem registrar temperaturas abaixo de 10 graus Celsius, revela ANA LÍCIA AZEVEDO. **PÁGINA 8**

Enquanto isso, CHICÓ no R.L.



— Al, meu "São Praxedes"...
segura aí!

EXCLUSIVO / A REPÚBLICA INVESTIGADA

Crise faz governo traçar plano B para reforma

Valor da aposentadoria e regras de pensão podem mudar via MP

Fazenda planeja estratégia para reduzir gastos caso Congresso não aprove mudança na Previdência

A equipe econômica já trabalha num plano B caso a reforma da Previdência não avance no Congresso por causa da crise política. São mudanças de menor alcance, mas que entrariam em vigor imediatamente, por meio de

Medida Provisória (MP), e dariam um alívio nas despesas do governo. Entre as ações, está de se elevar o tempo mínimo de contribuição na aposentadoria por idade e diminuir o valor das pensões por morte. Até o cálculo do

valor da aposentadoria poderia ser alterado via MP, para incluir o benefício, inflama GONCALVES DOCA. Mas não seria possível fixar uma idade mínima para a aposentadoria, um dos principais pontos da reforma. **PÁGINA 17**



MPB PEDE RENÚNCIA

Castro Wilton, Milton Nascimento e outros nomes da música assinaram um ato na Praia de Copacabana que pediu a renúncia de Michel Temer e a realização de eleições diretas. Segundo os organizadores, partidos de esquerda e movimentos sociais, o evento reuniu 100 mil. A PM não fez restrições. **PÁGINA 4**

Investigado, Temer troca ministro da Justiça e nomeia crítico da Lava-Jato

Pressionado por aliados e alvo de investigação, o presidente Michel Temer trocou o ministro da Justiça, substituindo Omar Serraglio por

Torquato Jardim, que ocupava a pasta da Transparência. A mudança, criticada por uma associação de delegados, foi vista como uma tentativa

de controlar a PF e de influenciar no julgamento no TSE da chapa que integrou com a ex-presidente Dilma. Ex-ministro do tribunal, Torquato

tem bom trânsito no Judiciário e já criticou a Lava-Jato. Questionado sobre possível troca na PF, Jardim disse que tudo será estudado. **PÁGINA 1**



SEGUNDO CADERNO
Livro premiado é lançado no Brasil
FACES DO RACISMO



Comédia sueca
vence Cannes

J. EDUARDO AGUALUSA
Um terror que não se explica a crianças — nem a adultos.

Citado na delação do dono da JBS, Wagner Rossi nega envolvimento ilegal com grupo

Ex-ministro de Dilma confirma ter apresentado Temer a Joesley: ‘não vi problema nisso’

Wagner Rossi, ministro da Agricultura durante o primeiro governo de Dilma Roussef, negou acusações feitas contra ele por Joesley Batista em sua delação. Demitido em 2011 durante uma “faxina” promovida pela ex-presidente, Rossi foi o responsável por apresentar o dono da JBS a Michel Temer — que, segundo o empresário, pediu que fosse pago um “mensalinho” de R\$ 100 mil a Rossi após ele deixar a pasta. Em nota enviada ao

GLOBO, ele diz ter prestado “colaboração remunerada” para uma das empresas do grupo JBS depois de sair do ministério.

O ex-ministro, que afirma estar aposentado da vida pública há quase seis anos, é próximo a Temer e pai de Baleia Rossi, líder do PMDB na Câmara.

No texto enviado ao GLOBO, Wagner Rossi diz não ver problema em ter promovido o encontro entre Joesley e Temer. Diz o texto: “Conheci o senhor Joesley Batista no período em que fui ministro. (...) [Ele] demonstrou interesse em conhecer o então deputado Michel Temer, presidente do meu partido. Não vi problema nisso”. Na sequência, Rossi ressalta: “o tex-

to da delação não diz que eu tenha participado de reunião para tratar de qualquer ilícito”.

Rossi confirma ter recebido dinheiro da JBS após deixar o ministério, mas por serviços prestados. Ele escreve: “Logo após deixar o ministério, Joesley me procurou e ofereceu para que eu fosse trabalhar com ele. Nessa oportunidade, agradei o convite e declinei, pois estava cumprindo quarentena. Depois do prazo legal, prestei por alguns meses colaboração remunerada a uma das empresas do Grupo JBS, assim como fazem diversos outros profissionais que deixam cargos no governo e reingressam na iniciativa privada.” ●

Cabral e presos da Lava-Jato em Benfica

Transferidos de Bangu, eles estão em presídio sem bloqueador de celular

GABRIELA VIANA
gabriela.dayube@extra.inf.br

O ex-governador Sérgio Cabral e os demais presos na Operação Lava-Jato no Rio foram transferidos para a Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, na Zona Norte, na manhã ontem. De acordo com

a Secretaria de Segurança Pública, os 146 presos da unidade foram levados em nove viaturas do Grupamento do Serviço de Escolta (GSE). Eles estavam na Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira, Bangu 8, no Complexo Penitenciário de Gericinó, Zona Oeste. Dos presos, 53 são de nível superior — incluindo Cabral — e 93 respondem por falta de pagamento de pensão alimentícia.

A transferência do ex-governador e dos demais presos na Operação Lava-jato no Rio para a Cadeia Pública José Frederico Marques havia sido proibida pela Vara de Execuções Penais (VEP), na última quarta-feira, até que uma câmera de ângulo frontal no controle de acesso ao presídio fosse instalada. A necessidade havia sido verificada durante vistoria de equipe da VEP no presídio. Segundo a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), a câmera foi instalada na tarde do mesmo dia.

Na Cadeia Pública José Frederico Marques funcionava o Batalhão Especial Prisional (BEP). No total, 53 câmeras irão monitorar os presos, mas a unidade

não tem bloqueador de celular.

“A nova unidade prisional é monitorada 24 horas por dia através de câmeras instaladas dentro das galerias, portarias, pátio de visitas, banho de sol, entre outros. Ao todo são 53 câmeras, incluindo a que dá acesso a portaria principal, conforme solicitado pela VEP”, diz nota da Seap.

O Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) negou que haverá uma nova fiscalização específica para a verificação da instalação da última câmera. Segundo o TJ-

RJ, as vistorias da VEP são regulares nos presídios, assim como será no presídio de Benfica. “As vistorias são permanentes em todas as unidades. As visitas às unidades ocorrem reiteradamente”, disse, em nota.

O presídio de Benfica passou por uma reforma feita pelos presos do regime semiaberto com benefício de trabalho extramuros, ou seja, os que têm autorização para sair para trabalhar. A cada três dias de trabalho, eles garantem um dia a menos de pena. ●

nobl@oglobo.com.br

RICARDO NOBLAT



“Para alguém que exerce um cargo público, a idoneidade é tudo”

DOM LEONARDO ULRICH STEINER, Secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Como restaurar a pinguela

Embora estrebuche na maca e negue que renunciará ao mandato, Michel Temer ainda não teve a má ideia de dizer que só sairá do Palácio do Planalto amarrado à cadeira presidencial. Era assim que Delfim Netto, ministro da Fazenda da ditadura militar de 64, prometia fazer se um dia o derrubassem. Depois de sete anos como o todo-poderoso xerife da economia, Delfim acabou demitido, mas a cadeira ficou.

GIVALDO BARBOSA/25-5-2017



Poder. O presidente Michel Temer diz que não vai renunciar

A CADEIRA PRESIDENCIAL continuará sendo ocupada por Temer até que se entendam em torno de um nome para substituí-lo os protagonistas de sempre da cena política nacional — partidos, ministros de tribunais superiores, empresários e banqueiros. Fracassou quem havia se oferecido para unificar o país. A pinguela caiu. Mas quem irá restaurá-la para que o país consiga chegar em paz às eleições diretas de 2018?

NO PRÓXIMO DIA 6, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começará a julgar a ação do PSDB que pede a impugnação da chapa Dilma-Temer por abuso de poder econômico nas eleições de 2014. O placar, ali, estava 5 a 2 para inocentar Temer e condenar Dilma antes que o empresário Joesley Batista delatasse Temer. Hoje seria de 4 a 3. O futuro a Deus pertence, e também ao ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE.

GILMAR É AMIGO de Temer e um dos seus conselheiros mais influentes. Para escapar de grampos, os dois só se comunicam por meio de emissários. Mas Gilmar tem amigos em toda parte e não se nega a ajudá-los. Provou-o ao atender pedido de Aécio Neves para que convencesse o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a aprovar o projeto de lei sobre abuso de autoridade. Por ora, Aécio expia seus pecados em prisão domiciliar voluntária.

A IMPUGNAÇÃO da chapa pelo TSE atenderia a uma das condições de Temer para deixar o poder: preservar a sua biografia. Foi Dilma que cuidou das contas da campanha. Logo, a culpa fora dela. Outras condições: não ser punido; alguma proteção para os amigos encarcerados na Lava-Jato; não recondução de Rodrigo Janot ao cargo de procurador-geral da República; e ser ouvido para a escolha do seu sucessor.

TEMER IMAGINA que ganhará uma sobrevida se a perícia da Polícia Federal concluir que foi adulterada a gravação de sua conversa com Batista. Quando nada, isso serviria para livrá-lo da acusação de que tentou obstruir a Justiça ao incentivar Batista a seguir pagando pelo silêncio de Eduardo Cunha. Das outras acusações — corrupção passiva e organização criminosa —, acha que se livrará facilmente. A ver.

OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA foi o que levou o ex-senador Delcídio Amaral para a cadeia. Por encomenda de Lula, Delcídio pagou para que Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, ficasse calado em Curitiba. Diante da Justiça, a situação de Temer é pior que a de Delcídio. Esse, pelo menos, amenizou a sua delatando. Temer poderá ser alvo de novas delações e de provas mantidas em sigilo até aqui.

HÁ UM ACORDÃO sendo costurado no Congresso capaz de beneficiar Temer, mas concebido para estancar a Lava-Jato. Um dos seus pontos é rever a posição do Supremo Tribunal Federal que, por 6 a 5, decidiu que condenado em segunda instância da Justiça será preso. Delação só para quem estivesse solto. E perdão para suspeito de ter feito caixa dois. Por esse ralo escaparia muita gente.

ESCAPARIA LULA, que mesmo se condenado em segunda instância estaria livre e à vontade para disputar as eleições de 2018.



www.oglobo.com.br/nobl@
www.twitter.com/blogdonobl@
www.facebook.com/blogdonobl@oglobo

www.valor.com.br

Silvado, domingo e segunda-feira, 27, 28 e 29 de maio de 2017 | Ano 18 | Número 4264 | R\$ 5,00

Vale busca reduzir sua dependência do minério de ferro B1
Bancos centrais podem provocar alta desordenada do mercado C2

Europa não pode mais contar com os Estados Unidos, diz Angela Merkel A9



Valor ECONÔMICO

Destaque

Anny, a robô, quer meu trabalho
Seu substituído por um robô é o giro pesado de todo trabalhador e, quando desce, é lógico que Anny está alocado no meu território, logicamente fiquei aflita. Mesmo assim, depois que superei o ultraje me puxa a prestar atenção em seu trabalho, comecei a me sentir melhor. Anny não é páreo para mim", diz a colunista do "IT" Lucy Kellaway B2

Petrobras busca recuperar mercado
A decisão da Petrobras de reduzir em 5,4% o preço da gasolina em 3,5% ao do diesel foi motivada mais por uma estratégia de injeção de mercado do que por uma redução dos preços no mercado internacional. Sete meses após a adoção da nova política de preços, a estatal ainda tenta recuperar o espaço perdido para as importações dos consumidores. B5

Samsonite amplia o portfólio



Com preços entre 15% e 30% mais baixos que a Samsonite, a marca de malas American Tourister, que também pertence ao grupo, desembursta no Brasil em junho. A expectativa é alcançar 800 pontos de venda no prazo de um ano, o dobro da presença atual da marca Samsonite. "A American Tourister terá um espaço importante, provavelmente maior que Samsonite, por conta da distribuição", diz Ana Chata. B9

Clima ruim puxa os preços do feijão
O preço do feijão não deve chegar aos níveis de 2016, mas ao contrário do esperado também não voltará ao normal. Problemas climáticos não novamente afetando a oferta, ainda que com menor intensidade que na safra passada. Frio e geadas no Paraná liberam o ceticismo sobre 50% na última semana e mais que dobrar no mês em São Paulo. B12

Exportação recorde de manga
Chuva acima da média no Peru logo após a safra 2016/17 de manga ter sofrido com a seca durante o desenvolvimento dos frutos abstram espaço para as exportações brasileiras, que no primeiro trimestre aumentaram quase 28%, para 24,4 mil toneladas, o melhor resultado para o período em mais de uma década. B12

Com crise, estrangeiro vai à bolsa
Il no investidor estrangeiro que a bolsa brasileira tem impulso para se recuperar. Dados sobre o fluxo de recursos para as ações no Brasil mostram que o interesse cresce com o agravamento da crise política. Entre a notícia da gravidade do presidente Temer, no dia 17, e o dia 24, os investidores estrangeiros colocaram mais de R\$ 1,5 bilhão na bolsa. C8

Judicialização da negociação direta
Mantida pelo riel da reforma trabalhista no Senado, Ricardo Leme (PSDB-ES), a regulamentação do contrato individual de trabalho, negociado diretamente entre empresa e empregado, poderá gerar mais processos na Justiça, ao contrário do que se pretendia com a nova legislação. Especialistas afirmam que o trabalhador poderá alegar coação por parte do empregador. E1

Ideias

Carlos Cezar e Abrão Miguel Neto
Para cada US\$ 2 investidos no Brasil, empresas brasileiras já têm investido quase US\$ 1 no exterior. A10

Rita D'Andrea
Cresce a cada dia a porcentagem de tráfego na internet feita por robôs, e não por pessoas. A11

Indicadores

Table with 4 columns: Indicador, Última atualização, Variação, e Referência



Piora da crise política deve arrefecer corte dos juros

Angela Bittencourt, Lucas Hirata, Camilla Vitoras Mota e Estevão Talar De São Paulo

O recrudescimento da crise política continuou a perspectiva de flexibilização monetária. A trajetória de queda da Selic não está comprometida, mas seu ritmo e extensão foram rebalancados. Há duas semanas, prosperava a ideia de que o Banco Central aceleraria o corte para 1,25 ponto percentual na próxima semana. Agora, entre 41 análises de instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor PRO — serviço de informações em tempo real do Valor —, 35 acreditam em corte de 1 ponto, levando a Selic a 10,25% ao ano. 30 um manteve a aposta em 1,25 ponto.

Em sete meses, a taxa básica caiu 11 pontos percentuais — de 14,25% para 11,25% — e continuará em queda, autorizada pela destinação que levou o IPCA acumulado em 12 meses a menos de 4%. Os profissionais do mercado não arriscam previsões para o encerramento do processo de realocação da política de juros ao cenário atual, mas está claro que arrefeceu o entusiasmo dos agentes econômicos, que até recentemente viam espaço para Selic a 7% em dezembro.

A boa notícia que o Planalto espera para esta semana — a divulgação do crescimento da economia no primeiro trimestre, a primeira alta em dois anos — corre o risco de se tornar um "falso positivo". É praticamente consenso entre os economistas que a recupera-

ção, agora, será ainda mais lenta. O avanço de quase dois dígitos da atividade agropecuária é a grande força por trás do crescimento de 0,9% esperado para o Produto Interno Bruto (PIB) no período, em relação ao trimestre anterior, conforme a média de 20 projeções enviadas por consultorias e instituições financeiras ao Valor.

No entanto, para os demais componentes do PIB, o resultado se aproxima de zero. Diante do agravamento da crise política, cresce o número de analistas que avaliam que a economia pode voltar a cair no segundo trimestre e que o resultado do ano, com consumidores e empresas mais cautelosos, será mais modesto do que se esperava. A média, por enquanto, está em 0,6%. Páginas A4 e C3

Plano Safra baixa juros e setor reclama

Cristiano Zaia De Brasília

Para manter o apoio de um setor que já tem lhe garantido sustentação, o presidente Michel Temer fechou questão e resolveu lançar o Plano Safra 2017/18 na segunda-feira da próxima semana, dia 5. No novo pacote de crédito, decidiu garantir juros de até 6,5% ao ano, mais baixos do que na safra anterior. Mas antes mesmo do anúncio do plano, produtores rurais reclamam que a redução da Selic e da inflação abre caminho para um corte ainda maior nos juros agrícolas.

Já está definido que as taxas das operações de crédito recairão para 8,5% ao ano, enquanto as de investimento serão de 7,5% — exceto armazenagem e inovação (inovação), que terão juros menores, de 6,5%. O volume total de recursos a juros controlados será da ordem de R\$ 184 bilhões, mesmo patamar colocado à disposição dos agricultores e pecuaristas do país na atual temporada. Página B12

Arrancada dos estrangeiros na infraestrutura

Luciano Máximo De São Paulo

O ingresso de investimento externo para infraestrutura no Brasil cresceu mais de 500% no primeiro quadrimestre do ano em comparação com o mesmo período de 2016, atingindo US\$ 11,29 bilhões. É mais da metade do fluxo de investimento direto para operações de participação no capital registrado pelo Banco Central. Analistas projetam, porém, que esse desempenho pode sofrer "uma freada", com o recrudescimento da crise que envolve o presidente Michel Temer, embora a reação não signifique que investidores "estejam desistindo do país". "Basicamente quando um investidor vai botar dinheiro numa projeto ele considera risco e retorno. Ambos são mensuráveis. Incerteza não dá para medir", diz o economista Cláudio Fischel. Página A5



Grubisch: a companhia reduziu drasticamente os investimentos previstos para este ano

Blindada, Eldorado mantém projeto de procurar sócio

Stella Fortes e Jvo Ribeiro De São Paulo

Produtora de celulose de eucalipto do grupo JRF, a Eldorado pode sair praticamente lesa do terremoto provocado pela delação premiada dos irmãos José e Wesley Batista. Com a atuação de culpa pelos controladores, a companhia ganha uma blindagem que retira de seus ombros a responsabilidade por irregularidades cometidas desde sua criação.

Mas até que seja assinado o acordo de leniência da JRF, a postura da Eldorado é

de cautela. Com endividamento líquido de quase R\$ 8 bilhões, a empresa dá prioridade à rolagem de R\$ 1,5 bilhão em linhas de "trade finance", o que garantirá que a situação financeira da companhia permaneça sob controle neste ano, diz seu presidente José Carlos Grubisch.

Superada a turbulência atual, a Eldorado quer retomar conversas com um potencial novo sócio, que poderá injetar até US\$ 1 bilhão na empresa. A possibilidade de venda da Eldorado pela JRF não está na pauta da companhia, segundo Grubisch. Página B4

Temer troca ministros em busca de ajuda no TSE

Fernando Exman, Bruno Pires, Varrone Lima e Maria Cristina Fernandes De Brasília e São Paulo

O presidente Michel Temer nomeou Torquato Jardim para o Ministério da Justiça e remanejou Omar Serraglio para o Ministério da Transparência.

A troca de cadeiras entre os dois é a principal cartada de Temer desde a divulgação, há dez dias, dos grampos do empresário José Batista, do grupo JBS. O novo titular da Justiça era a reserva técnica de Temer para o momento em que fosse preciso colocar em campo um advogado para articular, no governo, sua defesa. O novo titular da Justiça, professor da UnB, fez carreira na advocacia eleitoral e foi durante oito anos ministro do Tribunal Superior Eleitoral, que está para julgar o mandato do presidente.

Em entrevista ao "Correio Brasiliense", na sexta-feira, Torquato comentou como deverá ser o julgamento da chapa Dilma-Temer no TSE. Ele prevê por volta de três semanas de julgamento, com boa probabilidade de um pedido de vista, para o qual inclusive já emergiu um pré-candidato — o terceiro juizador, ministro Admar Gonzaga.

Este calendário, prevê, coincidirá com o período mais complicado que o governo terá de atravessar. Se sobreviver, avalia Torquato, o governo, ao final de julho, estará a salvo. Página A7

Rabello não vê "caminhos alternativos"

Rafael Rozas e Lígia Guimarães De Rio e de São Paulo

"Quanto mais difícil a situação, eventualmente mais fácil a solução porque não existem muitos caminhos alternativos". Foi com essa declaração que Paulo Rabello de Castro, novo presidente do BNDES, respondeu, na sexta-feira à noite, sobre seus planos para enfrentar os problemas que o país enfrenta. Economistas do mercado e da academia receberam com surpresa e desgosto a notícia da saída de Maria Sílvia Bastos Marques. Para Sérgio Lazzarini, do Insper: "É tudo pessimista". "Em um momento de instabilidade como o atual, tudo o que não precisamos é de uma mudança de equipe", comentou. Páginas A2 e A3

Impostos sobre carros gera dúvida

Marli Olimos De São Paulo

Os fabricantes de veículos ganham com a crise política não atrapalham as negociações com o governo para uma nova política industrial. Já, porém, consenso entre as montadoras em torno de temas importantes, como a futura fórmula da tributação dos automóveis. Com o aumento dos veículos híbridos e elétricos seria preciso ajustar o câmbio. Página B4

'Crescimento chinês' impõe desafios a Modi, na Índia

Chaitanya Kalbag De Mumbai

No momento que o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, celebra seu terceiro ano no poder como o líder mais popular da história do país desde Indira

Gandhi, a economia parece estar a todo vapor. O PMI estima que o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 7,2% neste ano fiscal. Em março, o Partido Bharatiya Janata (BJP), de Modi, teve uma vitória esmagadora nas eleições locais em Pradesh, o Estado mais populoso do país.

A questão é se ele conseguirá manter o ritmo de expansão nos dois anos restantes de seu mandato. Analistas dizem que isso é improvável. A maioria prevê que o crescimento do PIB deverá ficar um pouco abaixo de 8% durante a campanha das eleições de 2019. Página A12

Value CAPAS 2017 INSCREVA SUA EMPRESA NO VALOR CARREIRA 2017

Para economistas, saída de Maria Silvia é vitória dos ‘inimigos do capitalismo’

Do Rio, Brasília e São Paulo

Os economistas do mercado e da academia receberam com surpresa e desgosto a notícia da saída de Maria Silvia Bastos Marques do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) na última sexta. Expressões como vitória dos “inimigos do capitalismo” ou das “viúvas do Bolsa-empresário” foram usadas para manifestar a visão de que o governo Michel Temer optou pela composição com a parcela do setor produtivo, capitaneada pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que vinha fazendo duras críticas ao Banco durante a gestão de Maria Silvia. Em síntese, afirmavam que o BNDES vinha travando a liberação de recursos num momento de dificuldades das empresas.

Apesar de Maria Silvia ter afirmado que saiu por motivos pessoais no fim da tarde de sexta-feira, os sinais indicam que ela se antecipou a uma decisão do governo de acomodar a insatisfação de parte da indústria, a ameaça de greve dos funcionários do banco e a pressão do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, para que acelerasse a liberação de recursos. O substituto, Paulo Rabello de Castro, que foi anunciado cerca de três horas depois do anúncio da saída da economista, havia estado com Temer em Brasília no dia anterior.

Aparentemente sobravam motivos para Maria Silvia pedir demissão. Ela se equilibrava há meses entre fortes pressões por liberação de financiamentos tanto da ala industrial quanto das empreiteiras envolvidas na Lava-Jato. Depois que a Polícia Federal desencadeou a Operação Bullish, que investiga irregularidades nos empréstimos do BNDES ao grupo JBS, Maria Silvia tentou por diversas vezes que o governo manifestasse, publicamente, confiança em seu quadro técnico e na correção das análises feitas.

O único que saiu em socorro dela foi o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, que publicou nota na página do ministério na internet, no dia 13 de maio. O ministro expressou “confiança na solidez do BNDES, no rigor técnico de suas análises e na importância da instituição para o desenvolvimento do país”. O Palácio do Planalto não se manifestou assim como nenhuma outra autoridade do governo.

A condução coercitiva de vários funcionários do BNDES para prestar depoimentos na Polícia Federal causou profunda indignação no quadro técnico. Entre aqueles que foram levados coercitivamente, havia uma funcionária com 39 semanas de gestação. Os funcionários consideraram que os colegas foram “vítimas de arbitrariedade”. O clima interno passou a misturar revolta e temor: queriam que o go-

verno manifestasse solidariedade.

E foi justamente em meio a esse cenário que surgiu a delação de Joesley Batista, da JBS, com as gravações de diálogos com Temer, o que fez eclodir uma nova crise política e institucional no país. No entanto, todos esses acontecimentos já estavam na mesa há mais de uma semana quando surgiu o pedido de demissão de Maria Silvia.

Na sexta à noite, Fiesp e Abimaq manifestaram apoio ao novo titular do BNDES. “Paulo Rabello de Castro é muito bem preparado para a missão”, afirmou o presidente da Fiesp, Paulo Skaf. Já José Velloso, presidente da Abimaq, que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos, disse que foi uma “excelente escolha. Ele conhece os problemas da indústria e não tem visão apenas financeira”. Nenhum dos dois fez qualquer menção à Maria Silvia. Já o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), Antonio Megale, lamentou a saída dela: “É muito competente e estávamos satisfeitos com o dinamismo que empregou no BNDES”.

Um interlocutor cogitou a possibilidade de a saída ter sido provocada por alguma manifestação de Temer de ceder o cargo para algum aliado. Já a leitura de um experiente economista do mercado é diferente. “Acho que ela não aguentou mais as pressões dos capitalistas inimigos do capitalismo [referin-

do-se a associações do setor industrial]. É uma notícia muito ruim para a economia brasileira”, disse.

“Eu achei uma péssima notícia, porque ela estava fazendo uma boa gestão”, afirma o professor da Fundação Getúlio Vargas, Aloísio Araújo, que destaca a devolução, em dezembro, de R\$ 100 bilhões do BNDES ao Tesouro. Para Araújo, é preciso manter a agenda que vinha em curso no banco de fomento.

Para o ex-presidente do Banco Central Gustavo Loyola, a saída de Maria Silvia foi uma “grande pena”, num momento em que a economista comandava mudanças importantes nas políticas do banco. Loyola destaca a redução dos subsídios, a troca da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP) e o foco maior do banco em operações com retornos sociais superiores aos retornos privados. Loyola nota que a saída de Maria Silvia ocorreu num momento em que havia pressões de vários setores, críticos da nova orientação do banco. “Eram as viúvas do Bolsa-empresário”, diz ele, numa referência às reclamações dos setores da indústria de que o banco segurava demais o crédito. *(Com reportagem de Alessandra Saraiva, Francisco Góes, Cláudia Schüffner, Andrea Jubé, Ribamar Oliveira, Marta Watanabe, Sergio Lamucci, Marti Olmos, Ivo Ribeiro e Ligia Guimarães)*

“Conjuntura complicada é para ser superada”, diz Rabello

Rafael Rosas

Rio

Paulo Rabello de Castro é um economista de viés liberal que já transitou tanto pelo meio acadêmico quanto pela economia privada. Carioca, formou-se em economia pela UFRJ e em direito pela Uerj, fez doutorado na Universidade de Chicago e teve aula com o maior guru do liberalismo moderno, Milton Friedman. Ao assumir o comando do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há pouco menos de um ano, ouviu em tom de acusação que representava a entrada da iniciativa privada no instituto que produz a base de todo o levantamento estatístico do país.

No setor privado, dirigiu a SR Rating, fundou a RC Consultores, coordenou o Movimento Brasil Eficiente e dirigiu o Instituto Atlântico. Crítico da alta carga tributária, é autor do livro “O mito do governo grátis”. O que poucos sabem é que Rabello de Castro também tem um importante papel acadêmico. Entre 1977 e 1986 foi professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. E a crítica que desconsidera essa robusta formação acadêmica é uma das poucas que tira do economista o seu tom cordial durante uma conversa.

Na última grande entrevista antes de ser anunciado como presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em substituição a Maria Silvia Bastos Marques, que pediu demissão sexta-feira, Rabello de Castro recebeu o **Valor** na sala da presidência do IBGE no último dia 19 de maio. “Diferentemente do que se atribui, ‘que ele é do setor privado’, eu estive no setor privado”, disse o economista durante a conversa de semana passada, quando o governo já enfrentava a avalanche decorrente da gravação de conversas entre o presidente Michel Temer e o empresário Joes-



FOTOS: LEO PINHEIRO/VALOR

Rabello: “quanto mais difícil a situação, eventualmente mais fácil a solução, porque não existem muitos caminhos alternativos”

ley Batista, dono da JBS. “Antes de mais nada, sou um acadêmico do mais alto coturno neste país. Devo estar entre os três mais importantes e melhores. Nesse ponto eu sou metido. Quero saber quais são os mais acadêmicos do que eu”, afirmou Rabello de Castro em raro momento de exaltação.

Durante os quase 12 meses à frente do IBGE, a crítica de que era “representante da iniciativa privada” foi a mais recorrente. Na semana passada, fez questão de rebater: “Por acaso, em determinado momento, parei de dar aulas formalmente, mais não parei de fazer pesquisas. Eu sou um dos economistas que mais tem pesquisado e se mantido atualizados nos últimos 40 anos”, continuou.

Agora, no comando do BNDES, terá que tourear outras questões. Se foi alvo da insatisfação de funcionários no IBGE, encontrará um banco de fomento em que uma das grandes pressões sobre sua antecessora veio justamente do corpo de funcionários, que cobravam uma postura mais firme da direção da instituição em relação aos desdobramentos da Operação Bullish, da Polícia Federal, que levou 31 funcionários do banco em conduções coercitivas. Outra queda-debraço será com setores industriais, como Fiesp e Abimaq, que demandavam o mais rapidez na concessão de financiamentos. Essas demandas não acabaram e Rabello de Castro as encontrará a partir da semana que vem.

Na sexta-feira, ainda no calor da nomeação, o economista não se comprometeu com afirmações sobre os rumos que dará para o banco. Sobre a antecessora, foi direto ao dizer que a crítica de que havia excesso de rigor por parte do banco “provavelmente não procede” e ao afirmar que não precisa nem chegar no banco para saber que Maria Silvia “tomou medidas absolutamente judiciosas”. E questionado sobre a atual conjuntura, delicada para dizer o mínimo, frisou que “conjunturas complicadas são para ser superadas” e ressaltou que “quanto mais difícil a situação, eventualmente mais fácil a solução, porque não existem muitos caminhos alternativos”.

Capital externo Para analistas, porém, fluxo deve diminuir por causa da crise

Investimento estrangeiro em infraestrutura sobe 500% no ano

Luciano Máximo
De São Paulo

O ingresso de capital externo para atividades de infraestrutura no Brasil cresceu mais de 500% no primeiro quadrimestre deste ano na comparação com o mesmo período de 2016, atingindo a marca de US\$ 11,4 bilhões. O fluxo representa mais de 50% do investimento direto no país para operações de participação no capital registrado pelo Banco Central (BC) de janeiro a abril, um total de US\$ 21,5 bilhões.

Analistas de mercado projetam, no entanto, que esse desempenho poderá sofrer uma diminuição acentuada a partir deste mês, em virtude da nova crise política que envolve diretamente o presidente Michel Temer, embora essa reação não signifique que investidores e operadores de infraestrutura “estejam desistindo do país”.

“Basicamente quando um investidor vai botar dinheiro num projeto ele considera riscos e retorno. Ambos são mensuráveis. Incerteza não dá para medir”, afirma o economista Cláudio Frischtak. “Hoje estamos no pântano da incerteza. Enquanto esse véu de incerteza não for levantado, os investidores vão esperar. Isso não significa desistência, não conheço ninguém que tenha desistido do país”, conclui. Frischtak é especialista na área de infraestrutura da consultoria Inter.B.

O Banco Central já reduziu em quase 50% a projeção do IDP total de maio, mas não informou se a decisão tem a ver com a crise po-

Na mira do capital externo

Investimento estrangeiro em infraestrutura e outros dados selecionados

■ Em US\$ bilhões



■ Distribuição setorial do investimento direto no país* - em %

	Jan-abr 2016	Jan-abr 2017
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	13,6	4,1
Indústria	38,9	23,7
Serviços - Infraestrutura	15,9	52,9
Outros	31,6	19,3

Fonte: Banco Central (BC). *Participação no capital.

lítica. Neste mês a autoridade monetária prevê um fluxo líquido de US\$ 2,8 bilhões em investimentos diretos, ante US\$ 5,577 bilhões registrados em abril.

“Momentos de indefinição deixam o Brasil em condição mais desfavorável para disputar recursos com outros países, lembrando que a oferta não é tão grande como foi em 2011 e 2012. Agora disputamos volume menor de recursos”, comenta, Luís Afonso Lima, diretor-presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet).

Apesar do potencial revés colocado pelo quadro político, o investimento direto no país destinado à infraestrutura tem a vantagem de ser um capital com características de longo prazo e deve continuar ajudando as contas externas brasileiras, avalia Silvío

Campos Neto, economista-sênior da Tendências Consultoria. Campos Neto revela que manteve as projeções da consultoria para o IDP neste ano em US\$ 78 bilhões. Nos últimos 12 meses encerrados em abril, o IDP totalizou US\$ 84,7 bilhões, somando participação no capital e empréstimos intercompanhia.

“Claro que depende muito do cenário político, é uma ressalva que estará sempre presente, mas os números devem se manter robustos porque já há muita decisão tomada. E também estamos falando de nichos atrativos da infraestrutura, impulsionados pela recente agenda de concessões”, avalia Campos Neto, citando possíveis privatizações no setor elétrico e os leilões de óleo e gás que devem ocorrer ao longo do ano.

Considerando apenas as operações de participação no capital —

um investimento sem caráter especulativo — o IDP em infraestrutura (aeroportos, rodovias, saneamento, energia, telecomunicações, obras) representou 53% dos recursos que ingressaram no país de janeiro a abril (US\$ 21,5 bilhões).

Esse montante contempla, entre outras coisas, as concessões de quatro aeroportos federais, a privatização da Companhia Elétrica de Goiás (Celg) e os leilões de transmissão de energia elétrica, duas concessões de rodovias no interior de São Paulo e aportes para compra e expansão de empresas de saneamento básico no Brasil, com destaque para a operação envolvendo a gigante canadense Brookfield e a Odebrecht Ambiental.

Setorialmente, as atividades ligadas à infraestrutura aumentaram seu peso dentro dos ingressos para participação no capital, de 15,9% para 52,9% levando em conta a comparação nos primeiros quatro meses de 2016 e 2017, enquanto a participação de indústria e agricultura regrediu.

Energia elétrica, transportes e saneamento lideram o avanço das entradas de capital estrangeiro em infraestrutura no primeiro quadrimestre do ano. No período, o IDP em energia atingiu US\$ 5,560 bilhões, quase o dobro do total registrado em 2016 inteiro. Os ingressos em transportes, que envolvem operação de rodovias, saíram de US\$ 44 milhões de janeiro a abril de 2016 para US\$ 3,9 bilhões nos primeiros quatro meses deste ano. Na mesma comparação, a conta saneamento (captação, tratamento e distribuição de água) saiu de US\$ 2 milhões para US\$ 927 milhões.

Comunicação Companhia quer estabelecer parceria tecnológica para sistemas de mensagens via celular

Na guerra dos apps, Google agora corteja teles e fabricantes

Gustavo Brigatto
De São Paulo

O Google pode estar atrás do Facebook e da Apple na troca de mensagens via smartphones, mas tem uma nova carta na manga para fazer frente aos produtos dessas rivais — o WhatsApp e o Facebook Messenger, da primeira, e o iMessage, da segunda.

Em vez de cortejar diretamente o consumidor e oferecer novos recursos para seus próprios serviços, como o Hangouts e o Allo, o Google quer abordar as operadoras e fabricantes de celulares, aproveitando o relacionamento construído por conta do sistema operacional Android, usado na maioria dos aparelhos. A ideia é estimular a adoção, pelas empresas de telecomunicação, de uma tecnologia que entregue recursos semelhantes aos oferecidos pelos aplicativos de mensagem.

O nome do sistema é Rich Communication Services, ou RCS. Ele foi apresentado há quase uma década pela associação que representa as operadoras de telefonia móvel, a GSMA, como uma

evolução das mensagens de texto, ou SMS. O RCS permite enviar facilmente vídeos e imagens. Também dá pra criar grupos de conversa e saber se uma pessoa recebeu e leu uma mensagem.

A questão é se mais um aplicativo de mensagem seria bem recebido pelos usuários. Por isso faz sentido a estratégia de conversar com fabricantes e operadoras. Com o novo sistema sendo oferecido de forma nativa nos telefones, isto é, sem que o usuário tenha de baixar aplicativos, a resistência pode ser menor. Além disso, as operadoras podem ajudar na sua disseminação.

Segundo Amir Sarhangi, responsável pelo RCS no Google, as companhias têm visto com interesse a possibilidade de enviar mensagens interativas para efetivar check-in em voos, por exemplo, ou fazer confirmação de segurança para compras com cartão de crédito. "Ao invés de mandar um texto com um link para o passageiro baixar o cartão de embarque, a companhia aérea pode mandar o cartão, em uma mensagem com seu logotipo e suas cores, e que estará disponi-

vel mesmo que a pessoa esteja sem internet", disse Sarhangi ao Valor, durante visita ao Brasil na semana passada. Caberá às operadoras definir como vão cobrar pelo envio dessas mensagens.

Na viagem, que contou com uma passagem pela Argentina, Sarhangi conversou com operadoras e empresas especializadas no envio de SMS. De acordo com o executivo, um aspecto importante do RCS é a segurança de que só a empresa pode mandar mensagens em seu nome, o que evita a prática de golpes.

Outro ponto é a possibilidade de usar tecnologias de análise de dados e inteligência artificial desenvolvidas pelo Google. Para a empresa de internet, esta seria também uma possibilidade de aumentar as receitas com a venda de tecnologia para uso empresarial.

O RCS entrou no radar do Google em 2015, com a aquisição da startup americana Jibe Mobile — uma empresa que foi fundada e era comandada por Sarhangi. Desde então, as duas companhias têm trabalhado no aprimoramento da tecnologia e nos



Amir Sarhangi, do Google, possibilidades de uso incluem mensagens de empresas aéreas para efetivar check-in em voos

acordos com operadoras e fabricantes. Já se comprometeram com o sistema mais de 25 fabricantes — dentre eles Motorola, LG, Sony, ZTE e Asus. Embarcaram também 30 operadoras: Vodafone, Deutsche Telekom, Orange e Sprint estão na lista.

A conta é que, até o momento, um bilhão de assinantes da telefonia móvel estejam cobertos — menos de um quarto do total global e quase metade do número de usuários do Android. A ex-

pectativa é que o número aumente à medida que novos acordos sejam fechados, disse Sarhangi. A previsão do executivo é que até o fim do ano, ou começo de 2018, o RCS comece a ser oferecido na prática, inclusive na América Latina.

Se tudo correr como o previsto e o RCS ganhar relevância, é possível que o sistema também vá para o mundo da Apple. De acordo com o executivo, a tecnologia pode ser incluída no aplicativo

iMessage. Basta que a Apple se disponha a fazer essa integração.

Perguntado sobre a possibilidade de o RCS significar um problema jurídico para o Google — a União Europeia investiga a companhia por incluir seus próprios aplicativos no sistema Android — Sarhangi disse não acreditar que esse seja o caso. "As empresas têm que optar pela adoção, não é algo forçado. E o padrão é aberto, estamos trabalhando com a GSMA", afirmou.

Carro autônomo é nova 'corrida do ouro' na Califórnia

Startups

Brooke Masters
Financial Times

O atual entusiasmo do Vale do Silício pelas startups ligadas à tecnologia de carros autônomos está sendo chamado de a nova corrida do ouro da Califórnia. Mas a onda de investimentos está se parecendo mais com a de 1999 [que deu origem à "bolha da internet"] do que com a de 1849.

A tecnologia dos carros sem motorista claramente tem o potencial de ser revolucionária, e alguns fundadores de startups já ganharam na loteria. A General Motors (GM) comprou a Cruise, uma startup de carros autônomos, por US\$ 581 milhões, a Ford injetou US\$ 1 bilhão na empresa iniciante de inteligência artificial Argo AI.

As companhias de tecnologia também estão entrando na festa: a Intel pagou US\$ 15 bilhões pela Mobileye de Israel, uma fabricante de sensores e softwares para direção autônoma, e o Uber comprou por US\$ 680 milhões a Otto, uma empresa de caminhões de direção robótica.

Mas não está claro se abocanhar a startup sensação do mo-



O Uber desembolsou US\$ 680 milhões pela Otto, empresa do caminhões autônomos que o levou a uma disputa judicial

mento é de fato a melhor estratégia. A compra da Otto envolveu o Uber em uma amarga disputa judicial com a Waymo, a divisão de veículos autônomos do Google, por causa de alegações de roubo de tecnologia, e quando a Ford demitiu seu executivo-chefe, na semana passada, uma das preocupações citadas foi que a montadora estava ficando atrás da

GM em tecnologia.

Tudo isso parece familiar demais. Alguns dos negócios são remanescentes da era pontocom, quando pequenos e grandes investidores aplicavam dinheiro em tudo que prometia usar a internet — lembra-se da Webvan e da Pets.com? Na época, as grandes companhias já estabelecidas também sentiram a pressão para

entrar em novos setores promissores. A Time Warner não só embarcou em sua malfadada fusão com a AOL, como a Disney estabeleceu o Go.com e até mesmo criou uma categoria especial de ação para enfatizar seu desempenho. Depois, a empresa acabou tendo uma perda contábil de US\$ 790 milhões com o site.

Uma disputa parecida por re-

des sociais iniciantes aconteceu na metade dos anos 2000. A News Corp de Rupert Murdoch pagou US\$ 580 milhões pelo MySpace em 2005; então, a AOL comprou a Bebo por US\$ 850 milhões três anos depois. Posteriormente, a News Corp se desfez de seu erro por US\$ 35 milhões e o fundador da Bebo a comprou de volta por US\$ 1 milhão.

Os sites pontocom e de mídia social mais fortes — como a Amazon e o Facebook — foram grandes investimentos. Aqueles que apoiaram os vencedores da corrida pelos automóveis autônomos poderão muito bem ser recompensados na mesma medida. Mas pelo menos algumas das startups desse segmento que hoje são cobijações provavelmente se mostrarão infelizes.

É melhor os investidores darem uma bola olhada para as conquistas mais práticas envolvendo os veículos elétricos. Analistas do UBS preveem que o preço de um carro elétrico na Europa será equivalente ao de um movido a gasolina ou diesel já no ano que vem. Embora o preço de compra ainda seja maior, a manutenção de um carro elétrico é menor — ele possui um número

de componentes muito menor e a recarga elétrica custa menos que o combustível fóssil.

Como resultado, os analistas elevaram suas estimativas para as vendas globais de veículos elétricos em 50% e preveem que os carros movidos à bateria serão 14% de todos os automóveis vendidos no mundo em 2025, e um em cada três unidades vendidos na Europa. No momento, os carros híbridos respondem só por 1% das vendas.

A Tesla Motors, fabricante americana de carros elétricos, já está se beneficiando do otimismo com as vendas no curto prazo. Seu valor de mercado a coloca à frente da Ford, apesar de ela ter vendido apenas 76 mil carros no ano passado.

Se o UBS estiver certo, também haverá muito espaço para outras. A GM está na "pole position" porque já vende o Chevrolet Bolt. Mas os clientes estão fazendo fila para comprar o Model 3 da Tesla, voltado para o mercado de massa e que será lançado em breve, e a maior parte das grandes montadoras espera ter modelos elétricos à venda até 2020. Carros autônomos totalmente funcionais ainda não são uma realidade, mas os movidos a bateria já são.

Nova regra para rotativo do cartão reduz juros bancários

Os juros das operações de crédito tiveram em abril a maior queda mensal da história. Em parte, a redução do custo dos empréstimos reflete apenas o repasse tardio, pelas instituições financeiras, do afrouxamento das condições monetárias feito pelo Banco Central desde fins do ano passado. Mas também houve um impacto relevante da nova regulamentação do financiamento rotativo dos cartões de crédito, o que comprova a importância de o governo e o Congresso insistirem na agenda de medidas microeconômicas para reduzir os juros e os spreads bancários.

Entre março e abril, os juros médios cobrados pelo sistema bancário caíram de 32,1% ao ano para 30,2% ao ano. Quando são excluídas as operações de crédito direcionado, que têm os juros regulados pelo governo, a queda é ainda mais expressiva. A taxa média do chamado crédito livre, com condições livremente pactuadas pelo mercado, caiu de 52,5% ao ano para 49,1% ao ano no período, chegando ao menor percentual desde dezembro de 2015.

Um dos fatores que explicam a redução no custo do crédito foi o repasse dos cortes de juros feitos pelo Banco Central na taxa Selic, que caíram de 14,25% ao ano para 11,25% ao ano desde outubro de 2016. Esse é mais um sinal de que a política monetária está se transmitindo da forma esperada pelo sistema financeiro. No primeiro trimestre, muitos analistas econômicos duvidaram que isso fosse ocorrer, dado o alto endividamento das empresas e das pessoas físicas.

Uma parte expressiva da redução do custo de crédito deve-se, porém, a fatores estruturais. Em janeiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) baixou a resolução nº 4.549, que basicamente determina que operações de crédito rotativo do cartão parcelado que excederam o prazo de 30 dias devem ser automaticamente transformadas em crédito parcelado.

A diferença é que, no rotativo, os bancos cobram uma taxa de juros de 524% ao ano, ao passo que no crédito parcelado os custos ficam em 162% ao ano. A nova regra, que entrou em vigor no dia 3 de abril, produziu uma queda de 14 pontos percentuais nos juros médios cobrados nas operações com

cartão de crédito. Esse é apenas o impacto inicial. A expectativa do Banco Central é que, em maio, os juros tenham nova queda, na medida em que operações do rotativo contratadas em abril sejam convertidas em crédito parcelado.

Certamente, a medida não será capaz de eliminar todas as distorções no crédito com cartões. Embora bem menores do que o rotativo, os juros cobrados pelos bancos no parcelado seguem exagerados. Mas deve-se reconhecer que esse é um passo na direção correta, além de uma bem-vinda retomada da esquecida agenda de reformas microeconômicas para reduzir os juros e os spreads bancários.

Com medidas como a resolução do CMN sobre cartões, o governo lida com o problema de forma estrutural e evita cair na tentação de soluções de vida curta, como o uso de bancos públicos para forçar a queda dos juros. A taxa está caindo porque, com o crédito parcelado, o risco de inadimplência das instituições financeiras é menor do que no rotativo.

O governo e Banco Central anunciaram, em fins do ano passado, uma agenda com outras medidas para reduzir o custo do crédito bancário. A criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), tende a reduzir as diferenças entre o mercado de crédito livre e o direcionado, no caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Hoje, os bancos compensam as margens mais baixas no direcionado com a cobrança de spreads mais altos no livre.

A agenda inclui, ainda, o aperfeiçoamento do cadastro positivo, um banco de dados com informações de bons pagadores. Hoje, ele é inviabilizado porque é necessária a autorização de cada pessoa incluída. Na nova regulamentação, que dependeria de aprovação pelo Congresso Nacional, a inclusão dos nomes passaria a ser automática, com a faculdade de exclusão de quem não quiser participar.

A experiência com a nova regulamentação do cartão de crédito mostra que, com medidas aparentemente simples, é possível colher resultados expressivos na queda dos juros bancários. Naturalmente, os ganhos para os clientes serão potencializados se a agenda incluir medidas para aumentar a competição no sistema bancário.

Um balanço até aqui dos acordos de investimentos

No dia 7 de abril foi assinado o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Mercosul. O PCFI é o primeiro resultado expressivo da retomada do Mercosul na área econômico-comercial e um marco importante na ampliação da rede brasileira de acordos de investimentos, que já alcança 14 países.

Com o PCFI, o Brasil passa a ter acordos de investimentos com os sócios originais do Mercosul, com todos os membros da Aliança do Pacífico e com países africanos como Angola, Moçambique e Malawi. Também encontram-se em fase final de revisão para assinatura os compromissos já negociados com Índia, Jordânia, Marrocos e Etiópia. Todos eles seguem, com variações, o mesmo modelo inovador de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

Tais acordos oferecem proteção jurídica a investidores e investimentos brasileiros no exterior e dos países parceiros no Brasil: igualdade de tratamento; regulação da expropriação de ativos e da compensação devida; e liberdade de transferências de ativos financeiros ao exterior, entre outras medidas.

Os ACFIs inovam ao consagrar a facilitação de investimentos como elemento-chave para estimular o fluxo de capitais e uma interação mais dinâmica e de longo prazo entre as partes. Para tanto, criam uma estrutura de governança institucional (Comitê Conjunto e Ombudsman) responsável por promover a cooperação entre os governos e o apoio prático e constante destes aos investidores. Estabelecem, ainda, agendas de cooperação em áreas que aprimoram o ambiente de investimentos, como vistos de negócios, remissão de divisas, regulação técnica e ambiental, logística e transportes.

Com o PCFI, a rede de ACFIs passa a alcançar sete dos dez principais destinos de internacionalização de empresas brasileiras, segundo o Ranking FDC das Multinationais Brasileiras 2016. Abarcam, assim, parcela importante dos investimentos brasileiros no exterior, que, de acordo com dados do Banco Central, já atingem US\$ 283 bilhões. Este valor aproxima-se de metade do estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil (US\$ 674,4 bilhões). Ou seja, para cada US\$ 2 investidos no Bra-

sil, empresas brasileiras já têm investido quase US\$ 1 no exterior.

O próximo passo na trajetória brasileira dos acordos de investimentos é colocá-los em funcionamento. É auspicioso constatar que sua tramitação no Congresso Nacional tem avançado de modo célere. O Acordo de Ampliação Econômico-Comercial entre Brasil e Peru, que inclui um capítulo de investimentos no estilo ACFI, foi o primeiro acordo de investimentos aprovado nos últimos 60 anos. Os ACFIs com México, Chile, Angola, Moçambique e Malawi também já foram aprovados pelo Congresso.

O Brasil foi pioneiro em incorporar a facilitação de investimentos a seus acordos internacionais

O pioneirismo do Brasil em incorporar a facilitação de investimentos a seus acordos internacionais tem gerado frutos nos planos plurilateral e multilateral. Impulsionado pela boa aceitação do ACFI, o tema de facilitação de investimentos tem ganhado relevância na OCDE, na Unctad e no G-20. Na OMC, o assunto tem sido discutido com crescente interesse e poderá produzir resultados na Conferência Ministerial (MC11), a ser realizada na Argentina no final de 2017.

O Brasil, que vem contribuindo para essa discussão com sua experiência acumulada com as negociações do ACFI, já ofereceu ideias concretas para o debate e poderá apresentar propostas de texto para eventual instrumento multilateral sobre o assunto. Como se trata de tema novo na OMC, porém, há ainda um trabalho importante de convencimento a ser realizado junto a certos países-membros, especialmente aqueles que associam o tema investimentos a cláusulas de modelos tradicionais, com premissas que vem sendo contestadas no cenário internacional.

Em decorrência da negociação de ACFIs, também houve, recentemente, uma promissora evolução institucional no Brasil: a criação do Ombudsman de Investimentos Diretos, que funcionará no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (Camex). Sua função essencial será assistir os investidores de países com os quais o Brasil mantenha ACFIs na realização, condução e

expansão de seus investimentos, procurando auxiliá-los na solução de eventuais dificuldades concretas decorrentes da legislação e das práticas administrativas brasileiras, de forma a reforçar um ambiente de negócios favorável.

A mesma estrutura será oferecida aos investidores brasileiros nos países com os quais o país possui ACFIs. É importante, assim, que os agentes econômicos brasileiros e estrangeiros tenham conhecimento e demandem essa inovadora e embrionária estrutura governamental à sua disposição.

Outro importante desdobramento institucional recente, embora não diretamente ligado a esses acordos, foi a criação do Comitê Nacional de Investimentos (Coninv) da Camex. O órgão visa a formular propostas e recomendações voltadas ao fomento e à facilitação de investimentos estrangeiros diretos no país e de investimentos brasileiros diretos no exterior.

Esse balanço dos acontecimentos permite uma avaliação positiva do progresso já obtido em matéria de política de acordos de investimentos. Desde os primeiros acordos firmados até os mais recentes ACFIs houve um contínuo aprimoramento do modelo, focando-se mais nas garantias jurídicas aos investidores, em cláusulas modernas de responsabilidade social e corporativa e de prevenção de controvérsias. Tudo isso sem perder de vista o seu caráter pragmático e objetivo de melhoria dinâmica e efetiva do ambiente de negócios entre as partes.

Sua agenda positiva, com ampla participação do setor privado em um tema tradicionalmente hermético, além da atenção de importantes parceiros comerciais do Brasil, tem atraído o interesse também de diversos segmentos da sociedade civil tais como a academia e organizações não-governamentais.

O Brasil estará preparado para implementar os ACFIs tão logo entrem em vigor, de modo que sejam mais que uma inovação interessante, uma inovação que funcione e faça a diferença na prática.

Carlos Márcio Cozendey é

Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores.

Abrão Miguel Árabe Neto é Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, 27, 28 e 29 de maio de 2017

Nº 23.947

Preço banca: R\$ 2,30

Brasileiros estão tirando o dinheiro da poupança para pagar despesas

Janot pede autorização do STF para ouvir Temer, Aécio e Loures

Página 4

Moody's põe nota do Brasil em observação, com possibilidade de rebaixamento

Página 3

Polícia britânica prende maior parte da rede responsável por ataque terrorista

O comissário-adjunto da unidade nacional antiterrorismo da polícia do Reino Unido, Mark Rowley, afirmou na sexta-feira (25) que a maior parte da rede terrorista responsável pelo ataque da última segunda-feira em Manchester foi capturada e destacou que mais prisões devem ser efetuadas nos próximos dias.

Rowley explicou que os agentes têm feito "imensos progressos", mas ressaltou que importantes linhas de investigação ainda estão abertas. Apólicia está interrogando oito homens, com idades entre 18 e 38 anos, suspeitos de vínculo com o atentado. Um jovem, de 16 anos, e uma mulher, de 34, libertados sem acusações. **Página 3**

Meirelles diz que Brasil vive clima de pessimismo exagerado na economia



Foto: Marcelo Camargo/ABR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em palestra para empresários

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse na sexta-feira (26) que se instalou um clima exagerado de pessimismo no país em relação à economia. "Nós te-

vocadas. Em alguns momentos, [de colocar] um pessimismo exagerado também. É importante serenidade e equilíbrio nesse tipo de situação", afirmou.

Para Meirelles, o Brasil está discutindo e aprovando reformas importantes, como a trabalhista e a da Previdência, a Lei do Teto de Gastos e a da governança das estatais, que estão colocando o país no rumo do crescimento. "É um momento em que o equilíbrio é importante", reforçou.

Meirelles participou hoje do 8º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), em Brasília, promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e realizado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF). **Página 3**

Feirão da Caixa financia imóveis a partir de R\$ 150 mil em São Paulo

Começou na sexta-feira (26) o Feirão da Caixa na cidade de São Paulo e em outros 13 municípios do estado. Neste ano serão ofertados 228 mil imóveis em todo país, sendo 80 mil ape-

ros para 76% (em março). Em janeiro, esse percentual era de 62%. A parcela que fez poupança chegou a 19% e a média geral financeira foi de R\$ 502, totalizando R\$ 14,2 bilhões.

A maioria (64%) opta pela caderneta de poupança. Um total de 20% dos entrevistados declarou que a reserva tinha o objetivo de comprar a casa própria. O interesse em fundos de investimento foi indicado por 10%, a previdência privada por 7%, o CDB por 6% e o Tesouro Direto por 4%. **Página 3**

ONU condena uso recorrente da força por policiais no Brasil

Página 4

Presidente do BNDES pede demissão

A presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques, pediu demissão na sexta-feira (26). Em nota divulgada, ela alegou "ra-

zões pessoais" para deixar o cargo. A decisão foi comunicada ao presidente Michel Temer pela própria Maria Silvia que esteve no Palácio do Planalto no início da tarde, por volta das 14h30. **Página 3**

Previsão do Tempo

Sábado: Sol e muitas nuvens à tarde. À noite o céu fica nublado e pode chover. **25°C** / **17°C**



Domingo: Dia de sol com algumas nuvens e nevoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens. **25°C** / **16°C**



Segunda: Sol com algumas nuvens. Não chove. **25°C** / **15°C**



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial: 3,32
Compra: 3,32
Venda: 3,32

Turismo: 3,31
Compra: 3,31
Venda: 3,51

EURO

Compra: 3,54
Venda: 3,54

OURO

Compra: 117,80
Venda: 153,52

Esporte

Matheus Leist vence prova da Indy Lights em sua primeira corrida em oval

Em sua primeira corrida na vida em circuito oval, o gaúcho Matheus Leist, de apenas 18 anos, fez história para o automobilismo brasileiro ao vencer a prova de estreia na tradicional pista de Indianapolis na Indy Lights, divisão de acesso da Fórmula Indy. O atual campeão da F-3 Inglês largou da pole position e dominou a prova de ponta a ponta, administrando bem os constantes ataques de pilotos experientes - alguns em seu terceiro ano na categoria. **Página 5**



Matheus Leist



Foto: Wagner Carmo

Thiago Braz compete neste sábado nos Estados Unidos

O brasileiro Thiago Braz (Pinheiros) está pronto para o seu segundo desafio de 2017 na temporada ao ar livre. Ele compete neste sábado (dia 27), a partir das 16:40 de Brasília, no Steve Prefontaine Classic, a terceira etapa da Liga Diamante do ano, no Estádio Hayward Field, em Eugene, Oregon, Estados Unidos. O campeão olímpico do salto com vara será uma das atrações da competição, que reunirá vários destaques do esporte mundial. **Página 5**

Thiago Braz

Bellucci conhece adversário da estreia de Roland Garros

Se preparando para sua nona participação em Roland Garros, o paulista Thomaz Bellucci (Claro/ Embratel/ Wilson/ CBT/ IMM) conheceu, na sexta-feira, seu primeiro adversário no Grand Slam francês.

O tenista número 1 do Brasil e 59º do mundo fará sua estreia diante do sérvio Dusan Lajovic, 79º, em confronto inédito.

"Apesar de nunca tê-lo enfrentado, espero um bom jogo,

porque ele é um jogador que te deixa jogar, não é um cara tão agressivo, tem um bom backhand, além de ser sólido de fundo de quadra", afirmou Bellucci.

Das oito vezes que esteve em Roland Garros, 2010 foi o melhor ano de Bellucci no segundo Grand Slam da temporada. Foi quando chegou as oitavas de final e foi parado pelo espanhol Rafael Nadal, então número 2 do mundo.

Adriano de Souza é a atração do QS 6000 do Japão



Adriano de Souza (SP)

O campeão mundial Adriano de Souza venceu o Oi Rio Pro em Saquarema e não quis saber de descanço até a próxima etapa do World Surf League Championship Tour,

que começa em 6 de junho nas Ilhas Fiji. Ele preferiu ir para o Japão e é a principal atração do QS 6000 Gotcha Ichinomiya Chiba Open. **Página 5**

autojornal o dia a dia motorizado

Dois parques públicos de São Paulo começam a ser abastecidos com energia solar

Os parques Villa-Lobos e Cândido Portinari, na zona oeste de São Paulo, serão os primeiros do país totalmente abastecidos com energia solar. Uma miniusina produzirá 665 megawatts hora (MWh) por ano, o suficiente para atender às áreas do estacionamento, lanchonetes e de esportes dos parques.

A energia gerada pelas plantas fotovoltaicas vai atender todo o consumo dos dois parques, tornando-os autossustentáveis. No entanto, para garantir energia à noite e em dias de forte nebulosidade, eles continuarão conectados à rede de

fornecimento de eletricidade convencional, em sistema de compensação.

A principal instalação do projeto é uma minicentral fotovoltaica de 531 quilowatts pico (kWp, medida de potência energética associada a células fotovoltaicas). O equipamento está localizado no bônus do estacionamento do Parque Cândido Portinari, segundo a Secretaria de Energia e Mineração de São Paulo.

Para a geração de energia nos parques foram investidos R\$ 17 milhões, destinado à construção da planta e realização de pes-

quisa na área. Parte do investimento veio da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). Desse total, R\$ 13 milhões foram utilizados na construção de uma microcentral, na instalação de 40 postes e de uma cobertura para veículos com mais de 3 mil placas de captação de energia.

Conta de luz

O projeto foi idealizado pela Secretaria de Energia e Mineração e realizado por meio do programa de pesquisa e desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Com a implantação da energia foto-

voltaica aqui na cobertura do estacionamento, vamos economizar cerca de R\$ 270 mil por ano em contas de energia dos parques Villa-Lobos e Cândido Portinari", disse na sexta-feira (26) o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Somados, os dois parques consomem cerca de 55 MWh por mês, o que representa um custo anual aproximado de R\$ 390 mil. Com a implantação da usina de energia solar, os parques vão ter, segundo o governo paulista, uma redução de cerca de 70% do valor da conta de luz. (Agência Brasil)

Parque Villa-Lobos recebe Festival de Gastronomia Orgânica

O tradicional Festival de Gastronomia Orgânica – Da Terra ao Prato cresceu nesta sétima edição. Desta vez terá duas etapas. A primeira será nos dias 27 e 28 de maio, das 9h às 18h, no Parque Villa-Lobos. E em outubro o Festival será realizado novamente, no Parque da Água Branca.

A ampla programação sobre gastronomia limpa é aberta e gratuita. O espaço conta com feira de produtos orgânicos, foodtrucks, espaços como a Cozinha Evolutiva. No local os chefs renomados compartilham suas experiências com o público, apresentando receitas com ingredientes da terra.

Entre os chefs confirmados estão Bel Coelho, que dará aula

para as crianças, e Renato Caleffi, do Le Manjue Orgânico. O restaurante terá a missão de promover a boa alimentação, sem perder o sabor e a sazonalidade dos ingredientes.

No espaço Território da Criança, serão ministradas aulas para crianças, rodas de conversas com a família, educadores, cozinheiros e nutricionistas. Os interessados no tema também podem participar com diálogos sobre merenda escolar e educação alimentar infantil. E no Bem-Estar, o público poderá desfrutar de palestras e rodas de conversas sobre temas relacionados à saúde e ao bem-estar. E terá atividades terapêuticas como yoga, massagem, pilates e danças, práticas que reconectam o

corpo e a alma.

O som ambiente ficará sob o comando da BikeBeats. Um projeto do paulistano Ricardo Bertello que leva música a qualquer lugar com a ajuda da bicicleta e da energia solar.

Sobre o Festival de Gastronomia Orgânica

Idealizado pela chef Leila D., em 2010, o Festival de Gastronomia Orgânica – Da Terra ao Prato é um dos principais eventos sobre alimentação limpa na América Latina. O Festival tem o propósito de fomentar, divulgar e promover através da gastronomia toda a cadeia orgânica sustentável. Conectando assim os produtores, chefs e público. O Festival oferece uma am-

pla programação gratuita na Cozinha Evolutiva e no Território da Criança. São oficinas em que chefs renomados compartilham suas técnicas de preparo e experiências com alimentos orgânicos. Na Feira de Produtos, barracas com produtos orgânicos, e, na Feira Gastronômica, chefs renomados participam do desafio de criar um prato somente com ingredientes orgânicos do Universo Vegetal (Plant Based).

Serviço

Festival de Gastronomia Orgânica – Da Terra ao Prato
De 27 e 28 de maio
Parque Villa-Lobos, das 9h às 18h
Entrada gratuita

Diário Oficial será publicado exclusivamente em versão digitalizada

Seguindo uma tendência do mercado global e caminhando em direção a um futuro moderno e sustentável, o Governo do Estado, através da Imprensa Oficial, deixará de distribuir o Diário Oficial na versão impressa e manterá apenas a versão digital da tradicional publicação.

A iniciativa está alinhada

com a nova realidade de consumo de informações pelo meio digital, que permite um acesso com mais agilidade e dinamismo.

Foram 126 anos distribuindo diariamente o Diário Oficial na sua forma impressa. Esse formato se esgotou. A sociedade moderna busca a sustentabili-

dade e agilidade. Com o fim da impressão, a economia de papel chegará a 34 toneladas por mês. Os gastos existentes com papel, transporte e manuseio equivalem a uma economia de R\$ 6,3 milhões por ano.

A partir do dia 1º de junho não será mais rodado a versão do jornal em papel. O leitor

poderá acessar o Diário Oficial pelo site da Imprensa Oficial, que desde 2008 já disponibiliza pela Internet todo o acervo do DO gratuitamente, num sistema de busca simples e eficiente.

Até mesmo as primeiras versões impressas, de 1891, estão digitalizadas para pesquisa.

Marginal Tietê recebe último eixo do programa SP Cidade Linda

A Marginal Tietê recebe a partir desta sexta-feira (26) o quarto e último eixo da 19ª etapa do programa SP Cidade Linda. Ao longo de toda semana, os serviços de manutenção e limpeza estarão concentrados do lado esquerdo da via, no trecho que vai da Rodovia Ayrton Senna até o Cebolão. Por conta do fluxo de veículos, alguns serviços serão feitos durante a madrugada.

Nesta quarta etapa, as prefeituras regionais da Lapa, Pirituba/Jaraguá, Freguesia/Brasilândia, Casa Verde, Santana/Tucuruvi e Vila Maria/Vila Guilherme estarão mobilizadas para a recuperação de aproximadamente 23 quilômetros de extensão.

Para fazer os serviços nas duas marginais, a iniciativa envolve um grande empenho de 15 das 32 Prefeituras Regionais para a revitalização de quase 50 quilômetros de via ao longo de todo o mês de maio.

A ação foi dividida em quatro eixos, cada um com duração de

uma semana. A Marginal Pinheiros já passou pelo programa, primeiro no sentido *Castello Branco* e depois no sentido *Interlagos*. Na última semana, as ações foram feitas no lado *direito da Marginal Tietê*.

Com o objetivo de melhorar a circulação dos veículos, 298 placas de sinalização e 9.354 metros quadrados de sinalização horizontal irão passar por manutenção nas duas etapas da Marginal Tietê.

As ações que dependem da luz, como poda de árvores, capinação do mato e pintura das guias, serão executadas durante o dia. Para isso, as pistas poderão ser parcialmente interditadas. Já os serviços de tapa-buraco serão feitos principalmente nas pistas expressas, e durante a madrugada.

Balanço terceiro eixo – Marginal Tietê

A manutenção no lado direito da Marginal Tietê, sentido Cebolão/Avenida Guarulhos, contou

com a conservação de 40 mil metros quadrados de áreas ajardinadas. As ações tiveram início na última sexta-feira (19) e passaram ao longo de 23 quilômetros de extensão.

As equipes de limpeza contaram com o auxílio de 160 funcionários e 26 equipamentos para a realização de serviços como coleta de entulho e grandes objetos, varrição e limpeza de áreas verdes. Foram recolhidas 35 toneladas de lixo.

Foram feitas manutenções em 6 metros de guias, 3,40 metros quadrados de muretas foram reformadas e 40 cartazes irregulares foram retirados. O serviço de tapa-buraco fresou aproximadamente 513 metros quadrados e tapou 41 buracos. A ação utilizou 60,50 toneladas de massa asfáltica.

Para melhorar a drenagem da via, foi feita a limpeza de 4.242 pontos de captação de água, sendo 3.618 janelas, 612 bueiros e 12 bocas de leão. Três tampas e 6

bocas de lobo foram reformadas e uma guia chapéu teve que ser trocada. Também foi feita a manutenção em 15 metros de sarjetas.

A iluminação das duas marginais já passou por revisão. As equipes do Departamento de Iluminação Pública (ILUME) realizaram rondas de fiscalização, manutenção e limpeza no eixo das marginais, que conta com um total de 6.278 lâmpadas, sendo 3.063 na Pinheiros e 3.215 na Tietê.

Na Marginal Pinheiros, que possui iluminação com tecnologia LED, foram feitas 215 correções. Já na Marginal Tietê, foram 578 correções, sendo que 405 lâmpadas tiveram que ser trocadas. Durante a operação, o departamento também visitou a iluminação na Avenida dos Bandeirantes, onde foram feitos 799 reparos nas 907 luminárias existentes.

Os trabalhos contaram com o apoio de agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e da Assistência Social.

**IMPRESA**

Em São Paulo: jornal "O DIA"

CÂMARA (SP)

Volta da vereadora evangélica Patrícia (PSDB) pro mandato, ela que 'demituiu-se' da Secretaria (Direitos Humanos) de Doria pela ação na 'cracolândia', pode 'matar' o espírita e suplente em exercício Quito ? ...

PAULISTANA

... O vereador Camilinho (líder do PSB) voltou a causar – inclusive quase que um infarto em Suplicy (PT) – num debate sobre a CPI da Feirinha da Madrugada. Ele venceu e o ex-senador 'assinou recibo' e CPI.

PREFEITURA (SP)

Bruno Covas (PSDB) será fundamental pro futuro político do prefeito João Doria (PSDB), ainda que por conta dos imponderáveis da política Doria tenha que se manter até o final do mandato de 'alcaide'.

GOVERNO (SP)

Embora não goste de nenhum dos 2, Alckmin vai se cacifando pra 2018 ao elogiar Tasso e FHC – sem bater em Aécio – pra que 1 dos 2 assuma a Presidência – via congressual – no caso de Temer (PMDB) cair.

CONGRESSO

Deputados federais e senadores (PSDB), inclusive de Minas, começam a aceitar que o governador (São Paulo) Alckmin seja o candidato Presidencial em 2018; agora sem ser 'cristianizado' como foi em 2016.

PRESIDÊNCIA

Com a saída tipo 'leoa da montanha' de Maria Sílvia do BNDES (banco que bancou via Lula-Dilma os 'irmãos metralha' da JBS), foi um 'tiro no peito' de Temer (PMDB). Só falta o Parente (Petrobras) jogá-lo no 'poco'.

JUSTIÇAS

Tá difícil saber se é o Janot (Ministério Público Federal – Procurador Geral da República) ou o Gilmar Mendes (ministro no Supremo e presidente do Tribunal Superior Eleitoral)

PARTIDOS

PSDB – já que a vereadora e ex-Secretária (Direitos 'dos manos') paulistana Patrícia saiu falando muito mal do prefeito Doria (ambos PSDB), via caso 'cracolândia', qual o homem da bancada que aceita o sacrifício ?

HISTÓRIAS

O que menos importa, nos casos de jornalistas serem expostos em suas relações profissionais com fontes de informação, é quem somos. Importante é o crime da quebra dos sigilos, garantidos via Constituição (1988).

EDITOR

Desde 1992, o jornalista Cesar Neto publica diariamente esta coluna de política. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação (Cronistas de Política – São Paulo e API).



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZEBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

